AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL. 18 ■ Nº 7 ■ 15 DE JULHO DE 1998 ■ R$ 6,00

EXCLUSIVO:

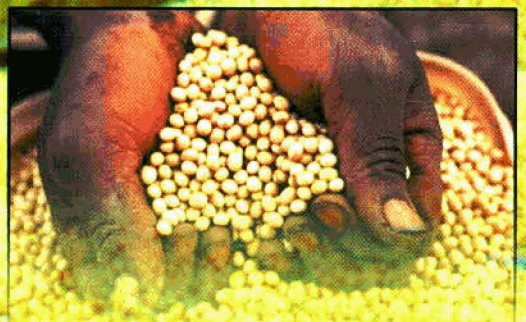
Roberto Rodrigues estréia seu

DIÁRIO DE BORDO

TUDO SOBRE O MERCADO DAS

OLEAGINOSAS

- PRODUÇÃO AGRÍCOLA
- MERCADO MUNDIAL
- A QUESTÃO TRIBUTÁRIA
- MERCOSUL
- TECNOLOGIA
- FINANCIAMENTO
- NOVOS PRODUTOS



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

IBRE

ISSN 0100-4298

9 770100 429988 00006 >

Agronegócios - Quo Vadis?

36º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL

10 A 14 DE AGOSTO DE 1998
PALACE CASSINO - POÇOS DE CALDAS - MG

O 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural reúne, em Poços de Caldas, professores, pesquisadores e profissionais das empresas para o exame e discussão das potencialidades e oportunidades do complexo agroindustrial brasileiro.

O tema "Agronegócios - Quo Vadis?" será debatido em painéis enfocando a conjuntura e tendências do agribusiness; as diferentes cadeias agroalimentares (café, açúcar, grãos, carnes, produtos lácteos); participação do cooperativismo no agronegócio; impactos da integração econômica e da liberalização do comércio internacional no agronegócio; progresso tecnológico no século XXI; estrutura fundiária e a agricultura familiar; e gestão dos recursos ambientais no agronegócio.

Tem mais: completando a discussão do tema, cerca de 200 pesquisadores apresentarão os resultados dos mais recentes estudos sobre o complexo agroindustrial.

Não perca esta oportunidade única oferecida pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER -, de participar de um evento que, com certeza, vai deixar uma marca indelével no agronegócio brasileiro.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL
SRTN - Av. W/3 Norte, Quadra 702 – Edifício Brasília Rádio Center – salas l049-1050
Tel./Fax: (061) 328-3144 – Tel.: (061) 327-1579 - CEP 70719-900 – Brasília – DF
E-mail: sober@tba.com.br – Web: http://www.ufv.br/der/sober/index.htm

CORTESIA DO EDITOR

Entrevista

Concedida a Antonio Reche
arechemedrano@u-netsys.com.br

O sonho de produzir mais

O presidente da Abiove, Sérgio Barroso, acha que o país, com capacidade para moer 33 milhões de toneladas anuais de grãos, pode chegar aos 100 milhões no próximo milênio.

O que seria da indústria, comércio e também de todos nós sem a produção suficiente da matéria-prima? Para responder a essa e a outras questões a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, Abiove, uniu-se em 1984 a outras entidades do agribusiness e realizou o I Congresso Brasileiro de Grãos, Cobrag, cujo tema principal era a discussão e a tomada de decisões para que o país conseguisse produzir 100 milhões de toneladas de grãos. O Cobrag foi um sucesso, mas não teve continuidade. Quase uma década e meia já se passou e a produção ainda não superou os 80 milhões de toneladas.

Correndo por fora, os concorrentes internacionais cresceram e muito nos últimos anos, quer na produção de matéria-prima, quer na capacidade de esmagamento, e desenvolveram uma política comercial competente. Estados Unidos, maior produtor mundial de soja, e Argentina não dormiram no ponto. Trabalharam duro no aumento da produção e nas fundamentais questões de logística e competitividade, engolindo um espaço no mercado internacional que era do Brasil.

Preocupado com essa e muitas outras questões do setor, mas animado com a perspectiva de o Brasil romper em futuro muito próximo o marco de 100 milhões de toneladas de grãos, Sérgio Barroso, reconduzido recentemente à presidência da Abiove, e primeiro presidente brasileiro da gigante norte-americana Cargill, comemorou a chegada do primeiro carregamento de soja ao terminal da empresa no Guarujá, SP, transportado desde o Centro-Oeste do país pela Ferronorte: "É uma vitória, não tenho nenhuma dúvida disso", disse na ocasião. Priorizar o transporte ferroviário para deslocar grãos é tradição na Cargill. No seu país de origem a empresa opera milhares de vagões graneleiros e barcaças que navegam ao longo do rio Mississipi. E Barroso, que está integrado ao grupo há 25 anos, aqui e em outros países, sabe como ninguém que a sua especialidade, a logística, é fundamental para a obtenção de bons resultados, e é nessa área que a Cargill tem investido milhões de dólares, e é nesse setor que o Brasil precisa melhorar muito para manter sua fatia no mercado internacional. Como líder das indústrias produtoras de óleos vegetais, seu discurso busca melhorar as condições brasileiras para a criação de uma política agrícola eficaz, para a solução dos desequilíbrios tributários internos e externos, para que o país tenha condições de ser competitivo. Durante duas horas Sérgio Barroso expôs suas idéias para Agroanalysis.



Barroso: o Brasil é a bola da vez

■ *O senhor não acha que o Brasil poderia produzir muito mais soja do que a safra atual?*

— Claro que sim. Não apenas soja. Se fizermos uma análise dos últimos 10, 15 anos, vamos ver que o país perdeu tempo, principalmente se for feita uma comparação com os nossos principais concorrentes.

■ *O senhor pode explicar melhor?*

— Veja como evoluíram Estados Unidos e Argentina. Esses países se adequaram mais rapidamente às exigências do mercado mundial. E mudaram muito, não só na produção, mas na logística, nas tarifas, na redução de custos, enfim, há uma enorme série de fatores que inibem ou alavancam o crescimento de um setor econômico.

■ *Enquanto isso no Brasil...*

— Gasta-se muito tempo com questões menores. Não há como negar que algumas coisas melhoraram, mas é preciso andar mais depressa. Se espaço político não fica vago, o que dizer de espaços comerciais? Nossos concorrentes não vão ficar esperando o Brasil reduzir seus custos portuários, só para citar um exemplo. Eles diminuem os deles e ampliam sua área de atuação ganhando novos mercados.

■ *O que está fazendo falta?*

— Faltou a continuidade de uma política agrícola real e verdadeira por vários anos. Adicionalmente a isso, uma vontade efetiva de rea-

lização dos grandes projetos de infra-estrutura e uma política de comércio internacional adequada aos nossos interesses.

■ *Como assim?*

— Uma política de fomento à produção, racionalização de custos, investimentos no solo, tratamento de erosão, uso adequado de fertilizantes, rotatividade de culturas, redução nos custos de transportes, serviços portuários com taxas e eficiência internacionais, entre outros fatores. Repito, falta-nos uma política agrícola estável por períodos de três a cinco anos para que o produtor possa planejar suas atividades.

■ *Está tudo errado, então?*

— Não, claro que não. Ao contrário, essa situação está se revertendo. Há vontade política em apoiar a agricultura, um exemplo recente é a redução da taxa de juros. Além disso, várias medidas estimulam ganhos de produtividade, como o aporte de recursos do BNDES para investimento em correção de solo (calcário), o zoneamento agrícola e as condições mais favoráveis do Proagro para produtores que utilizam o plantio direto. Parece óbvio, mas essas coisas é que dão o diferencial. É preciso estar atento a cada detalhe de todo o ciclo produtivo.

■ *Os produtores têm desempenhado bem o seu papel?*

— Muito bem. Nenhum dos planos econômicos beneficiou o agricultor. Ao contrário, transformou muitos em inadimplentes, mesmo assim, quando o governo toma alguma medida, como a remoção de impostos, que beneficia a produção, a resposta é imediata respeitando-se o calendário agrícola. Tivemos uma produção recorde de soja na última safra de verão.

■ *Então, não falta vontade de produzir...*

— De maneira alguma. A capacidade brasileira de produzir é quase infinita. Existem enormes áreas com boa fertilidade para serem exploradas. A infra-estrutura tem sido melhorada e nada impede que o Brasil deslanche para o patamar de 100 milhões de toneladas de grãos. Há vontade política, empenho empresarial e conhecimento tecnológico para o país se destacar na produção de alimentos.

■ *O senhor não acha que os produtores precisam se organizar melhor para defender seus interesses?*

— Evidentemente que quanto mais organizados, mais consistentes serão as reivindicações do setor produtivo e então poderemos trabalhar juntos já que somos setores dependentes.

■ *Como o senhor analisa a atuação do Fórum Nacional da Agricultura?*

— Os trabalhos foram positivos e agora é necessário que as bandeiras identificadas nos documentos elaborados pelo Fórum sejam gradualmente implementadas.

■ *O complexo soja tem a ganhar com a criação da Alca?*

— A adoção de blocos econômicos abertos é interessante, são mercados mais acessíveis. Mas tudo isso vai depender de como serão feitas as negociações. É preciso preservar as condições para garantir todos os setores do agribusiness do país. A idéia do *level playing field*, isto é, harmonizar as tarifas em um nível baixo, pode favorecer e muito o crescimento do complexo de oleaginosas no Brasil. Nós vamos defender a bandeira do *level playing field* até as últimas conseqüências.

■ *E a reforma da política agrícola na União Européia?*

— É também um fato positivo. A chamada Europa 2000 tem como objetivo reduzir os mecanismos de suporte e proteção aos produtores daquele continente que são altamente amparados pela política oficial. Qualquer progresso será favorável ao país. Neste sentido o presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito feliz na cerimônia de comemoração dos 50 anos do GATT, ao questionar fortemente as práticas comerciais adotadas pelos países desenvolvidos que distorcem o comércio mundial de produtos agroindustriais.

■ *Depois da virada do milênio o segredo da riqueza será a produção de alimentos?*

— Sempre foi, às vezes com mais, outras vezes com menos ênfase. O problema é que a produção de alimentos é também uma questão de segurança nacional. De que vale um exército bem armado com soldados morrendo de fome? O Japão tem uma escassa área disponível para a prática da agricultura. Esse país é um dos maiores importadores de alimentos do mundo. Mesmo assim, por segurança, produz o máximo de grãos dentro das suas fronteiras. Isso não acontece por acaso.

■ *Qual a sua avaliação das sementes modificadas geneticamente e as restrições impostas ao produto na União Européia?*

— Esta nova tecnologia de ponta já está beneficiando os sojicultores norte-americanos e argentinos com diminuição de custos de produção, e o Brasil não pode ficar ao largo deste processo.

■ *Na sua opinião, devemos nos convencer de que somos uma nação agrícola?*

— Definitivamente agrícola. E não há nada de estranho em ser um grande país rural. Somos bastante competentes para produzir e para transformar matérias-primas em alimentos para abastecer o mercado interno e o externo.

■ *Por que esse processo não acontece com maior rapidez?*

— A indústria é e sempre será dependente de matéria-prima. Os agricultores precisam de uma política agrícola para produzir eficientemente. Isso significa diminuir a carga tributária, melhorar as condições logísticas, reduzir custos portuários e resolver uma série de outros problemas. Acertadas essas questões, a evolução virá na velocidade desejável

■ *É suficiente?*

— Não sejamos tão simplistas. É preciso sensibilizar as autoridades e a população da importância estratégica do nosso setor. Lideramos a balança comercial, com exportações de US$ 5,7 bilhões em 1997, somos o maior exportador mundial de farelo de soja e o segundo de óleo, e fornecemos alimentos e insumos básicos – óleos comestíveis e farelos protéicos para produção de carnes e leite. O óleo de soja é um dos produtos da cesta básica. Uma vitória bastante significativa poderá ser comemorada se viermos a ter adidos agrícolas nas embaixadas brasileiras. Precisamos mostrar o nosso lado eficiente, vender as nossas qualidades.

■ *Isso da porteira para fora, e da porteira para dentro?*

— Criar as melhores condições possíveis em benefício dos produtores. Incentivá-los a produzir cada vez mais e melhor. E remunerá-los satisfatoriamente. A agricultura é a maior riqueza que temos. Não nos faltam boas terras, clima adequado e água. Usando esses recursos naturais com critérios e respeitando o meio ambiente, fica difícil não acertar.

■ *O país precisa pesquisar mais?*

— É preciso viabilizar mais recursos para aplicar em novas tecnologias. Um fundo de investimento com recursos vindos dos

produtores, como existe nos Estados Unidos, poderá alavancar o processo de ganho de produtividade e redução de custos. O governo sozinho não vai resolver os nossos problemas.

■ *A indústria está preparada para processar safras maiores vindas de regiões cada vez mais distantes?*

— Temos capacidade para moer 33 milhões de toneladas anualmente. Processamos em torno de 21 milhões, portanto, há muito espaço para crescer. Com relação às novas fronteiras, mais distantes das atuais indústrias é problema de solução conhecida. No curto e médio prazos podemos nos adaptar às novas características da produção. E vejo satisfeito os investimentos que estão sendo realizados nas melhorias das estradas e em outras formas de transporte e de infra-estrutura. Esses fatos são muito positivos.

■ *Que investimentos em infra-estrutura o senhor destaca?*

— Dizem que Deus é brasileiro e foi parcimonioso apenas na distribuição de rios que cortam o centro do país, em outras palavras, falta-nos um rio como o Mississipi, mas temos hidrovias no Tietê/Paraná, o rio Paraguai, o São Francisco e outros. Todos os investimentos nessa área são fundamentais para o setor de grãos.

■ *E as ferrovias?*

— Não há quem conteste que esse meio de transporte é barato e seguro para carregar as safras agrícolas e não apenas isso. Apesar do consenso, o país ficou um século sem investir nesse setor, o que é um absurdo. Aos poucos, juntos, governo e iniciativa privada retomam as aplicações nessa área. A Ferronorte é um belo exemplo do que pode ser feito. E a nossa empresa comemorou a primeira carga que chegou ao porto de Santos. Acreditamos que esse é um dos caminhos a seguir.

■ *As indústrias estão preparadas para investir?*

— Temos um parque industrial grande e moderno, com capacidade ociosa. Os investimentos necessários para acompanhar as mudanças que estão ocorrendo são pequenos, e acredito que o setor tem condições de fazê-los. O governo tem que fazer a sua parte: apoiar investimentos pesados em hidrovias, ferrovias e estradas. E mais: melhorar as condições dos portos e eliminar a burocracia inútil. Quanto a nós, estamos preparados para acompanhar o aumento da produção sem problemas.

■ *Existe mercado para grandes aumentos de produção?*

— Há. Fala-se muito dos grandes países compradores como os da Europa, Japão, China, entre outros. Nós temos uma vantagem excepcional. O Brasil é e pode se tornar ainda maior consumidor da soja e de seus subprodutos. Existem novos consumidores no mercado interno que precisam ser conquistados. O consumo brasileiro *per capita* de carne é pequeno. Quando se pensa em aumento de consumo de carnes, a soja está envolvida como fonte de alimento protéico para aves e suínos. O horizonte é amplo.

■ *Portanto, não há grandes dificuldades à vista...*

— É preciso produzir – falo de agricultores e da indústria – cada dia com mais competência. Existe demanda externa e também interna. Um produto de qualidade e competitivo não encalha. É assim que o mercado funciona.

■ *Os problemas de barreiras alfandegárias continuam atrapalhando a entrada de produtos brasileiros no exterior?*

— Sim, e essa é uma questão grave. Nós queremos jogar com as mesmas cartas que os nossos competidores. A Lei Kandir trouxe inúmeros benefícios e concordamos com ela, mas outros países asseguram boas condições de competitividade para a sua indústria contra o protecionismo internacional com mecanismos de que não dispomos no Brasil. Além disso os principais países consumidores importam nossa matéria-prima sem qualquer gravame, mas mantêm elevadas as tarifas aduaneiras para obstruir a entrada dos produtos industrializados.

■ *O que a Abiove pode fazer para corrigir essa situação?*

— Vamos buscar a equalização. Não podemos concordar com nada que prejudique a indústria brasileira. Precisamos de mecanismos que nos compensem pelas práticas protecionistas e subsídios de outros países que garantam o emprego para o trabalhador brasileiro. Lutaremos para uma situação de igualdade com o resto do mundo.

■ *Como está a questão do ICMS interestadual?*

— Aí vigora uma confusão total e inaceitável. Cada estado tem uma taxa e um mecanismo diferente. Isso só prejudica e onera as indústrias. É um problema que necessita de uma reforma urgente para não nos atrasarmos ainda mais.

■ *Os governos atrapalham?*

— Defendemos a menor interferência possível deles. A soja é um produto excepcional, tem uma liquidez fantástica. É um mercado que se auto-regula sozinho. Esgotadas as possibilidades de crescimento no Sul, o agricultor procura outra região e a transforma em novo pólo de produção e geração de riqueza. A indústria acompanha. Qual foi a interferência do governo nesse processo? Isso é resultado da determinação do produtor e do industrial brasileiros.

■ *Qual o papel do governo?*

— Criar a política agrícola da qual falamos antes, proporcionar o financiamento para o agricultor plantar com tranqüilidade, abrir caminhos para o escoamento dessa produção, lutar para eliminar as barreiras nos mercados internacionais e deixar o resto por conta da iniciativa privada.

■ *Qual o futuro da indústria de esmagamento no Brasil? A tendência é de concentração?*

— Nos Estados Unidos as cinco maiores empresas detêm 75% do mercado. Aqui as grandes esmagaram 56% no ano passado. Não vejo problema nisso. Há os mercados regionais onde as indústrias menores têm espaço para continuar operando normalmente.

■ *Quando poderemos alcançar 100 milhões de toneladas?*

— O Brasil poderá entrar no próximo milênio com um aumento expressivo na produção de grãos. A agricultura está iniciando uma importante mudança de paradigma tecnológico com a introdução da biotecnologia e da agricultura de precisão. O Fórum Nacional da Agricultura reuniu contribuições de todo o agribusiness para avançar neste processo e gerar empregos e renda distribuídos por todo o território nacional.

■ *Há mercado para toda essa produção?*

— Sim. O país importa alimentos e tem condições plenas para aumentar o consumo interno de grãos. Além disso, o mercado mundial de alimentos está em expansão e não falta espaço para produtores eficientes. A Argentina em poucos anos dobrou sua produção de 30 para 60 milhões de toneladas, vende tudo e engorda suas reservas internacionais. O Brasil é a bola da vez.

Agrodrops

Boa informação em pauta

O minimilho que compete com importados, o bioinseticida que controla os gafanhotos, o método que prevê cheias no pantanal e bananeiras resistentes à sigatoga negra são algumas das novidades que o nº 10 do informativo da Embrapa, *Embrapa em Pauta,* traz a seus leitores. Outras matérias falam de inovações na comercialização do leite, de um teste para evitar desperdício de sementes de soja e da doença azul do algodão, além de muitas outras informações úteis. Pedidos pelo tel. (061) 348-4113.

Simpósio de Pesquisa Cafeeira em Minas

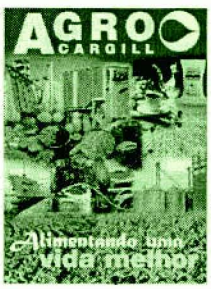
Será nos dias 6 e 7 de agosto, no Ponte de Terra Tênis Clube, em Carmo do Paranaíba, MG, o III Simpósio de Pesquisa Cafeeira do Cerrado, que também inclui o VI Encontro dos Cafeicultores. O evento conta com o apoio de instituições como a Assocafé, a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, Caccer, Banco do Brasil e Universidade de Uberaba, e o patrocínio de empresas como Agrocerrado, Basf, Rohm and Haas, Bayer e Café do Cerrado.

Ferronorte e Novoeste criam holding

A Ferronorte fechou acordo de associação com a Novoeste e anunciou a criação da *holding* Ferropasa – Ferronorte Participações S.A., capitalizada com 100% das ações da Ferronorte, que possui a concessão para construir e operar 5 mil quilômetros de ferrovias ligando o Centro-Oeste ao Sudeste, e 100% das ações da Novoeste S.A., concessionária da malha Oeste da Rede Ferroviária Federal. O grupo formado é sólido e conta com a credibilidade do setor para atrair novos investimentos e aproveitar a sinergia operacional entre as duas empresas.

Alimentando uma vida melhor

Este é o tema do primeiro número da revista da Cargill, a *Agro Cargill*, que se propõe a oferecer serviços, trocar experiências e estar mais próxima do produtor rural, com dicas e receitas importantes para quem quer progredir no campo. Pedidos pelo tel. (011) 56943992/3446.



Preservação ambiental e prosperidade agrícola

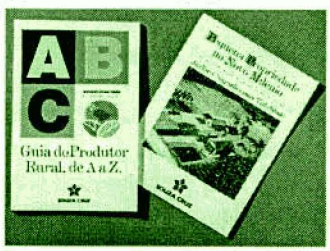
Realizado em Brasília em junho último, o VI Encontro Nacional de Plantio Direto na Palha, promovido pela Associação de Plantio Direto no Cerrado, APDC, e apoiado pela Embrapa, tratou de qualidade ambiental e prosperidade na agricultura. O sistema já abrange 9 milhões de hectares no país e 3 milhões nos cerrados. Sua grande vantagem é evitar a degradação ambiental preservando os recursos naturais, principalmente a água, indo de encontro às exigências dos consumidores.

No encontro, a Monsanto apresentou sua técnica de plantio direto em diversas culturas, como soja, milho, feijão e algodão. Mostrou também herbicidas para o milho, Kadett e Boxer, de amplo espectro de ação. A Monsoy e a Agroceres, do grupo Monsanto, também participaram do evento, ligadas ao objetivo de obter novos recursos tecnológicos para a agricultura brasileira.

BB Leilão oferta 30 mil sacas de café

O Banco do Brasil esteve presente à Feira Internacional de Alimentação, Fispal, onde realizou leilão eletrônico de 30.580 sacas de café arábica produzido no Paraná, em São Paulo e Minas Gerais. Além do leilão, o BB apresentou a Cédula de Produto Rural (BB-CPR) e o BB Futuro aos visitantes. São produtos que facilitam as vendas ou parte delas antes da safra, permitindo ao agricultor dispor de capital para plantar.

Publicações para os produtores de fumo



Parte do programa da Souza Cruz "Produtor de Fumo, um Empresário no Campo", acabam de ser lançadas pela companhia as brochuras *Guia do produtor rural, de A a Z* e *Pequena propriedade no novo milênio*. Na primeira, há informações sobre temas que o produtor precisa ter para se tornar um empresário no campo, como globalização, fluxo de caixa, qualidade total, valor agregado, capital agrícola e pesquisa de mercado. Entre os conceitos desenvolvidos em *Pequena propriedade no novo milênio* está o de que o fumo deve estar inserido numa propriedade bem administrada, diversificada, com ações de gestão rural, mercado, tecnologia e respeito ao meio ambiente. Pedidos pela Caixa Postal 50, de Santa Cruz do Sul - RS, ou pelo fax (051) 719-7013.

Cercas com maior durabilidade

A Monsanto desenvolveu técnica que mantém as cercas por muito mais tempo aceiradas e impede que sofram com as queimadas, por meio de tratamento químico de aceiros que oferece rapidez, facilidade e redução de custos. A nova técnica reduz até 80% os custos de limpeza da área em torno das cercas.

Novilho precoce e confinamento

O II Encontro Nacional dos Confinadores e o III Encontro Nacional do Novilho Precoce reunirão cerca de 500 pecuaristas em Uberlândia, MG, de 5 a 7 de agosto, no Plaza Inn Master Hotel. A proposta é realizar um evento que traga informações novas e tire as dúvidas quanto às vantagens do investimento na produção de novilho precoce e em confinamento, e divulgue técnicas atuais que favorecem a rentabilidade do negócio. A promoção é da Prefeitura Municipal de Uberlândia, da Associação Brasileira do Novilho Precoce, do Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentá-

vel, da Emater/MG, da Chalet Agropecuária e da Rezende Alimentos. As inscrições podem ser feitas pelos telefones (011) 386-50444 e (011) 262-1229.

Aguardente de cana vai ter feira em BH

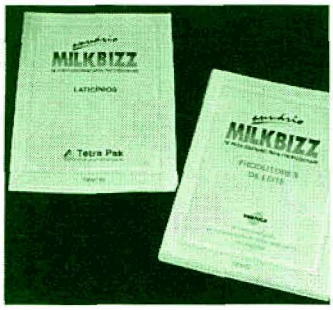
De 23 a 26 de julho, acontecem a Feira e o Festival Nacional da Aguardente de Cana, em Belo Horizonte, como resultado do destaque conseguido pelo setor após a criação do Programa Brasileiro da Aguardente de Cana, Caninha ou Cachaça (PBDAC) e de iniciativas como o Pró-Cachaça, do governo de Minas. O festival é aberto ao público, e os ingressos serão vendidos na portaria da Serraria Souza Pinto. Contatos: (031) 241-2096 ou (031) 241-2827.

Técnicas de plantio e colheita

A técnica de colheita direta do café, desenvolvida pela Monsanto, é um sistema que elimina os prejuízos diretos e indiretos do método tradicional, diminuindo custos e melhorando a qualidade do café. A tecnologia já é utilizada por alguns cafeicultores do Cerrado e em outras regiões do Brasil e consiste de aplicações de Roundup que diminuem o perigo de contaminação dos grãos por fungos e bactérias.

Anuário Milkbizz, *agora em dois volumes*

Milkbizz 1998/99, 5 mil exemplares de tiragem e 444 páginas, 50 gráficos e tabelas com estatísticas lácteas nacionais e mundiais, divide-se agora em um volume sobre Produtores de Leite e outro sobre Laticínios. Foi ampliada a relação dos maiores produtores e das empresas fornecedoras de produtos e serviços. Também estão registrados quase 100% dos laticínios, inclusive as mini-usinas, e as instituições do setor. Telefone/fax (011) 221-9881 e e-mail milkbizz @mandic.com.br



Stolle Milk – o superleite

O leite hiperimunizado já está no mercado brasileiro, com bons resultados no combate e na prevenção de doenças. Baseado na capacidade imunológica do leite materno, que contém anticorpos e protege o bebê, é um leite em pó natural, concentrando 26 tipos de anticorpos e propriedades biológicas benéficas ao organismo. A pesquisa é do Laboratório da Stolle Research, de Ohio, EUA, e a produção é do Dairy Board da Nova Zelândia, onde se encontram os melhores rebanhos leiteiros do mundo. Os consumidores e interessados podem ligar para (011) 288-1960 ou (011) 289-7441.

A maior festa de rodeio do mundo

Há 43 anos, Barretos realiza a sua tradicional festa de rodeio, que ano passado recebeu 1,5 milhão de pessoas em 10 dias. Agora a festa contará também com um parque temático *country*, criado pela Torres e Baldacci, representante da Wet'n'Wild no Brasil. O investimento é de US$95 milhões em dois anos na construção do projeto, que deve gerar cerca de mil empregos diretos e 5 mil indiretos além de receber mil pessoas por mês, com retorno previsto de US$40 milhões no primeiro ano. São mais de 40 atrações no Parque do Peão, onde acontecem os rodeios. A animação ficará a cargo dos Cowboys Kids, uma família *country* de quatro personagens nos moldes da parada Disney. Informações: (011) 289-5800.

Expandindo o mercado de rações

O empresário Astor Hauschild, (foto) pela segunda vez presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Rações – Anfar, pretende fomentar o mercado de rações balanceadas e para isso quer atrair os criadores que ainda não descobriram os benefícios dessa linha de produtos. Hauschild, também diretor-presidente da Ralston Purina do Brasil, está interessado na evolução tecnológica da indústria de alimentação animal e quer ajudar na definição de padrões para o mercado brasileiro de rações. Tel. (011) 280-6400, e-mail: texto@zaz.com.br



A melhor central de sêmen Limousin

A Central Corona de Sêmen, a maior de Limousin do mundo, amplia possibilidades de aperfeiçoamento genético da raça. Acreditando que a especialização é o melhor meio de buscar eficiência, a Central Corona inaugurou a melhor central de sêmen do mundo especializada em Limousin, durante a 13ª Conferência Mundial de Limousin, que reúne cerca de 300 participantes de 27 associações internacionais criadoras da raça. Os contatos podem ser feitos pelo telefone (011) 575-1233 ou pelo e-mail: ppagina@uol.com.br

Suplementos minerais para a pecuária

O Sindicato Nacional das Indústrias de Alimentação Animal (Sindirações), a Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram) e a Associação Nacional para Difusão de Fontes de Fósforo na Alimentação Animal (Andif) juntam forças para incentivar o uso de suplementos minerais na pecuária brasileira, orientar o produtor sobre a importância de se mineralizar corretamente o gado e informar sobre a qualidade dos suplementos disponíveis no mercado doméstico. Informações: (011) 280-6400 ou pelo e-mail texto@zaz.com.br

Biotecnologia no agribusiness

Nos dias 11 e 12 de agosto o Crowne Plaza Hotel de São Paulo será a sede da conferência Beneficiando-se dos Avanços da Biotecnologia no Agribusiness, em que serão tratados temas como perspectivas da biotecnologia na agricultura mundial, processos de desenvolvimento e comercialização de produtos biotecnológicos e novas oportunidades de mercado, entre muitos outros. A promoção é da IBC do Brasil e as inscrições poderão ser feitas pelo telefone 0800-11-3883 ou pelo fax 0800-11-4664.

Nutrição animal e processamento

Monsanto e Cargill anunciam *joint-venture* mundial na área de biotecnologia para nutrição animal e processamento. O empreendimento é pioneiro e cria um sistema que liga pesquisa biotecnológica, desde o desenvolvimento de sementes até o processamento para o cliente.

Registro

Dupla homenagem



Em 17 de junho, o engenheiro-agrônomo Roberto Rodrigues, atual presidente da Aliança Cooperativa Internacional e coordenador do Fórum Nacional da Agricultura, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira e da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi homenageado em Brasília com a medalha da Ordem do Rio Branco no grau de Grande Oficial, em solenidade no Itamarati, onde é membro do Comitê Permanente de Comércio Exterior do Itamarati. Na área internacional, Rodrigues é conselheiro da International Agribusiness Management Association, já presidiu a Eximport, *trading* de cooperativas, a Aliança Cooperativa Internacional para as Américas e foi vice-presidente da Organização das Cooperativas da América.

No dia 19, recebeu em Jaboticabal, São Paulo, no campus da Unesp, o título de Doutor Honoris Causa, concedido por unanimidade pelo Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista. Atualmente, Rodrigues leciona no Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, é conselheiro da Associação Comercial de São Paulo, do Fórum do Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial – Iedi –, do Concite, do Pensa-USP, da Ocesp, da Carol, da SRB e da ENA. Representou a agricultura em diversos conselhos governamentais, como CMN, CNPA, CCPA, Concex, CEC e privados, como ABC, OCB, Eaesp-FGV, Cocecrer, Fealq, Ibraf e outros.

Faltou informar

Na página 11 de AGROANALYSIS de junho último, tabela 2, os valores da coluna Produção são em bilhões de litros; os da coluna Importação, em milhões de litros; os da coluna Consumo representam consumo *per capita* em litros/ano.
Na página 13, tabela 4, faltou a informação em mil t de equivalente leite.
Na página 14, omitiu-se da Itambé o registro de central de cooperativa de leite.

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 536-9100.

Presidente Fundador:
Luiz Simões Lopes

Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral:
José Affonso Fausto Barbosa

Conselho Diretor

Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes:
Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais:
Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manuel Fernando Thompson Motta, Manuel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cesar de Andrade. Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Julio Senna, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha e Maria Silvia Bastos Marques.

Conselho Curador

Presidente:
Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-Presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)

Vogais:
Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (SA White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mario Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidades SA), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragás SA), Sergio Franklin Quintela, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

Suplentes:
Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista SA), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações SA), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes – Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

Conselho Consultivo
Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado e Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia

Diretor:
Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador
Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE
Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO

Redator chefe
Regis Alimandro

Redatores setoriais
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Eliana Leite (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antônio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho).

Equipe de colaboradores
Adib Jamil Amin, (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool).

Redatores
Maria Adelaide Amorim Oliveira, César Garcia e Jorge Reti.

Direção de arte & capa
Osvaldo Moreira da Silva

Revisão
André Pinheiro

Contatos com a redação pelos tels.: (021) 536-9213, 551-7995 e 536-9225 e fax: (021) 536-9207.

Técnico em processamento
Bruno da Silva Júnior

Estagiários
Alessandra Santos Vaz, Juliana da Silva Prado, Marcus Tadeu Vilaça Pessôa, Raquel da Silva Guedes e Viviane Basílio Seda

Secretaria e apoio administrativo
Claudia Ana Marques, Eliane dos Santos Botelho, Antonio Getúlio de Oliveira.

PUBLICIDADE

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
tel.: (021) 536-9269
fax: (021) 536-9207,
e-mail: caique@fgv br

Representantes comerciais
Brasília - DF: tel. e fax: (061) 314-1541 e 322-2034; *Rio de Janeiro - RJ:* tel.e fax: (021) 533-3121; *São Paulo - SP:* telefax.: (011) 3061-9754; *Rio Grande do Sul:* (051) 343-8423. Fax: (051) 337-4262

CIRCULAÇÃO

Gerente comercial (Editora FGV)
Carlos Hamilton Rocha

Serviço de Vendas

Praia de Botafogo, 190 s/607, CEP 22253-900 ou Caixa Postal: 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-777

Livrarias

Rio de Janeiro
Livraria J. Carneiro Felipe
Praia de Botafogo, 188
tel.: (021) 536-9105

São Paulo
Livraria Faria Lima
Av. Nove de Julho, 2.029
tel.: (011) 281-7875.

Visite nossa home page
http://www.fgv.br

As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS *– Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax: (021) 536-9207*

pág. 10 *Especial Oleaginosas*

Espaço para crescer 10
Tecnologia
Competir é preciso 12
Política tributária
Exportando empregos 13
Comércio internacional
A rodada do milênio 17
Mercosul
Harmonizando políticas 19
Perspectivas
Boas-vindas ao futuro 23
Competitividade e logística
É preciso mudar 25
Fomento
A década da agroindústria 31
Pesquisa
Casa de soluções 35
Pioneirismo e criatividade 37
Novos produtos
Pesquisas em andamento 39
Receita para crescer 40
Complexos de oleaginosas
Óleos para todos os gostos 44

pág. 51 *Diário de bordo*

pág. 52 *Conjuntura do agribusiness*

Carne suína
Portfólio multivariado 52
Arroz
Apagando incêndios 54
Café
Sem aperto 55
Milho
Choque de oferta e demanda 57

pág. 58 *Estatísticas agropecuárias*

pág. 62 *Oferta & demanda*

pág. 63 *Legislação agrícola*

pág. 70 *Panorama agropecuário*

pág. 74 *Janela aberta*

Uma reforma digna do nome

Há algumas décadas, as principais lideranças da agricultura brasileira e vários estudiosos do setor tentam demonstrar ao governo que o Brasil não pode e não deve importar subsídios e exportar impostos nas transações externas com produtos agrícolas.

Há algumas décadas, praticamente, nada acontece. As autoridades reconhecem a procedência dos argumentos mas alegam que o governo não pode prescindir da receita fiscal.

Há alguns meses, finalmente, surge a novidade. Já durante a discussão da reforma fiscal que deveríamos realizar, foi aprovada a lei Kandir, que é como ficou conhecida a isenção de ICMS das exportações de produtos agrícolas. A medida, claro, foi muito bem recebida no meio rural e, de modo geral, também pelo agribusiness.

A lei é correta. Aumenta a competitividade das exportações de produtos agrícolas e a receita potencial do produtor brasileiro. Mas não resolve, até porque não se propõe a isso, o *samba do criolo doido* que é a nossa legislação do ICMS.

No passado, as alíquotas incidentes sobre produtos agrícolas e seus derivados, em tese, eram calculadas de forma a serem neutras em termos da exportação de produto *in natura* ou processado. Com a mudança da legislação, as empresas processadoras localizadas no Brasil passaram a concorrer com suas congêneres do exterior pela matéria-prima brasileira a partir de uma mesma base de preço, ou seja, sem o ônus do ICMS. Isso, claro, favorece o produtor.

O grave é que uma indústria localizada, por exemplo, em São Paulo, que compra matéria-prima em qualquer outro estado paga ICMS na operação, ainda que venha a utilizá-la para produção e exportação de derivados. Nesse caso, as indústrias acumulam créditos de ICMS de difícil recuperação. E tendem a comprar matéria-prima em seus estados para processamento e nos demais só para exportação *in natura*. Isso prejudica injustificavelmente produtores de estados menos industrializados e destrói renda e empregos ao promover a venda *in natura*. E pior. A indústria que exporta produto *in natura* concorre consigo mesma, pois o comprador da matéria-prima era um potencial comprador do produto processado.

Histórias como essas indicam a premência de uma reforma de nossa legislação fiscal digna do nome, capaz de eliminar as distorções que destroem emprego e renda.

* * *

O velho amigo Roberto Rodrigues, uma das principais lideranças da agricultura brasileira e do cooperativismo internacional, já foi entrevistado por AGROANALYSIS algumas vezes. Escreveu diversos artigos especiais para a revista e até mesmo ajudou na definição da pauta de algumas edições. É com extrema satisfação que registramos a criação de uma seção só sua em AGROANALYSIS. Em seu *Diário de Bordo*, Roberto nos falará de suas andanças pelo mundo como presidente da ACI.

Será uma boa oportunidade para pegarmos uma carona no seu texto e embarcarmos em suas idéias.

Espaço para crescer



Além da soja, principal fonte produtora de óleo comestivel, o Brasil cultiva em pequena quantidade o girassol, a canola e o caroço do algodão, que já rendeu grande volume de óleo e perdeu mais de 60% de sua produção. O amendoim também já foi cultura de grande destaque econômico no estado de São Paulo e até mesmo no Paraná, mas hoje não passa de uma oleaginosa de pouca expressão, tanto em área quanto em produção.

Maiores chances para a soja

Como produtor de grãos (incluindo as oleaginosas), o Brasil responde por 80 milhões de toneladas. O governo estabeleceu como meta de médio prazo os 100 milhões de toneladas. Faltam recursos, no entanto, para expandir a área e investir em tecnologia e pesquisa, visando à criação de novas variedades mais produtivas e adequadas, e a novas técnicas de melhoria de solo, de rotação de culturas, plantio direto etc. de que ainda carecemos. A área disponível não justifica, por exemplo, que a produção nacional de soja esteja estagnada por volta de 30 milhões de toneladas.

Desde o Cruzado, em 1986, tivemos seis planos econômicos de combate à inflação, sempre com propostas de alimentação barata para proteger o consumidor. Como quem produz alimentos é o campo, sobrou para a agricultura o ônus da transferência de renda para o meio urbano, o que contribuiu para inviabilizar principalmente a pequena propriedade.

Por mais que o governo adote medidas para apoiar o pequeno produtor, o que temos visto na prática é a extinção das pequenas propriedades e cada vez mais pequenos produtores migrando para as cidades porque a renda não está sendo suficiente para manter sua família no meio rural. Isso prova que a política agrícola tem que visar ao longo prazo e ao aumento da renda do agricultor na propriedade. A descapitalização que culminou, em 1995, com o grande endividamento da agricultura obrigou o governo a conceder a securitização da dívida agrícola – um paliativo que não resolveu o problema.

José Aroldo Gallassini

O Sudeste e o Sul têm poucas possibilidades de expansão, porque praticamente todas as áreas agrícolas estão sendo cultivadas. Mas as oleaginosas ainda podem se expandir em algumas regiões do Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí, Tocantins e outros estados.

Conseguiram-se bons preços para alguns produtos, principalmente a soja em 1996 e 1997, mas na verdade o agricultor não se viu livre das dificuldades. A soja retorna agora aos preços médios mundiais dos últimos 10 anos e as dificuldades estão ressurgindo.

O governo está lançando o novo plano de safra 1998/99, com recursos de R$10 bilhões, redução de juros de 9,5% para 8,75% ao ano para médios e grandes produtores e de 6,5% para 5,75% para o Pronaf. Entretanto, não é bastante. Os planos do governo têm que permitir e incentivar a expansão de novas fronteiras. O parque mecânico está sucateado, são necessários financiamentos especiais para máquinas. A situação da agricultura tem que ser revista, para que seja possível voltar a crescer e atingir melhores níveis de produtividade e de renda.

Está pronto para ser apresentado ao governo um trabalho sobre os caminhos para a modernização em todos os setores, desde a produção até a agroindústria, no Fórum Nacional da Agricultura – FNA, criado pelo presidente da República com a participação do Ministério da Agricultura e da iniciativa privada. Através da reativação do Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA, poderemos analisar as propostas do FNA e acompanhar a implementação das medidas necessárias.

Papel das cooperativas

As cooperativas conseguem fazer chegar mais facilmente ao produtor os recursos e os insumos básicos para a produção e contribuem intensamente na comercialização.

No desenvolvimento das oleaginosas, as bem estruturadas cooperativas das principais regiões produtoras – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e até mesmo no Mato Grosso e Goiás – têm um papel importante, seja no caso da soja, do girassol ou da introdução da canola como cultura de inver-

Brasil: Produção de oleaginosas – mil t

Cultura	*1998*	*1997*	*1996*	*1995*	*1994*	*1993*
Algodão em caroço	852	512	617	885	834	681
Amendoim	150	140	154	169	159	150
Babaçu amêndoa	70	70	100	110	120	124
Colza	21	9	4	7	12	16
Girassol	24	26	22	4	3	3
Linhaça	5	5	3	3	2	2
Mamona	110	96	43	32	54	42
Palma/Palmiste	500	460	390	380	400	345
Soja	30.890	27.100	24.150	25.900	24.597	22.404
Tungue	2	2	2	2	3	1
Total	32.624	28.420	25.485	27.492	26.184	23.768
Comparação com ano anterior (%)	15	12	(-)7	5	10	

Fonte Conab.

no, ainda dependente de muita pesquisa.

É certo que também as cooperativas sofreram a cada plano econômico. O Recoop é um plano de financiamento de longo prazo para recuperar o setor onde se faz necessário.

A Coamo tem desenvolvido programas específicos para aumentar a fertilidade do solo. Também tem contribuído para a diluição dos custos do campo mediante o constante lançamento de novas variedades, cada vez mais produtivas e vigorosas.

O governo ainda não autorizou a colocação no mercado nacional nem a produção no Brasil de produtos transgênicos como a soja, o milho e o algodão. Países como os Estados Unidos e a Argentina vêm aumentando a passos largos a sua produção anual de grãos com o auxílio de variedades modificadas geneticamente e com grandes vantagens de aumento em produtividade, em proteína, em óleo, inclusive na redução de insumos agroquímicos de modo geral, contribuindo ainda com a preservação do meio ambiente.

É possível acompanhar essa evolução, desde que tenhamos a autorização do governo. Entre o sim e o não para a biotecnologia, já perdemos seis anos. Se até 1999 o governo não tomar uma decisão teremos que nos contentar em ser um país atrasado relativamente às tecnologias agrícolas.

O governo ainda não autorizou a produção de transgênicos da soja, milho e algodão. Se até 1999 não tomar uma decisão, seremos um país atrasado em tecnologias agrícolas.

Quanto à evolução da produção de oleaginosas, o Sudeste e o Sul têm poucas possibilidades de expansão, porque praticamente todas as áreas agrícolas estão sendo cultivadas. Mas a cultura pode se expandir ainda em algumas regiões do Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí, Tocantins e outros estados. Essa expansão depende de um plano estratégico para a agricultura naquelas regiões. Existem grandes áreas disponíveis à espera de recursos e financiamentos de longo prazo.

O Brasil tem grande experiência na produção de soja, milho e algodão. Embora com vocação, não tivemos tanta experiência na cultura de outras oleaginosas como o girassol, que acabou sendo eliminado pela evolução da soja. Mas o girassol está retornando como cultura possível na seqüência do milho e antes do trigo, em substituição à da soja. Em vez de duas, teremos três safras durante o ano agrícola, se o milho e o girassol juntos proporcionarem renda maior que a da soja. Tal teoria ainda não tem comprovação técnica. Há pesquisas da Embrapa e de outras entidades no sentido de que se determinem as épocas de plantio dessas culturas e de mais uma para o inverno, uma opção para que o campo não fique na exclusiva dependência da monocultura da soja. A monocultura traz problemas de mercado e grandes dificuldades para os produtores de modo geral.

Problemas comerciais

Os preços agrícolas estão achatados, os custos se elevaram demais e o governo está permitindo a importação de produtos subsidiados em outros países, uma concorrência desleal com vantagens de prazo e preços baixos. Faltam garantia de preços mínimos adequados e compradores internos, sobram dificuldades de exportação. Propriedades com menos de 100ha estão tendo dificuldade para manter a renda dos produtores.

O quadro que precisa ser revertido com urgência afeta tanto os agricultores que já estão na propriedade, quanto os produtores assentados por conta da política de reforma agrária. De nada adianta levar gente para o meio rural, assentando-os em áreas pequenas, e nada fazer para estimular e apoiar sua continuidade na agricultura, quando os próprios agricultores que já têm casas e infra-estrutura não estão conseguindo sobreviver.

Os 64 setores analisados pelo Fórum Nacional da Agricultura apresentaram o mesmo pleito: maiores recursos. A falta de financiamento à produção é uma coisa que preocupa. O Brasil já aplicou na agricultura mais de R$39 bilhões, mas nos últimos três anos não lhe destinou nem 2/3 desse volume: em 1996/97, R$5,5 bilhões; em 1997/98, R$8,5 bilhões e agora, 1998/99, R$10

bilhões.

O plano de safra 1998/99 traz uma ligeira baixa dos juros agrícolas e um pouco mais de recursos, um sinal de que as coisas podem estar mudando e uma contribuição para reduzir o êxodo no meio rural e tornar a pequena propriedade mais viável.

A agricultura responde rapidamente aos recursos aplicados. Em seis ou oito meses o recurso de custeio já está de volta. O governo tem condições de fomentar a agricultura, desde que tenha recursos para que se plante, se comercialize e se industrialize. Em regiões bem estruturadas, temos visto uma agricultura cada vez mais forte, eficiente, rentável e com melhor distribuição de renda.

Meio ambiente

De nada adianta expandir sem preservar. Esta é uma questão crucial. Mais do que nunca se faz necessário hoje caminhar pela trilha da agricultura sustentável. Mas também na área de preservação ambiental Executivo e Legislativo devem rever a questão. Grande preocupação com o meio ambiente, trabalhos no sentido de reduzir a poluição, o problema das águas ou a devastação das matas não são tudo. Uma lei específica deve permitir que os produtores, que ocupam integralmente a propriedade com agricultura e por essa razão não possuam reserva legal exigida por lei, possam realizar o reflorestamento alternativo em áreas comprovadamente não-mecanizáveis. Nas áreas em produção, na maioria das vezes, de grande produtividade, onde foram realizadas as destocas, estão investidos muitos anos de trabalho, sem contar o valor dos corretivos, fertilizantes, gastos em conservação de solo etc. Não faz sentido alijá-las do processo produtivo.

Por todo o Brasil encontraremos muitas áreas que, mesmo não adequadas à agricultura, encontram-se descobertas. Essas áreas poderiam servir ao reflorestamento alternativo. Não se deveriam ter perdido, por exemplo, 20% da área agrícola do Paraná, já produtiva, deixando voltar as capoeiras. O custo para a agricultura foi muito elevado, e existem condições de plantar esses 20% de matas em áreas não-contíguas a área cultivada.

O ponto importante é preservar as matas ciliares, de forma que se alcance uma preservação ambiental adequada. Em áreas mecanizadas e produtivas é preciso um plano especial de preservação de matas ciliares, em nascentes e beiras de rios, para não ferir e encarecer ainda mais a agricultura. Temos certeza de que o bom senso vai prevalecer entre os responsáveis pelas mudanças, a Câmara dos Deputados e o Senado.

José Aroldo Gallassini é engenheiro agrônomo e presidente da Coamo.

TECNOLOGIA

Buscar a competitividade

Economia, produtividade e qualidade melhoradas conseguidas pelos novos processos renovam os conceitos tecnológicos do cultivo da soja.

MARCELO PRADO



Em uma economia globalizada cada vez mais torna-se vital a utilização de alta tecnologia com o objetivo de se alcançar níveis de produtividade compatíveis com os melhores do mundo e custos de produção decrescentes visando fortalecer a rentabilidade do empresário rural.

Agricultura de precisão

Uma tecnologia que visa a ganhos de produtividade, racionalização da utilização de insumos e menor agressão ao meio ambiente.

O processo começa pela colheita, onde é possível mapear a produtividade metro quadrado a metro quadrado, gerando informações de produtividade. Dessa maneira, o agricultor poderá identificar as áreas de sua propriedade que estão contribuindo para a queda da média e tomar medidas corretivas, nivelando a produtividade nas médias mais altas.

Os primeiros trabalhos realizados na região de Uberlândia, em Minas, mostraram produtividade média de 3 mil quilogramas, variando de 1.200 a 4.500 kg/ha ou 375%, o que comprova a eficiência dos sistemas de precisão para elevar a produtividade.

A fase seguinte é a mostragem do solo nos pontos de menor produtividade, onde se pode determinar se as quedas são causadas por questões nutricionais do solo. No caso de ervas daninhas, doenças ou pragas, o mapeamento também permite a identificação da causa e as medidas corretivas que deverão ser adotadas.

Usados em pulverizações, os sistemas de precisão propiciam maior correção nas dosagens, além de diminuir o volume do produto aplicado.

No plantio será possível utilizar dosagens variáveis de insumos, fazendo com que a planta receba a quantidade adequada de nutrientes para alcançar altos índices de desempenho.

A agricultura de precisão trará à cultura da soja um alto índice de desenvol-

vimento e será uma alavanca propulsora do crescimento da sojicultura nacional.

Biotecnologia e engenharia genética

Muitas operações de pulverização de defensivos para controlar doenças e pragas serão substituídas pela resistência que estará dentro da semente, fator implementado pela utilização de gens de resistência.

Muitas propriedades da soja poderão ser modificadas como sabor, teor de óleo, de proteína e fibras. Isso permitirá um aumento do uso da soja na indústria de alimentos. Todos esses fatores farão com que esta oleaginosa cada vez mais aumente de importância, beneficiando todas as empresas envolvidas no complexo.

A agricultura de precisão trará à cultura da soja um alto índice de desenvolvimento e será uma alavanca propulsora do crescimento da sojicultura nacional.

O processo de evolução tecnológica da cultura de soja tem sido bastante acentuado e rápido. Os empresários rurais terão que acompanhar as novas técnicas determinantes da competitividade desse segmento, na evolução acelerada que todos os dias muda e renova nossos conceitos.

Marcelo Prado é vice-presidente do Setor Agroalimentar do Grupo Algar.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Exportando empregos

Parte da agroindústria brasileira está reduzindo o nível de atividade e postos de trabalho estão sendo fechados em cidades do interior e transferidos para a indústria de outros países.

ANTONIO CARLOS SILVA



Enquanto muitos governos estaduais travam uma verdadeira batalha fiscal, concedendo benefícios às empresas para conquistar novos investimentos industriais e aumentar a produção, adicionar valor e gerar empregos em seus estados, ocorre um movimento muito mais forte e silencioso em sentido contrário. Parcela expressiva do setor agroindustrial brasileiro está reduzindo o nível de atividade produtiva, deixando de agregar valor, passando a exportar oportunidades de emprego. São postos de trabalho que estão sendo fechados em cidades do interior e transferidos para a indústria de outros países. E o que é mais grave: verifica-se o redirecionamento dos investimentos para outros países que não impõem condições tributárias hostis às agroindústrias, enquanto o Brasil reduz artificialmente a rentabilidade dos investimentos.

Tal situação, paradoxal e indesejável a qualquer país, contraria o bom senso e todas as teorias de desenvolvimento econômico e política industrial. Na verdade, trata-se de um retrocesso social e econômico, pois estamos regredindo à posição colonial do supridor de matérias-primas agrícolas a serem industrializadas em outros países, num bizarro processo de substituição das exportações. Isso ocorre porque a agroindústria brasileira competitiva e exportadora vem sendo gravemente punida por uma carga tributária mais pesada do que a incidente sobre as exportações de matéria-prima, num verdadeiro incentivo à não-industrialização no país. Acresce-se a isso outro fator que agrava sensivelmente a competitividade internacional: as práticas protecionistas corriqueiras por parte dos países consumidores. Eles impedem a entrada de nossos produtos agroindustriais através de barreiras tarifárias elevadas, ao mesmo tempo em que importam nossas matérias-primas sem qualquer tributo, ou, quando muito, com ônus reduzido, para processá-las localmente. Entre outros, um exemplo disso é o que ocorre nas cadeias produtivas de soja, carnes e café.

Produzindo ociosidade

O agronegócio soja, principal item na balança comercial do Brasil e de importância estratégica para o abastecimento interno de óleo comestível e proteína vegetal, é, sem sombra de dúvida, o mais prejudicado pelo desequilíbrio tributário. A indústria beneficiadora de soja diminuiu compulsoriamente sua programação de processamento nos últimos dois anos. Unidades industriais modernas e tecnicamente competitivas ficam ociosas, liberando seus colaboradores no mercado de trabalho, por absoluta falta de matéria-prima. E isso ocorre diante da colheita de safras recordes, em que todo o incremento da produção está sendo exportado em forma de matéria-prima,

Brasil: Exportação do complexo soja, 1981-86 (ano civil)

Itens/anos	Quantidade 1.000t	US$/t	Valor US$ milhões
1981			
Grão	1.450	278	404
Farelo	8.884	240	2.136
Óleo	1.281	508	651
Total			3.191
1982			
Grão	501	247	124
Farelo	7.721	210	1.619
Óleo	849	446	379
Total			2.122
1983			
Grão	1.295	238	309
Farelo	8.503	211	1.792
Óleo	1.075	431	463
Total			2.564
1984			
Grão	1.561	291	454
Farelo	7.587	192	1.460
Óleo	928	702	651
Total			2.565
1985			
Grão	3.495	218	763
Farelo	8.599	137	1.177
Óleo	956	631	604
Total			2.544
1986			
Grão	1.200	203	243
Farelo	6.959	180	1.255
Óleo	397	358	142
Total			1.640

Fonte: Secex.

sem qualquer industrialização.

Em setembro de 1996, foi aprovada uma importante modificação na política tributária, através da Lei Complementar nº 87, conhecida como Lei Kandir. Finalmente o Congresso Nacional libertava o agribusiness do pesado ônus do ICMS nas exportações. Esse alívio na carga tributária proporcionou ao sojicultor um incremento de 15% na receita de venda de soja, através da elevação dos preços recebidos. Esse efeito salutar contribuiu para a capitalização do produtor e estimulou a expansão do cultivo dessa oleaginosa. Como resultado, a colheita rompeu, pela primeira vez, a marca dos 30 milhões de toneladas.

Entretanto, a desoneração das exportações dos derivados – farelo e óleo de soja – não foi completa, como ocorreu na exportação da matéria-prima *in natura*. Assim é que a indústria continua pagando o famigerado ICMS no processo produtivo para exportação. Isso ocorre freqüentemente e todas as vezes em que a indústria localizada em um estado tem que adquirir matéria-prima em outra unidade da federação, na elaboração de produtos destinados à exportação. Essas transferências interestaduais, sujeitas ao pagamento de 12% de ICMS, decorrem da necessidade de redirecionar o excedente de matéria-prima existente em alguns estados para indústrias localizadas em outras unidades federativas onde a oferta é inferior à demanda da indústria ali instalada.

Um ICMS de cerca de R$200 milhões incide sobre a soja enviada às unidades processadoras do Paraná e de São Paulo para industrialização; mas não incide um centavo sequer de tributo sobre a soja exportada 'in natura'.

Na atual temporada, por exemplo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás dispõem de um excesso de 6,8 milhões de toneladas de soja, já descontada a demanda das indústrias locais, que poderiam (e deveriam!) ser enviadas a unidades processadoras localizadas no Paraná e São Paulo. Essa movimentação, contudo, implicaria o pagamento de aproximadamente R$200 milhões em ICMS pelas indústrias brasileiras que se dispusessem a industrializar essa soja; mas não se paga um centavo sequer de tributo, se a soja for exportada *in natura*. Como decorrência dessa distorção absurda, parcela expressiva de matéria-prima está sendo exportada *in natura* pela própria indústria, que passa a atuar nessas operações como mera empresa comercial exportadora, tendo presente que a tributação interestadual compromete a margem industrial, inviabilizando a utilização dessa soja na industrialização interna.

Capital: sem utilização nem remuneração

Como se vê, a política tributária da cadeia produtiva está em flagrante desequilíbrio: enquanto a soja brasileira *in natura* é adquirida pelas indústrias de países concorrentes como os da Europa e Japão, sem qualquer ônus tributário, a

Brasil: Exportação do complexo soja, 1987-91 (ano civil)

	Quantidade		Valor
Itens/anos	1.000t	US$/t	US$ milhões
1987			
Grão	3.024	189	570
Farelo	7.802	186	1.450
Óleo	989	307	304
Total			2.324
1988			
Grão	2.597	280	728
Farelo	8.130	249	2.024
Óleo	680	432	294
Total			3.046
1989			
Grão	4.618	250	1.154
Farelo	9.871	216	2.136
Óleo	891	401	357
Total			3.647
1990			
Grão	4.076	223	910
Farelo	8.744	184	1.610
Óleo	795	420	334
Total			2.854
1991			
Grão	2.020	222	448
Farelo	7.489	183	1.369
Óleo	512	416	213
Total			2.030
1992			
Grão	3.740	217	812
Farelo	8.501	188	1.595
Óleo	718	405	291
Total			2.698

Fonte: Secex.

mesma matéria-prima, quando adquirida pelas empresas brasileiras instaladas em um estado vizinho, sofre tributação de 12%. Como nas operações seguintes, tanto na exportação do farelo e óleo de soja (operações isentas) como na venda interna desses produtos, em que o farelo é normalmente contemplado com diferimento e o óleo, integrante da cesta básica, tem sua base de cálculo reduzida para 7%, a indústria que adquire sua matéria-prima em outro estado se vê impossibilitada de utilizar o crédito correspondente (12%) ao tributo pago na aquisição. Conseqüentemente, as indústrias passaram a padecer de um mal crônico que enfraquece a saúde financeira: o acúmulo estrutural de créditos de ICMS.

O capital de giro que deveria estar circulando para gerar mais produção fica imobilizado em créditos tributários sem utilização nem remuneração, até que os governos estaduais procedam – quando viável – à homologação dos pedidos de suas transferências (vendas) para outros setores empresariais. Mesmo assim, nesses processos são registradas perdas financeiras irreparáveis, tanto pelo decurso de tempo sem rentabilidade, como pelos fortes deságios verificados na venda desses créditos tributários.

O ônus tributário que pune as atividades produtivas no Brasil contrasta fortemente com os incentivos concedidos nos países ricos que adquirem a matéria-prima aqui produzida.

O Brasil é o único país produtor, processador e exportador de que se tem notícia que pratica uma tributação que pune a atividade industrial. Duas tentativas do Ministério da Fazenda, através do Confaz – Conselho de Política Fazendária –, de negociar com os estados a correção dessa distorção não lograram êxito. A proposta de concessão da suspensão do ICMS nas transferências interestaduais de matéria-prima, condicionada à exportação da produção correspondente de farelo e óleo de soja, não foi acolhida pelos governos estaduais. Pretendia-se o mesmo critério adotado para o ouro, em que o tratamento de suspensão foi aprovado formalmente pelo Protocolo ICMS nº 24, publicado no *Diário Oficial da União* de 20-12-1996, e funciona de forma satisfatória. O minério de ouro extraído em Minas Gerais pela Companhia Vale do Rio Doce é transferido para São Paulo, onde é processado e depois exportado, tudo sem o pagamento antecipado do ICMS.

Os problemas não param aí

A questão do desequilíbrio tributário em que se encontra a indústria nacional transcende a falta da desoneração de ICMS nas operações interestaduais. A indústria brasileira compete no mercado internacional com países protecionistas, e para neutralizar os efeitos das barreiras tarifárias impostas aos produtos industrializados pelos países consu-

Brasil: Exportação do complexo soja, 1992-97 (ano civil)

Itens/Anos	Quantidade 1.000t	US$/t	Valor US$ milhões
1993			
Grão	4.190	226	946
Farelo	9.447	192	1.815
Óleo	735	416	306
Total			3.067
1994			
Grão	5.367	245	1.316
Farelo	10.618	186	1.980
Óleo	1.517	546	828
Total			4.124
1995			
Grão	3.493	220	770
Farelo	11.563	173	1.997
Óleo	1.730	596	1.031
Total			3.798
1996			
Grão	3.647	279	1.018
Farelo	11.226	243	2.727
Óleo	1.332	535	713
Total			4.458
1997			
Grão	8.340	294	2.452
Farelo	10.013	268	2.681
Óleo	1.124	530	596
Total			5.729
1998 (p)			
Grão	8.500	240	2.040
Farelo	11.300	180	2.034
Óleo	1.420	650	923
Total			4.997

Fonte: Secex.

(p) = previsão abr. 1998.

midores, o Brasil, a exemplo do que se pratica em quase todos os países, tem optado tradicionalmente por uma carga tributária diferenciada na exportação.

Durante duas décadas, como resultado de negociações com a Comunidade Econômica Européia concluídas em 1977, as exportações brasileiras do complexo soja foram reguladas por um regime de tributação compensatória, que proporcionava o necessário equilíbrio tributário. A proteção tarifária de 10% sobre o óleo, imposta pela CEE, era compensada pela menor tributação na exportação do farelo (11,1%) e do óleo (8%), em relação à incidente sobre a exportação da soja *in natura* (13%). Compensando o regime protecionista europeu ainda vigente, essa carga tributária diferenciada proporcionava o equilíbrio necessário para que a atividade industrial interna não fosse punida nas exportações do produto elaborado para o velho continente.

O desequilíbrio é ainda mais grave em relação ao Japão, que taxa em 28% as entradas de óleo de soja naquele mercado, mas não onera as importações de 5 milhões de toneladas de matéria-prima por ano. A Abiove no foro da Iasc (International Association of Seed Crushers) tem defendido o *level playing field*, ou seja, a harmonização das proteções tarifárias em um nível muito baixo.

Por essa razão, o sistema implantado pela Lei Kandir, dando o mesmo tratamento fiscal que se dá ao óleo e ao farelo de soja às exportações da soja *in natura*, sobretudo diante da tributação incidente nas operações interestaduais de aquisição de matéria-prima destinada à industrialização interna, quebrou aquele equilíbrio, criando uma situação desigual e insuportável.

A continuidade desse tratamento tributário coloca em risco a liderança mundial do Brasil nas exportações de farelo de soja e sua segunda colocação no comércio internacional de óleo de soja.

Não houve harmonização tributária sequer no âmbito do Mercosul, onde se verifica que a Argentina, ao contrário do Brasil, manteve uma tributação residual de 3,5% nas vendas externas do produto *in natura* (além do bônus, denominado *reintegro* de 1,4% sobre o óleo exportado), de forma a neutralizar a maior tarifação dos produtos industrializados nos países consumidores.

Toda a política tributária vigente para o agribusiness foi objeto de ampla discussão no Fórum Nacional da Agricultura. O ônus tributário que pune as atividades produtivas no Brasil contrasta fortemente com os incentivos concedidos nos países ricos (que adquirem a matéria-prima aqui produzida). A indústria de óleos vegetais anseia por medidas urgentes que compensem ou resolvam a questão do desequilíbrio tributário, restabelecendo a normalidade, para que elas possam aumentar o volume processado, elevando o nível de emprego setorial e voltando a exportar produtos e não empregos.

A inserção do agronegócio oleaginosas nos mercados globalizados e competitivos não nos permite mais conviver com tais distorções, que implicam custos superiores aos de nossos concorrentes. O país precisa de uma modernização profunda e urgente no sistema tributário nacional, evitando-se que ele continue sendo ponto de desequilíbrio e fator de perda de competitividade da atividade industrial de nosso país.

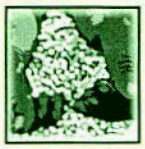
Antonio Carlos Silva é diretor da Ceval Alimentos.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

A rodada do milênio

Os anos após o final da Rodada Uruguai trouxeram acontecimentos importantes. A política agrícola dos EUA foi alterada com o Fair Act no texto do Freedom to Farm. A Agenda 2000 é uma promessa européia. Mas no setor de oleaginosas, o grande objetivo é derrubar as barreiras tarifárias que ainda persistem no comércio internacional.

Pedro de Camargo Neto



A conclusão da Rodada Uruguai trouxe frustração ao setor agropecuário brasileiro. Iniciada em Punta Del Este com a marca do discurso norte-americano de subsídio zero, viu muitos anos depois, no acordo bilateral de Blair House, esvair-se a esperança de um mercado mais justo.

A tarifação com picos exorbitantes, a redução dos subsídios, a partir de uma base inconsistente, e o aumento de acesso, que na prática não irá ocorrer, não representaram conquistas para a pauta de exportação brasileira.

O que deve ser visto como avanço desta última Rodada é a definitiva integração da agricultura na nova OMC (Organização Mundial de Comércio). Dificultaram-se os retrocessos, ficando os necessários progressos para o futuro.

Os anos após o final da Rodada trouxeram porém importantes acontecimentos. A política agrícola dos EUA foi alterada com o Fair Act no texto do Freedom to Farm. A Agenda 2000 é uma promessa européia. Foram mudanças domésticas calcadas mais em crescentes necessidades de ajustes internos do que em pressões internacionais.

Brasil: o que precisa mudar

Inicia-se a próxima rodada, para a agricultura, antes mesmo da virada do milênio. Que perspectivas teremos?

O posicionamento político certamente mudou muito e para melhor. O Brasil começa a se ver como potencial produtor agrícola interessado em progressos na liberalização dos mercados internacionais. O presidente da República manifestou-se por ocasião da comemoração dos 50 anos do Gatt – Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reforçando essa mudança.

Deixamos para trás um preconceito para com exportações agrícolas e uma latente visão de importador agrícola tão lembrada nos planos econômicos heterodoxos. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal – mudou, e junto com ela a maioria dos nossos economistas urbanos.

Como talvez o maior beneficiário de uma futura transformação do comércio internacional, o Brasil precisa assumir posição de liderança no processo. Começa a ser montada a agenda da próxima negociação. Setor privado e governo precisam estar unidos e presentes, com a necessária competência.

A próxima rodada precisará enfrentar a questão dos subsídios. Em especial e definitivamente, o almejado término dos destinados à exportação. A eliminação dessa prática comercial injusta não implica negar nenhum dos princípios ditos fundamentais dos agricultores de países desenvolvidos. Somente obriga a que os desajustes entre demanda e oferta sejam resolvidos internamente, acabando com a simplista e prejudicial desova de excedentes no mercado externo.

Será também preciso enquadrar nas regras da OMC os diversos tipos de incentivos e créditos para exportação em crescente utilização. É preciso garantir termos competitivos para as exportações sem a interferência dos governos. A defesa da concorrência precisa ser perseguida oferecendo tratamento aos monopólios, estatais ou privados, de exportação ou importação. A utilização abusiva dos subsídios enquadrados como da caixa verde precisa ser inibida.

O acesso aos mercados dos países desenvolvidos precisa ser realmente conseguido. A transparência na administração das cotas tarifárias tem que ser imediata, seguida de aumentos substanciais nas cotas em conjunto com reduções importantes nas proteções. As tarifas agrícolas precisam chegar aos níveis das existentes para produtos manufaturados.

Bem-vindos à OMC

A entrada de novos países na OMC não pode representar retrocesso no desejo de aprofundar a liberalização dos mercados agrícolas. A nova rodada precisa ser vista como já informalmente iniciada nas reuniões de troca de informações do Comitê de Agricultura. Os que estão chegando agora, China, Rússia ou outros, precisam entrar sem prejudicar o ritmo.

A entrada da China de maneira nenhuma pode ser menosprezada. A oferta realizada pela China perante a OMC está muito longe de ser satisfatória do ponto de vista de acesso a produtos agrícolas. O potencial da China como consumidor da agricultura brasileira está sendo hoje negociado nas discussões de entrada. É preciso lembrar que a contrapartida é o acesso ao importante mercado consumidor brasileiro em condições de grande abertura, já consolidada na OMC.

Não podemos nos deixar levar pelo desejo político de ver o maior país do mundo integrado à OMC se para isso for necessário um quase-retrocesso relati-

vo do comércio internacional de produtos agrícolas. Precisamos da China sim, contanto que integrada ao desafio de melhores condições de troca dos países produtores agrícolas e menores distorções no comércio internacional.

Os diversos tipos de acordos de preferências tarifárias precisam ser discutidos. A Convenção de Lomé, o Sistema Geral de Preferências e outros causam distorções ao comércio que precisam ser equacionadas. Os avanços na liberalização para muitos produtos dependem de progressos nesta área. Como mecanismos de apoio aos países em desenvolvimento, não têm atingido os objetivos propostos. O setor que recebe a preferência acaba dependente do limitado acesso e inibido em seu crescimento para o mundo globalizado. Não se trata de questionar a necessidade de apoio aos países em desenvolvimento, porém de propor uma troca que realmente induza crescimento e riqueza, sem introduzir distorções no comércio.

Os acordos regionais de livre comércio precisam representar estímulos e antecipações à necessária liberalização multilateral. O alargamento da União Européia deverá provocar a reforma da Política Agrícola Comum. A Área de Livre Comércio das Américas – Alca – deve ser uma antecipação das conquistas da rodada do milênio. Não pode ser vista como conflitante com a rodada multilateral, pois os objetivos são os mesmos. Podemos obter antes no hemisfério o que pleiteamos globalmente. Uma conquista na Alca representará os EUA como aliados na OMC, fato certamente importante.

O Brasil começa a se ver como produtor agrícola interessado na liberalização dos mercados internacionais. O presidente reforçou essa mudança durante a comemoração dos 50 anos do Gatt.

Os subsídios à exportação precisam ser proibidos no hemisfério. O acesso ao rico Norte impulsionará a produção agrícola, promovendo o crescimento do Sul. A liberalização total das Américas deve representar um exemplo para o resto do mundo, um desafio para a próxima rodada. Colocará o Sul e o Norte em condições de se tornarem um grande produtor global de alimentos.

Soja – tudo a ganhar

A soja entra na rodada em condições de corrigir inaceitáveis distorções. Na tabela 1 estão as barreiras que continuam a existir, difíceis de justificar. Não é válida a argumentação utilizada para manter o chamado protecionismo agrícola dos países desenvolvidos para as tarifas existente no complexo soja.

Auto-abastecimento, segurança alimentar, preferência comunitária, estabilidade de preço e mais recentemente manutenção da paisagem campestre não têm nada a ver com um sistema que importa o grão com tarifa zero e introduz tarifas altas para os industrializados farelo e óleo. A proteção existente não é agrícola, embora se esconda atrás do seu discurso.

Aplainando os caminhos do mercado

Estudo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) demonstrou que o comércio mundial de farelos e óleos vegetais crescerá significativamente, caso sejam reduzidas e equalizadas as proteções tarifárias, proposta conhecida como Level Playing Field. A expansão do mercado será ainda maior se for implementado nos complexos oleaginosos o *zero for zero*, isto é, aplicação da tarifa zero para todos. Desde a Rodada Uruguai do Gatt os processadores de oleaginosas dos principais países, congregados na Iasc, vêm negociando as propostas do Level Playing Field e do *zero for zero*, mas ainda não foi alcançado um entendimento.

O Brasil será francamente beneficiado pela redução ou eliminação dos picos tarifários que nos países consumidores protegem a ineficiência de suas indústrias. O Japão, por exemplo, importa cerca de 5 milhões de toneladas de soja em grão por ano sem qualquer proteção tarifária, e só passará a importar óleo de soja quando reduzir sensivelmente a intransponível barreira tarifária de 28%, várias vezes superior à média tarifária daquele país.

Na reunião dos dirigentes da Iasc realizada no Rio de Janeiro em março passado, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, defendeu os interesses brasileiros e mais uma vez reiterou a posição determinada do governo brasileiro no combate às práticas protecionistas e aos subsídios no agribusiness. O Japão, representado pela Japan Oilseed Processors Association – Jopa –, continuou não aceitando a diminuição expressiva das tarifas aduaneiras. As indústrias européias alegam que a Comissão Européia desautorizou qualquer acordo setorial antes da próxima Rodada da OMC. Os processadores norte-americanos e argentinos condicionaram qualquer progresso à concordância de todos os principais países em adotarem o Level Playing Field.

Em suma ainda há forte oposição a um mercado mais livre, onde prevaleçam os mais competentes. Os resultados da Rodada Uruguai do Gatt foram insatisfatórios para o Brasil no que tange à redução de tarifas. O compromisso assumido por diversos países se limitou a reduzir o nível tarifário existente, na época das negociações, em apenas 15% em seis anos. Assim, seriam necessários 23 anos para o imposto de importação do óleo de soja dos Estados Unidos cair dos 20,8% atuais para 7%, nível médio dos demais óleos alimentícios. Esta situação é inaceitável. A rodada do milênio é a grande oportunidade para reverter o quadro desfavorável aos países competitivos que, como o Brasil, não subsidiam nem protegem demasiadamente seus mercados.

1. Proteção à indústria

	Grão	Farelo (US$/t)	Óleo (%)	Total (US$/t) *	Óleo (%)
Japão	0	0	0,28	12	0,30
União Européia	0	0	0,07	8	0,07
Estados Unidos	0	5,8	0,21	26	20,80

* Valor da proteção tarifária por tonelada de soja processada

2. Tarifas sobre oleaginosas

Produto	Soja	Palma	Colza	Girassol	Algodão	Milho	Amendoim
Tarifa	20,80%	Isento	7,00%	6,90%	6,80%	3,70%	9,20%

A International Association of Seed Crushers – Iasc – trabalha há muitos anos tentando obter um acordo (ver box). A proposta *zero for zero* foi por ela desenvolvida e deve ganhar fôlego na próxima rodada. Exigirá porém ser incluída na agenda oficial e receber a atenção do governo brasileiro.

O comércio internacional da soja tem a vantagem de ser recente. Cresceu muito somente após a Segunda Guerra Mundial. Não carrega o ranço e os compromissos do período colonial. O espaço ocupado pelo farelo, alimento animal, também influi nas condicionantes das barreiras tarifárias. A ausência de uma oleaginosa equivalente na agricultura européia facilitou a consolidação de tarifas reduzidas, quando comparadas com outros produtos no passado.

O livre comércio do complexo soja precisa ser uma meta do Brasil, grande produtor e importante industrial que terá muito a ganhar com o progresso do produto, perfeitamente viável. Exigirá a atenção e prioridade do governo e do setor privado. Um acordo antecipado na Alca certamente iria impulsionar o sucesso na rodada multilateral.

Nas negociações de entrada da China, o óleo de soja foi um dos poucos produtos priorizados pelo Brasil. Infelizmente, esse país estratégico em termos de demanda mundial reluta em pelo menos conceder, ainda que a famigeradas cotas tarifárias, quantidades compatíveis com a demanda, mesmo a atual.

A eficiência agronômica da soja e a competitividade da indústria no Brasil têm sido objetos de discriminações inaceitáveis. A tabela 2 mostra a barreira, injustificável pela ótica da competitividade e do consumidor, imposta ao óleo de soja nos EUA, cuja tributação corresponde ao triplo dos demais óleos alimentícios. É passada a hora de corrigir distorções, em especial os picos tarifários, que tantos prejuízos nos causam.

A liberalização do complexo soja é a conquista prioritária, seja na Alca ou na OMC. As condições para isso existem. A ação competente conjunta de setor privado e governo obterá essa primeira grande vitória.

O comércio internacional da soja tem a vantagem de ser recente. Cresceu muito somente após a Segunda Guerra Mundial. Não carrega o ranço e os compromissos do período colonial.

Pedro de Camargo Neto, doutor em engenharia de produção, é Diretor do International Policy Council on Agriculture, Food and Trade e Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira.

MERCOSUL

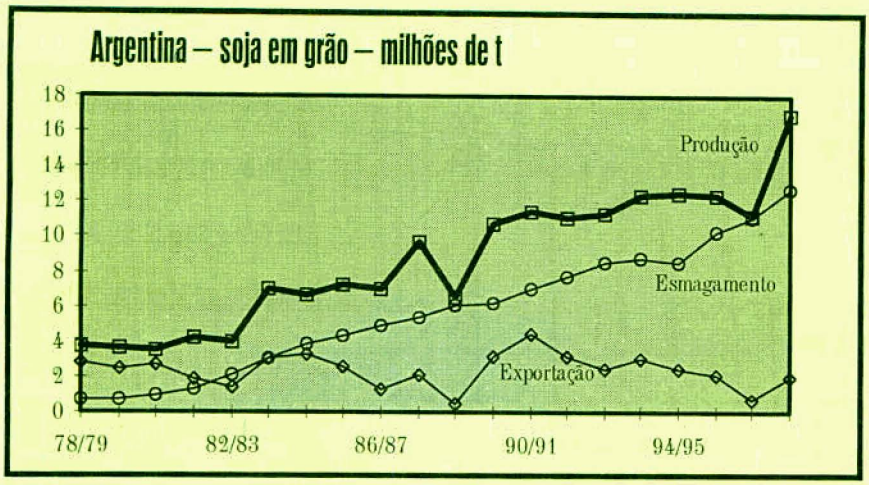
Harmonizando políticas

Os diferentes processos de reforma de estrutura econômica que acompanham os planos de estabilização da Argentina e do Brasil refletem diferenças de estratégia e ação política importantes para explicar a performance de muitos setores produtivos, entre eles o agronegócio oleaginosas.

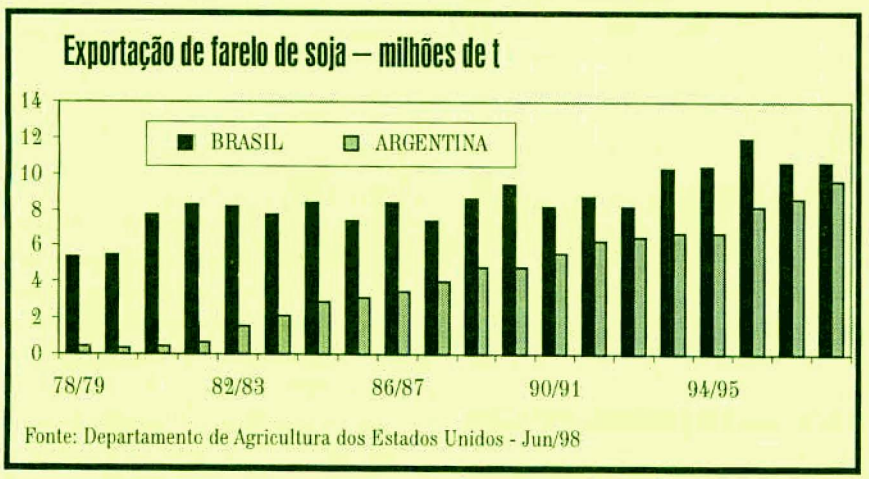
GUILHERME L. S. DIAS



A vocação de economia exportadora esteve sempre viva na Argentina. Mesmo em períodos adversos como nos de industrialização dirigida pelo Estado, através de políticas de substituição de importações, seus interesses estiveram sempre bem representados por grupos organizados junto à burocracia e aos partidos políticos. Com uma estratégia mais bem definida e um plano de estabilização três anos anterior ao do Brasil, não deveria causar espanto o fato de que as reformas estruturais argentinas passassem com maior consistência e menor contestação pela representação política. As exportações de óleos e farelos vegetais representam qua-







Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - Jun/98

se 25% da pauta de exportações do país, o que faz com que o setor processador de oleaginosas receba atenção especial do governo, contando inclusive com uma política setorial.

No Brasil a dinâmica do mercado interno tem um peso relativo maior e a disputa pelo mercado interno explica que haja mais competição entre as unidades da federação e maior dificuldade de coordenação pelo poder político central. Nestas circunstâncias as reformas estruturais são mais contestadas aqui, porque os interesses estratégicos das diferentes regiões são às vezes contraditórios e as compensações requeridas para levar o projeto adiante exigem um lento e difícil processo de negociação. Por outro lado esta mesma dinâmica do mercado interno brasileiro explica a consistência do Mercosul como projeto bem-sucedido de integração regional. Todos os nossos parceiros têm muito a ganhar com um acesso preferencial durante esse processo de abertura econômica e ao mesmo tempo, do ponto de vista dos interesses brasileiros, a integração em blocos parece ser melhor estratégia para países em desenvolvimento que não apresentem vantagens comparativas tão nítidas em muitos de seus setores produtivos.

Este preâmbulo é necessário para podermos entender as dificuldades enfrentadas dentro das negociações do Mercosul visando a uma harmonização de políticas domésticas. Para o agronegócio soja, as principais diferenças entre os parceiros estão: no regime tributário, no regime tarifário externo, na capacidade de investimento em infraestrutura de transporte, no aparato de regulamentação técnica e no ciclo de investimentos do parque industrial.

Em busca da competitividade

Quanto mais avança o comércio dentro do Mercosul, mais evidente fica a necessidade de eliminar as diferenças entre os regimes de tributação, principalmente quanto aos impostos ditos indiretos, ou seja, os que recaem sobre o movimento de mercadorias e serviços, porque criam fortes diferenças de poder de competição entre os setores produtivos. A desoneração fiscal dos produtos que entram no comércio internacional é um dos principais caminhos a orientar as reformas tributárias.

Mas isso não esgota o problema, porque a isonomia na tributação dos produtos importados que competem com os domésticos nunca é atingida quando existem impostos em cascata, como no caso brasileiro. O recurso de sobrevivência quando a competição aperta é a sonegação oficiosa, que é sempre precária porque pode ser copiada, mas principalmente porque é ba-

Publique Banco de Imagens



seada na desinformação e, conseqüentemente, na suspeita generalizada. Este é o pior de todos os ambientes para se promover negociações visando à harmonização de diferentes regimes de política tributária. A posição brasileira é enfraquecida neste contexto pela falta de convergência dos interesses regionais em relação ao projeto de reforma tributária e pela percepção de muitos empresários, burocratas e governantes de que suas estratégias de sonegação e de guerra fiscal ainda trazem dividendos pessoais e políticos no curto prazo. Muitas das ações *anti-dumping* iniciadas no âmbito do Mercosul têm como fundamento essa desinformação e/ou suspeita.

O regime tarifário externo brasileiro e o argentino eram equivalentes antes da Lei Kandir, que desgravou de modo igual as exportações de grãos, farelos e óleo. Na Argentina permaneceu um imposto de exportação de 3,5% nas oleaginosas combinado com restituições fiscais diferenciadas (de 1,4 a 6,8% nas exportações de óleos) dentro da cadeia agroindustrial, que é muito mais homogênea do que a nossa. É importante observar as razões que sustentam esta homogeneidade no país vizinho e que estão ausentes da nossa configuração de mercado. Lá existe uma forte concentração da produção numa região relativamente próxima dos portos, por onde saem mais de 90% do farelo e do óleo produzidos; a estrutura de processamento tem acesso a todas as regiões de produção com diferenças de custo de transporte relativamente pequenas.

Quanto mais avança o comércio dentro do Mercosul, mais evidente fica a necessidade de eliminar as diferenças entre os regimes de tributação, principalmente quanto aos impostos ditos indiretos.

No Brasil exportamos percentagens muito diferentes do óleo e do farelo processados, para atender à forte demanda interna de óleo, de modo que o preço do grão recebido pelos produtores é formado através da capacidade de acesso do grão ao mercado internacional – portanto, muito diferenciado entre as regiões produtoras devido ao elevado peso do frete até os portos. De novo são as diferenças regionais que criam hoje um ambiente interno de forte rejeição por parte dos produtores rurais a um imposto de exportação sobre o grão, que vai incidir além do já elevado frete, diminuindo demais a participação da remuneração do produtor no preço médio FOB de exportação.

A hora e a vez da diplomacia

A harmonização do regime tarifário depende agora de uma ação mais articulada de nossa diplomacia, visto que foi uma decisão unilateral do governo brasileiro que criou uma situação desigual, prejudicando a competitividade da indústria brasileira em terceiros mercados. Existem muitas pendências no contencioso comercial dentro do Mercosul – açúcar e couros são exemplos relevantes –, de modo que é possível introduzir elementos de pressão desde que tenhamos uma estratégia definida internamente.

Outra solução estaria numa concessão fiscal do governo brasileiro, criando restituição fiscal para esse setor exportador nos moldes do sistema argentino e então, munido dos mesmos instrumentos de disputa comercial, negociar uma harmonização. A reforma tributária mais abrangente no Brasil é uma solução parcial que contribuiria para restituir a competitividade de nossa indústria (eliminaria os impostos interestaduais e aqueles que incidem em cascata). Um passo intermediário seria o reconhecimento das transações com pessoa física como base para a devolução do PIS-Cofins, do mesmo modo que são tratadas as operações com pessoas jurídicas, já que esta (produtor pessoa física) é uma característica intrínseca à organização do nosso sistema produtivo agrícola.

Facilitando o transporte

A vantagem competitiva pendeu recentemente para o lado argentino, com efeitos positivos para o Paraguai e Bolívia devido à grande redução de custos proporcionada pelos investimentos *up river* tanto nos portos como nas novas indústrias de grande escala na retaguarda dos mesmos. A rápida privatização dos serviços portuários e ferroviários logo no início do plano de estabilização argentino, assim como a melhor inserção do seu sistema financeiro no mercado internacional foram fundamentais. Mas isso deve ser visto como uma conseqüência direta do consenso interno em torno da vocação de economia exportadora, comum para os nossos três

parceiros no Mercosul.

Nesse mesmo aspecto, a privatização da Fepasa consolida o processo de privatização do setor ferroviário brasileiro, acelerando os investimentos na recuperação de sua eficiência e a transferência da gestão dos portos para o setor privado, contribuindo para restabelecer o equilíbrio competitivo.

A opção tomada pelo governo brasileiro de privilegiar, no seu plano de obras, investimentos estratégicos na infra-estrutura hidroviária e ferroviária do Norte e Nordeste (em especial nos rios Madeira e Araguaia-Tocantins) consolida a frente de expansão setentrional da soja, que parece ser a nossa opção mais competitiva. Resta um problema que é menos de harmonização de políticas e muito mais de cooperação intrabloco: a unificação do sistema de transporte hidroviário Tietê-Paraná com o Paraguai-Paraná, que seguramente redesenhará o mercado de grãos no Mercosul, com significativo impacto no mercado internacional.

Regulação técnica e comercial

No campo da regulação técnica e comercial (defesa fitossanitária e animal; controle de risco da saúde de produtor e consumidor; padronização, classificação e controle de qualidade de insumos e produtos; certificação de origem) poucos progressos ocorreram na harmonização das políticas domésticas.

Um exemplo significativo ocorreu com a suspensão do comércio de batatas entre o Brasil e a Argentina. A controvérsia estava nos diferentes tratamentos de sementes requeridos em cada país. Diante do tamanho da crise de abastecimento de nosso lado e dos prejuízos dos produtores argentinos, uma portaria suspendeu provisoriamente a vigência das anteriores e quase dois anos depois nada foi feito para harmonizar os sistemas.

A classificação oficial obrigatória é outro exemplo de regulação onerosa e já demonstrou a sua inutilidade, visto que no comércio internacional a certificação de qualidade tem de ser respaldada por credibilidade comercial e, portanto, de livre decisão das partes contratantes.

O grau de resistência a mudanças nos padrões de comportamento das burocracias que detêm poder de polícia já é conhecido na literatura de ciência política e de comércio internacional. Seus procedimentos de neutralização dos esforços de outros segmentos da sociedade para resolver impasses estão claramente identificados nas formas como os diferentes grupos (no Brasil, por exemplo, aqueles consolidados nos Ministérios da Saúde, Meio Ambiente, Agricultura e Indústria e Comércio) se revezam, para evitar maior desgaste, voltando atrás sistematicamente sobre temas já acordados.

A competitividade entre os sistemas de processamento de oleaginosas entre países do Mercosul está desequilibrando a favor da Argentina. A explicação é a nossa elevada taxa de ociosidade.

Isso parece refletir uma outra característica das grandes modificações em curso, qual seja a de que os interesses privados, neste caso representados por empresários e grupos de defesa de consumidores, não estão organizados e esclarecidos a respeito de toda a complexidade dos assuntos em discussão. Por outro lado, a burocracia perdeu a visão de conjunto e de prioridade que o modelo anterior, com planejamento estatal e autárquico, estabelecia com maior clareza. Estamos meio à deriva.

A competitividade dos sistemas de processamento de oleaginosas entre os países do Mercosul está no momento desequilibrando a favor do sistema argentino. A explicação envolve muitos fatores, mas podemos destacar um de grande importância: a nossa elevada taxa de ociosidade (40% na média), que já tinha se constituído na primeira metade dos anos 80. O crescimento mais acelerado da produção na região central do Brasil reafirmou essa ociosidade das indústrias concentradas no Sul e Sudeste, inibindo os novos investimentos requeridos para acompanhar o deslocamento da fronteira agrícola. O ciclo de investimentos na Argentina criou força depois da crise de 87, quando os preços externos baixos coincidiram com a desestabilização macroeconômica interna. É, portanto, muito recente e somente agora começam a surgir previsões de que os investimentos em curso provocarão uma ociosidade média entre 30 e 40% nos próximos anos – níveis menores que os nossos mas que já podem gerar problemas dinâmicos se a soja do centro do continente não tomar o rumo dos rios Paraguai e Paraná.

No nosso caso, o processo de competição pelo mercado interno e a política industrial do Estado provocaram uma descoordenação nos investimentos, gerando aquela elevada ociosidade e pulverização de plantas pelas regiões Sudeste e Sul. Somente nos últimos dois anos ocorreu uma consolidação deste patrimônio nas mãos de empresas multinacionais, também presentes na Argentina e Paraguai, o que cria condições mínimas mas não suficientes para um novo ciclo de investimentos. A lição de casa neste caso também está mais conosco do que com nossos parceiros, porque para definir as novas oportunidades de investimento é decisivo tanto alterar a estrutura fiscal como realizar grandes projetos de investimento em infra-estrutura de transporte. É a tal de governança solidária (entre lideranças políticas regionais, burocracia central, organizações partidárias representadas no Congresso, representação empresarial etc.) que tanta falta nos faz. Parece assim que a falta de harmonização das políticas pode decorrer, paradoxalmente, da ausência de nossa parte de uma definição consistente sobre a nossa política para o setor.

Guilherme L. S. Dias é professor da FEA-USP.

PERSPECTIVAS

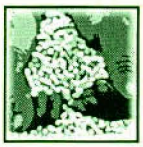
Boas-vindas ao futuro

Se o produto brasileiro de soja tiver as mesmas regras dos seus competidores, não há por que temer o futuro.

STEPHEN GELD

Publique Banco de Imagens





A produção mundial de oleaginosas chegou a 274 milhões de toneladas nessa temporada, das quais 153 milhões de soja.

As diversas matérias-primas cultivadas em inúmeros países apresentam características diferenciadas quanto ao percentual obtido de óleo e farelo e ao percentual de proteína contida no farelo, fatores importantes na definição dos preços. A colza, por exemplo, rende 37% de óleo e 60% de farelo com 32% de proteína, enquanto a soja contém 19% de óleo e 79% de farelo mas 46% de proteína, razão pela qual os franceses preferem chamar a soja de proteaginosa.

Os farelos competem entre si, mas o de soja responde por mais de 60% da produção mundial. O farelo de soja é a fonte mais barata de proteína e por isso é amplamente utilizado na alimentação de aves e suínos, proporcionando altos índices de conversão de peso.

Nos óleos e gorduras a competição é mais acirrada, pois o potencial de substituição é muito maior. As gorduras animais, por exemplo, perderam posição em face da concorrência dos óleos vegetais, considerados mais saudáveis, entre outras coisas, por não conterem colesterol. O preço e a qualidade são fatores muito importantes na disputa por esse mercado.

Os óleos de soja, palma, girassol e colza são os mais dinâmicos. A soja e a palma, mais baratas, respondem pelos maiores volumes. Mas enquanto a soja é uma lavoura anual que se ajusta rapidamente à demanda, a palma é uma cultura perene e não produz farelo.

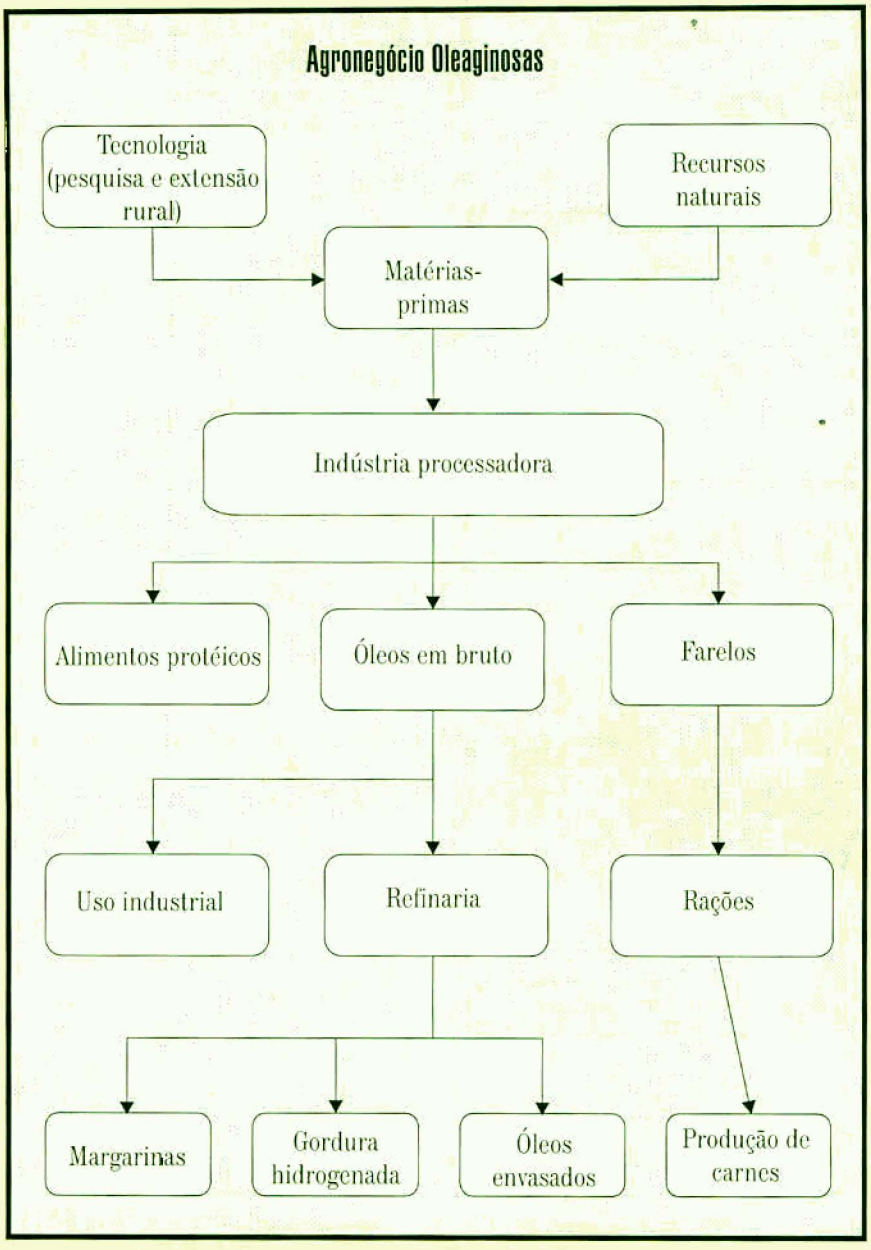
Com retorno do investimento de prazo mais longo, a expansão da produção de palma depende da disponibilidade de crédito barato. Na Indonésia, o governo participa de sua produção, situação única no mundo.

O fundamental é que tanto o mercado de farelos protéicos, que dependem diretamente da demanda de carnes, quanto o de óleos comestíveis têm experimentado taxas de crescimento de duas a três vezes equivalentes ao aumento da população mundial. Essa tendência deverá se manter no futuro próximo, pois inúmeros países ainda estão longe dos níveis de saturação do consumo *per capita*. Esse é o cenário de médio e longo prazos.

Na última safra, com oferta mais apertada em relação à demanda aquecida, o valor do *bushel* superou a marca de US$8,00 no mercado internacional. No Brasil produtores bem localizados obtiveram mais de R$20,00 pela saca de 60kg na entressafra. Os bons preços recebidos estimularam os produtores do Brasil, EUA e Argentina a aumentarem substancialmente a área plantada com a soja, e portanto a oferta.

A produção mundial de soja na safra 1997/98 foi de 153 milhões de toneladas, um crescimento de 16,8% em relação à temporada passada. Só a produção norte-americana foi de 74,2 milhões de toneladas contra 64,5 milhões no ano anterior. Além das safras recordes do Brasil, 30,6 milhões de toneladas, da Argentina, 15,9, e do Paraguai, 2,5, a Bolívia entrou pela primeira vez nas estatísticas com uma produção de 1 milhão de toneladas.

O último relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) acrescentou dados que merecem uma reflexão sobre a safra 1998/99 daquele país. Foram cultivados 29,1 milhões de hectares e a safra esperada será um novo recorde, 76,2 milhões de toneladas. Isso evidentemente em condições normais de clima.



Preços menores criam novos consumidores

A possibilidade de um aumento nos estoques de passagem pode pressionar as cotações do produto no curto prazo. Alguns analistas estimam que o *bushel* pode voltar a ser negociado de US$5,00 a US$5,50, ou seja, de US$184,00 a US$202,00/t (veja o gráfico).

Até o momento, apesar da longa crise que se abateu sobre a Ásia, a demanda de óleos e farelos na China (o principal consumidor) continua em curva ascendente. É grande a necessidade de proteínas nesse mercado.

A situação no futuro imediato pode se alterar substancialmente caso o clima prejudique a próxima safra norte-americana. O fenômeno El Niño vem seguido de outro conhecido como La Niña que, em anos passados, provocou estiagens no Meio-Oeste dos Estados Unidos, prejudicando a safra de soja daquele país.

Além disso, o Brasil tem uma característica que o diferencia de outros produtores. Temos um grande mercado interno para o óleo de soja e somos o terceiro maior consumidor de farelo.

É possível que a área plantada com a soja não cresça se as cotações ficarem menos atraentes para os produtores brasileiros. Mas os dados mundiais disponíveis indicam uma demanda crescente de óleos e farelos de origem vegetal.

Existem enormes obstáculos a ser vencidos internamente. Nossos maiores problemas estão dentro das nossas fronteiras. O governo já deu uns passos tímidos em direção ao futuro, mas falta muito ainda. Não podemos conviver com uma desvantagem tributária de 4% nos nossos custos em relação à Argentina nem tolerar barreiras tarifárias como as que existem no Japão, União Européia e Estados Unidos.

Nosso produtor colhe uma soja extremamente competitiva. Sabemos vender soja, farelo e óleo e somos um dos únicos países no mundo com espaço para produzir safras crescentes.

Nosso produtor colhe uma soja extremamente competitiva, a indústria transforma esse produto dentro dos melhores padrões e custos internacionais, sabemos vender soja, farelo e óleo e somos um dos únicos países no mundo com espaço para produzir safras crescentes.

O governo tem tomado medidas corretas como o incentivo às hidrovias, ferrovias e privatizando estradas rodoviárias. Mesmo a questão da redução dos custos portuários tem avançado. Por isso, mantenho meu otimismo. Se o produto brasileiro tiver as mesmas regras dos seus competidores, o futuro não deve ser temido.

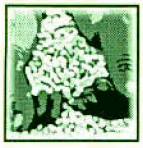
Stephen Geld é diretor da Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra S.A.

COMPETITIVIDADE E LOGÍSTICA

É preciso mudar

Se o Brasil realmente quiser aumentar suas exportações em todo o agribusiness, vai ter que aumentar a competitividade nas áreas de armazenagem, transporte e logística.

RENATO PAVAN



A economia mundial atravessa um período de grande turbulência ante a implosão da bolha de desenvolvimento dos países chamados até outubro de 1997 de tigres asiáticos. A expectativa era que o modelo econômico adotado por esses países, de crescimento sustentado por grandes investimentos na área imobiliária, em plataformas de produção, com tecnologia moderna e baixos salários, ou ainda o modelo japonês de acumulação de grandes saldos na balança comercial, seria a forma correta de desenvolvimento, endossada pelo FMI e decantada em todo o mundo. O modelo não era sustentado e o desastre sobreveio com amplas repercussões para as demais economias mundiais. Em vários mercados específicos se previa um grande aumento de consumo que não ocorreu.

Esse em especial é o caso do mercado de soja.

O aumento do consumo de soja nos países asiáticos, que concentram 70% da população mundial, e a diminuição dos estoques internacionais alimentaram a expectativa de que o preço da soja poderia se manter alto a longo prazo.

Isso movimentou grandes conglomerados internacionais do agribusiness, na busca de posições sólidas nos países produtores de soja com maiores vantagens comparativas como Brasil, Argentina e Paraguai, onde se encontram áreas disponíveis em excelentes condições edafoclimáticas e possibilidade de implantação de sistemas de logística competitivos.

A soja brasileira é competitiva. Mas a pouca infra-estrutura de armazenagem e transporte faz com que o produtor receba no mercado internacional até 20% menos do que americanos e argentinos.

No Brasil esses conglomerados adquiriram a posição e a infra-estrutura não somente de outras *tradings* mas também do sistema produtivo nacional.

A crise asiática diminui o consumo a curto prazo, mas a médio prazo, com a reorganização econômica desses países, o consumo voltará a crescer. Por outro lado, em 1997/98 os principais países produtores e exportadores de soja aumentaram 18% sua produção, passando de 132 milhões de toneladas para o recorde de 155 milhões, recompondo os estoques mundiais em 56%. A produção aumentou em 23 milhões de toneladas, o consumo apenas 16 milhões e o estoque deverá ficar em torno de 20 milhões de toneladas. Os preços da soja caíram no mercado global devido à superoferta mundial, e só não caíram mais devido à escassez de óleo vegetal causada pela frustração das safras de amendoim, algodão, girassol, colza e palma.

Competitividade e armazenagem

É evidente que diante desse quadro vai se acirrar a competição global, não apenas na área agrícola, mas também na de logística, para a colocação dos excedentes.

A soja brasileira é competitiva nos aspectos agrícolas, em termos de produtividade e qualidade. Nem por isso o produtor brasileiro é privilegiado, pois a ineficiência da infra-estrutura de armazenagem e transporte faz com que ele receba pelo valor da soja no mercado internacional até 20% a menos do que os produtores americano e argentino.

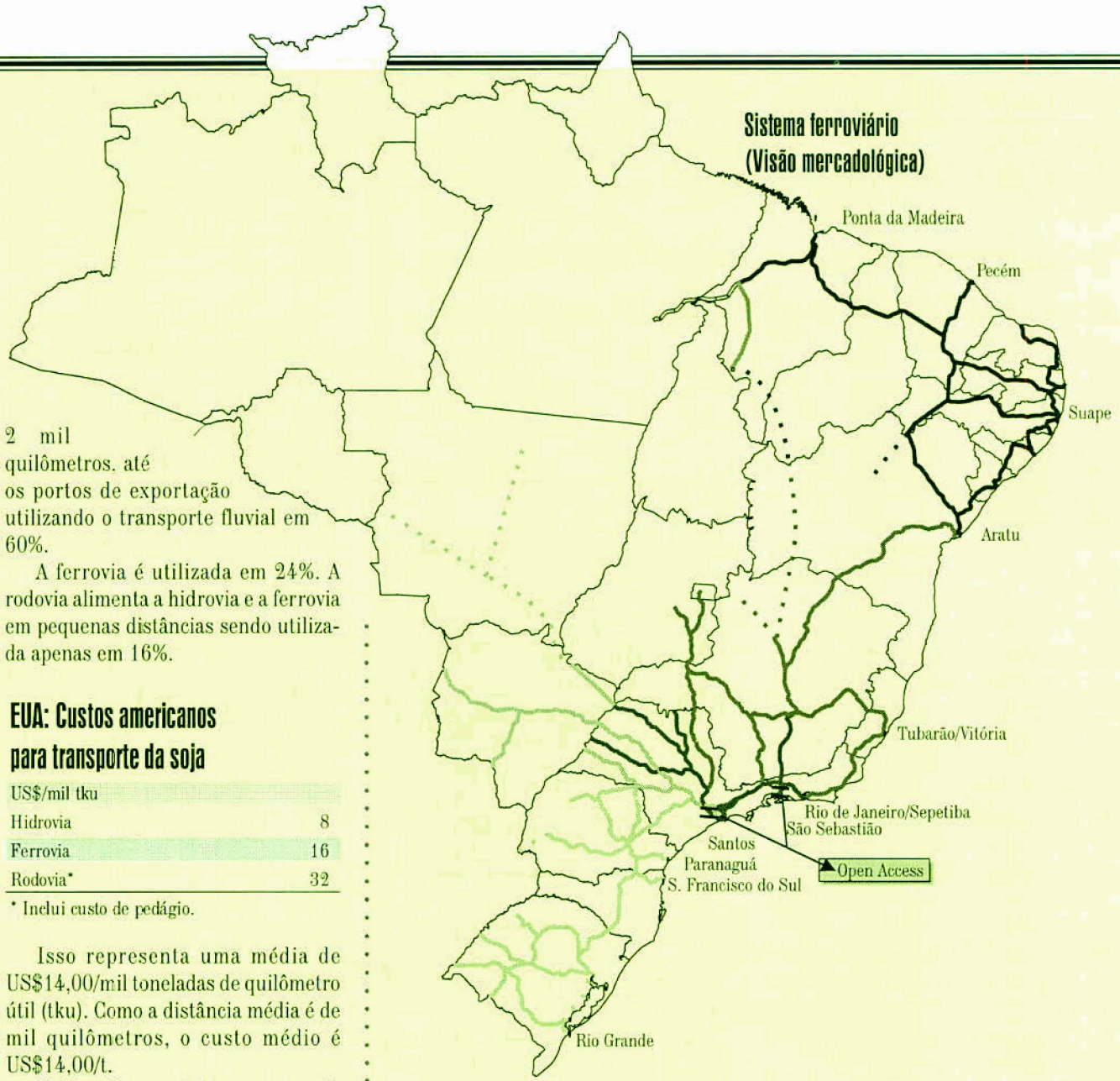
A perda de grãos começa na colheita. Pela absoluta falta de armazenagem e secagem na propriedade, o produtor colhe a soja mais seca, com a colhedeira desregulada, causando um prejuízo de cerca de US$320 milhões/ano segundo avaliação da Embrapa.

Os produtores americanos têm capacidade de armazenagem para duas safras por propriedade, os argentinos de 50% de uma safra e os brasileiros de apenas 5%. A deficiência de armazenagem obriga a que a soja brasileira se desloque imediatamente após a colheita para os silos e secadores intermediários das cooperativas ou industriais, pressionando o frete e perdendo qualidade pela demora nas filas.

Segundo levantamento do Sistema de Informações de Fretes para Cargas Agrícolas da Esalq, o frete de soja sobe nessa época quase 50%.

Transporte – total inadequação da matriz brasileira

Estados Unidos e Argentina apresentam vantagens comparativas imbatíveis nessa área, pois esses países possuem hidrovias com grandes extensões e grande capacidade de transporte: Mississipi nos Estados Unidos e Paraguai – Paraná na Argentina, Paraguai e Bolívia, que transportam o produto não consumido no mercado interno desde as zonas de produção, distante às vezes



2 mil quilômetros. até os portos de exportação utilizando o transporte fluvial em 60%.

A ferrovia é utilizada em 24%. A rodovia alimenta a hidrovia e a ferrovia em pequenas distâncias sendo utilizada apenas em 16%.

EUA: Custos americanos para transporte da soja

US$/mil tku	
Hidrovia	8
Ferrovia	16
Rodovia*	32

* Inclui custo de pedágio.

Isso representa uma média de US$14,00/mil toneladas de quilômetro útil (tku). Como a distância média é de mil quilômetros, o custo médio é US$14,00/t.

No Brasil a matriz de transporte de soja é: 5% hidrovia, 28% ferrovia e 67% rodovia, segundo dados da Abiove.

Brasil: Custos do transporte da soja

US$/mil tku	
Hidrovia do Tietê-Paraná	12
Hidrovia do Madeira	20
Ferrovia	28
Rodovia*	40

*Sem incluir o pedágio.

Fonte: Abiove.

Isso representa uma média de US$35,00/mil tku. Como a distância média é de mil quilômetros, o custo médio é de US$35,00/t, ou seja, mais que o dobro dos custos americano e argentino.

De um modo geral as rodovias são imbatíveis para distâncias até 200km, as ferrovias em mil quilômetros e as hidrovias acima dessa distância.

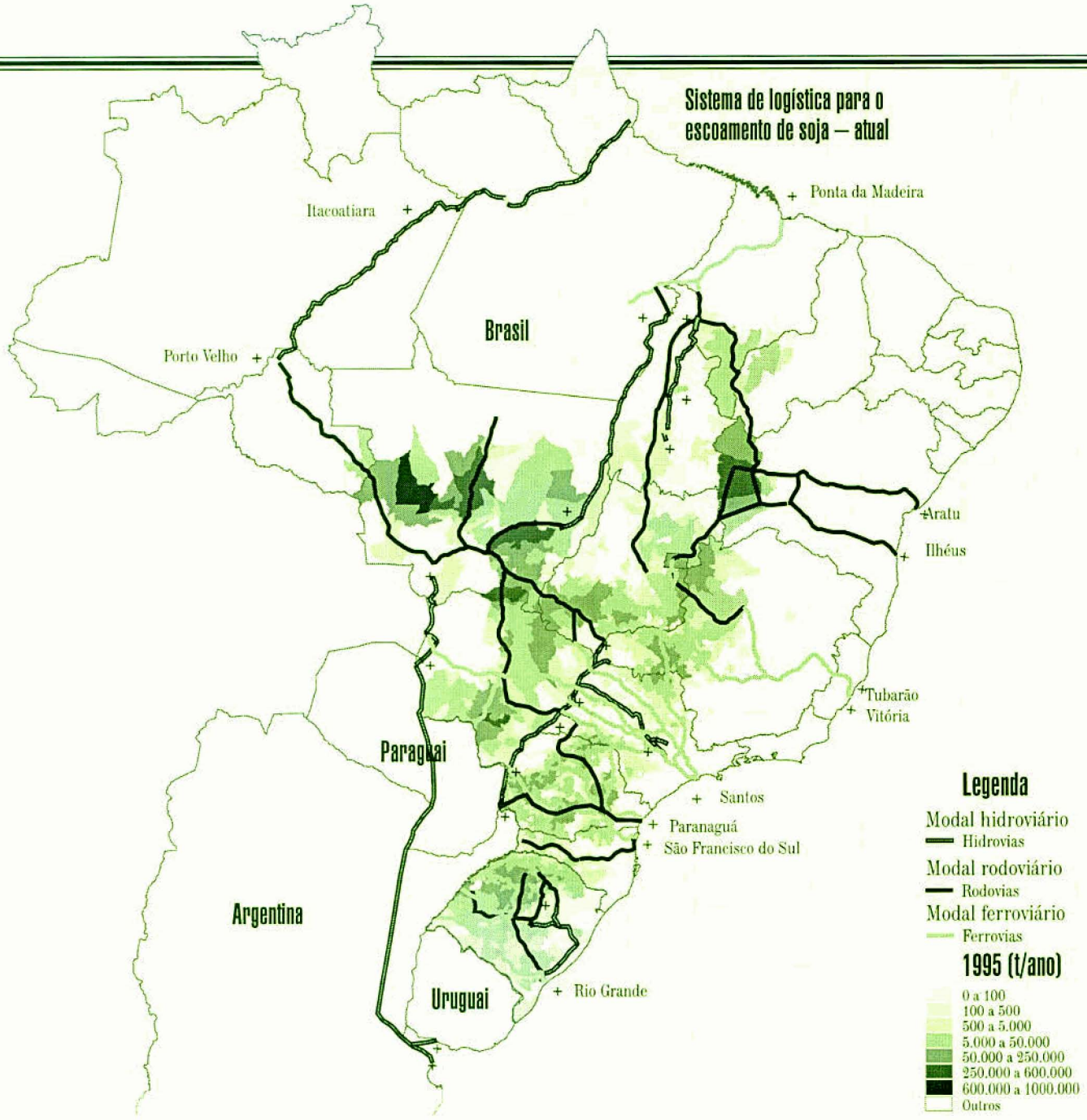
Hidrovias – caminhos pouco práticos

As hidrovias brasileiras são mal localizadas geograficamente, em relação aos portos e aos mercados consumidores internos.

A do Paraná dista aproximadamente 900km dos portos de Santos e Paranaguá. A hidrovia do Paraguai, quase 2 mil quilômetros, e no Brasil passa por uma região de pequena produção agrícola. É mais utilizada para o transporte de parte da soja paraguaia, brasileira e boliviana para o mercado argentino e para o porto de Nueva Palmira no Uruguai.

A hidrovia Tietê—Paraná corre em sentido contrário ao porto de Santos. Para chegar até o seu final em Conchas tem sete eclusas, o que limita o trem de barcaças a capacidade relativamente pequena. Além disso percorre uma distância também relativamente pequena.

Dada a baixa eficiência das ferrovi-



as, que cobram US$32,00/tku, ou seja o dobro das americanas, essa hidrovia é competitiva.

A do rio Madeira dista cerca de 1.200km da região com grande capacidade de produção, que é o Chapadão dos Parecis, e tem uma extensão de 1.100 km de Porto Velho até Itacoatiara (rio Amazonas) e o seu custo operacional é elevado, de US$20,00/tku contra US$8,00 do rio Mississipi.

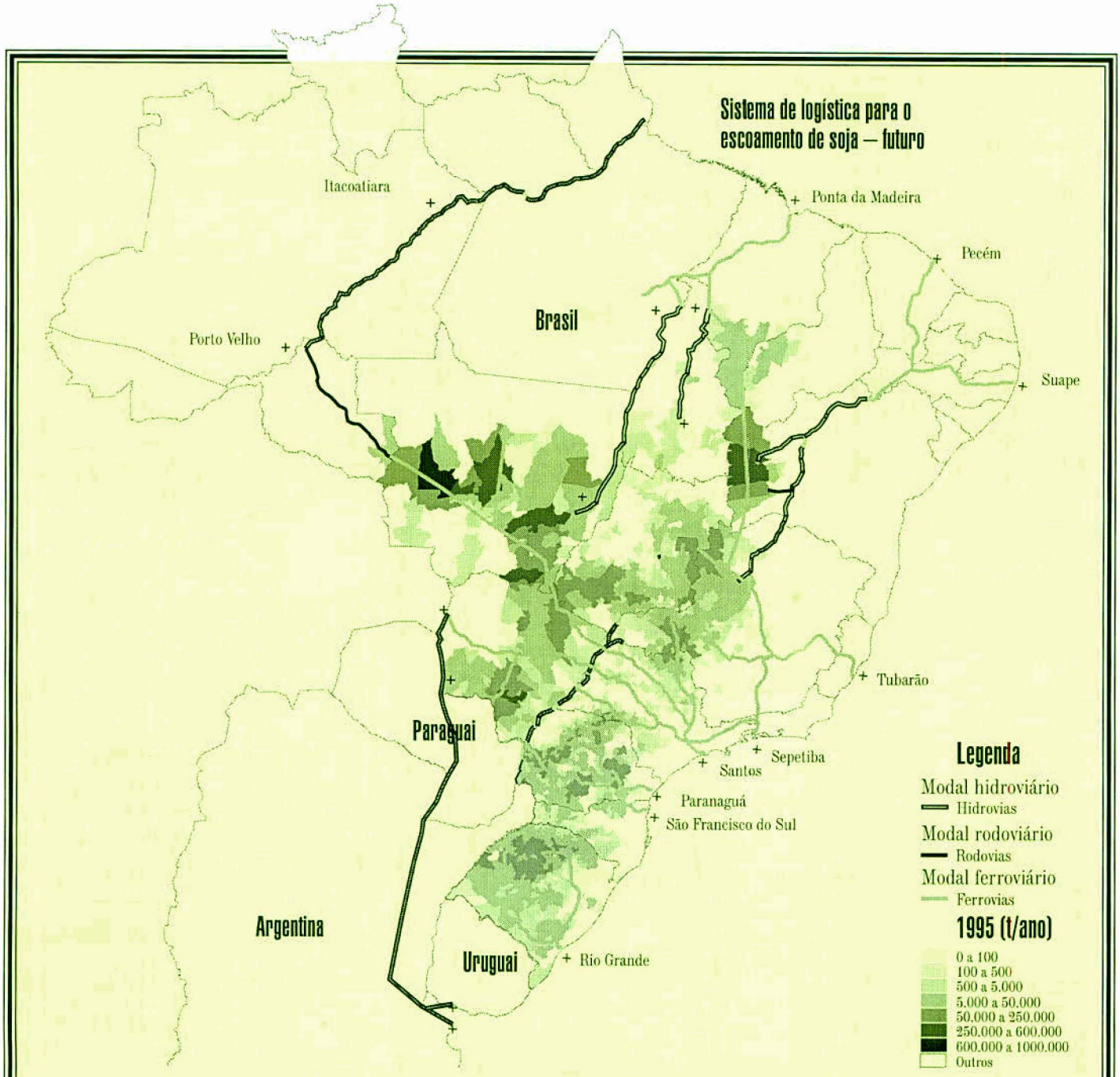
A hidrovia do Araguaia exige pesados investimentos e a construção da ligação ferroviária de Xambioá a Marabá na Estrada de Ferro Carajás para atingir o porto de Ponta da Madeira no Maranhão. Com a construção da eclusa de Tucuruí, haverá

Brasil, EUA e Argentina: Custos portuários

US$/t

Discriminação	*Brasil*	*EUA*	*Argentina*
Cotação FOB porto	250	250	250
Frete ao porto	35	14	17
Despesa portuária	8	3	3
Imposto de exportação*	0	0	8
Receita líquida	207	233	222
Receita/Preço FOB (%)	0,83	0,93	0,89

*Argentina – 3,5%.



uma ligação da hidrovia com a Estrada de Ferro Carajás. Quando chegar a Cuiabá e em Lucas do Rio Verde (MT) a ferrovia da Ferronorte será a grande concorrente da hidrovia do Araguaia e poderá disputar o transporte da produção dessa região do Mato Grosso levando-a até Santos ou Sepetiba.

A hidrovia do Tocantins será utilizada de forma competitiva, levando a produção da região de Pedro Afonso e Palmas (TO) até Estreito e dali para o Porto de Ponta da Madeira.

A do Rio Grande ligará Barreiras ao rio São Francisco e dali até Petrolina. A construção da ferrovia Transnordestina ligará Petrolina a Salgueiro e dali até o Porto de Suape (PE) e Pecém (CE), proporcionando uma logística competitiva.

A hidrovia do rio São Francisco poderá ser utilizada para escoar a produção da região de Correntina (BA) para Pirapora e dali para o Porto de Tubarão de forma competitiva.

No Rio Grande do Sul a hidrovia do Taquari, Jacaú e Guaíba liga a região produtora até o porto do Rio Grande. No entanto a distância é pequena para competir com a ferrovia. Com a construção do trecho ferroviário Pelotas a General Luz, que começa a sair do papel, a zona de produção ficará mais próxima do porto do Rio Grande do que a via ferroviária atual Santa Maria e Bagé, com vantagem sobre a hidrovia, pois esta tem que ser carregada por uma perna rodoviária bem maior do que a utilizada para a ferrovia.

Ferrovias – privatização não resolveu

Quanto às ferrovias também o Brasil apresenta desvantagens em relação aos Estados Unidos. As ferrovias norte-americanas, tanto em termos de infra-estrutura, como em obras de arte – viadutos, túneis etc. –, têm uma capacidade de carga (tonelada/eixo) bem acima das brasileiras, com exceção da Estrada de Ferro Vitória–Minas, Carajás e Ferrovia do Aço.

Os Estados Unidos têm 306 mil quilômetros de ferrovia, a Argentina 40 mil e o Brasil apenas 22 mil quilômetros úteis.

As ferrovias norte-americanas carregam mais carga por vagão e formam composições bem maiores. O custo fica em US$16,00/tku, enquanto no Brasil o valor é de US$32,00/tku. A composição média americana é de 10 mil toneladas quilômetro bruto (tkb). A Fepasa, e em apenas alguns trechos e a duras penas, consegue montar composições de no máximo 4.500tkb.

É evidente que a construção de novas ferrovias, como a Ferronorte, a Transnordestina, a Pirapora—Unaí, Campinas—Jacareí, Pelotas—General Luz e Cascavel—Foz do Iguaçu, deverá melhorar a matriz brasileira de transporte. O Brasil, no entanto, padece de um modelo de privatização ferroviária equivocado, onde foi dada preferência à privatização das malhas geográficas em vez eixos de transporte ferroviário, abrangendo os principais mercados.

A malha da Fepasa deveria ter sido incluída e complementada pelas demais.

Para contratar um frete ferroviário, na maioria das vezes, é necessário negociar com duas, três e até quatro ferrovias, como é o caso da Baixada Santista, que numa distância de 22km tem quatro operadores: Fepasa, MRS, Codesp e CPTM.

O grande problema com a privatização das ferrovias é que o preço dos fretes ferroviários subiu e a eficiência não teve ganhos significativos. A criação da Agência Nacional de Transportes deve corrigir essa situação.

A privatização da Fepasa é a última chance de o Brasil, a curto prazo, adequar o seu sistema ferroviário à competitividade interna e externa, atraindo investidores estratégicos e operadores externos.

Existe ainda uma oferta de serviços de transporte ferroviário bem abaixo da demanda, pois os equipamentos são os mesmos, os investimentos na via permanente são tímidos e a velocidade comercial é muito baixa, tornando o *transit time* muito grande.

A perda de grãos começa na colheita. Pela absoluta falta de armazenagem e secagem na propriedade, o produtor colhe a soja mais seca, com a colhedeira desregulada, causando um prejuízo de cerca de US$320 milhões/ano

Rodovias e portos

As rodovias mais uma vez estão na frente. Com a privatização, serão duplicadas, mais bem conservadas e os equipamentos são de última geração. O aumento do pedágio será compensado pela diminuição do custo de manutenção dos veículos e pela diminuição do tempo de viagem.

A grande carência na área rodoviária são as rodovias vicinais que ligam a propriedade agrícola aos silos e secadores intermediários na zona de nova fronteira de produção.

O mais lógico, rápido, econômico e racional é criar um programa auto-sustentado de armazenagem no nível do produtor. Essa estratégia diminui os investimentos a curto prazo em rodovias vicinais, diminui as perdas e o frete no pico da safra. O produtor pode receber um financiamento do BNDES, Banco do Brasil ou até dos tradings e indústrias. Com o que ele deixa de perder na colheita e com o que ganha na diminuição do frete, na comercialização da sua produção, ele paga o silo em produto, que fica estocado no próprio silo, e já se constitui em um estoque estratégico de baixo custo, a exemplo da política norte-americana.

No caso da soja, os custos portuários no Brasil respondem por 3% a 5% do valor de exportação, enquanto nos Estados Unidos e Argentina chegam no máximo a 1% e 1,5%.

Apesar do grande esforço feito pelo Ministério dos Transportes na gestão do ministro Eliseu Padilha para a privatização portuária, há distorções que ainda precisam ser corrigidas. No porto de Santos, por exemplo, a Codesp fez um enorme ajuste, diminuiu as tarifas e isso não se refletiu na diminuição do custo.

O custo portuário em Santos é de US$12,00/t de soja, em Paranaguá e Rio Grande US$7,50/t, enquanto em New Orleans, nos Estados Unidos, e Bahia Blanca e La Plata, na Argentina, é de US$3,00/t.

Os serviços de controle de qualidade fitossanitária, o sistema aduaneiro e a representatividade nos Conselhos de Autoridade Portuária – CAP precisam ainda ser adequados.

Navegação transoceânica

Os tamanhos de navios atualmente utilizados para o transporte marítimo de soja vão até *panamax*, ou seja, até mais ou menos 70 mil toneladas de capacidade de carga.

Houve tentativas de usar-se navios do tipo *cape-size*, que vão até mais ou menos 120/150 mil toneladas, mas os portos não comportaram bem estes navios, quer pelo volume disponível nos portos quer pela condição de calado. Outra razão é que houve uma grande diminuição no custo do frete em navios *panamax*, aproximando-se muito dos *cape-size*.

Para o transporte da soja são utilizados principalmente navios *panamax* e ainda os *handy max* que vão até 50 mil toneladas de capacidade de carga.

No Brasil os portos de embarque utilizados para soja são: Rio Grande, São Francisco do Sul, Paranaguá, Santos, Vitória, e pouco volume em Ilhéus, Ponta da Madeira e Itacoatiara. Os principais são os portos do Sul, com predomínio ainda de Paranaguá e Rio Grande.

Os fretes em navios *panamax* (cargas ao redor de 50/70 mil toneladas) – sempre considerando o mercado atual – estariam ao redor de US$15,00 para os portos principais no Japão (Tokyo Bay), China, República da Coréia e Taiwan, e mais US$1,00/1,50 para cargas em *handy max* (ao redor de 45 mil toneladas).

Para as Filipinas, Tailândia e Malásia, em função das restrições portuárias e do próprio mercado, provavelmente as cargas terão que seguir em *handy max* com fretes ao redor de US$15,00, dependendo das pranchas de descarga. Para navios *panamax* o frete gira em torno de US$14,00, caso o porto de descarga possa receber o navio inteiro. Para a Europa os fretes hoje estão ao redor de US$9,00/10,00 por tonelada (livre de estivas) para cargas em tamanho *small panamax*, ou seja, perto de 55 mil toneladas, tendo como base principal o porto europeu para grãos, que é Rotterdam. Os outros portos, considerando-se portos do Atlântico, teriam fretes ao redor de US$1,00/3,00 acima de Roterdã. As tradicionais cargas do USA-Gulf/Japão, no tamanho usual de 52 mil toneladas, estão sendo fechadas para Tokyo Bay ao redor de US$15,50/16,00. Os fretes normais seriam de cerca de US$20,00. O mercado está bem baixo e os navios, que tradicionalmente sempre custavam mais no Atlântico, hoje estão mais caros no Extremo Oriente.

Os embarques no Norte do Brasil, em portos tipo Itacoatiara e Ponta da Madeira, têm um acréscimo no custo em torno de US$1,00/4,00 por tonelada.

Em matéria de grãos, são importantes a rapidez da carga e descarga e os custos portuários. Calado também é muito importante, sendo necessários 40 pés para se poder trabalhar com navios cheios.

O mercado atual de fretes de grãos, commodity que varia de preços em função de safra, consumo, especulação, é também bastante volátil, podendo sofrer variações bruscas.

A única forma de se obter fretes estáveis, que não estejam sujeitos às oscilações do mercado *spot*, é através de contratos de parceria de longo prazo com empresas de logística.

Multimodalidade

A multimodalidade ainda é pouco praticada no Brasil por absoluta falta de terminais adequados nas hidrovias e ferrovias e também porque apenas os operadores redoviários oferecem o serviço porta a porta.

No Brasil a matriz de transporte de soja é: 5% hidrovia, 28% ferrovia e 67% rodovia. Em cinco anos, essa matriz pode mudar para 18% hidrovia, 60% ferrovia, 22% rodovia.

A figura do operador de transporte multimodal, cuja atividade foi institucionalizada pela Lei nº 9.611, de 19-2-1998, inexiste no Brasil.

A mudança da matriz de multimodalidade depende da atuação de operadores rodoviários, ferroviários e hidroviários. Devem transformar-se em operadores de carga ou operadores de transporte multimodal e oferecer serviços de transporte porta a porta mediante contrato de longo prazo, como acontece nos países desenvolvidos.

É possível mudar

Diante desse quadro, se o Brasil realmente pretender aumentar suas exportações não somente de soja, mais de todo o agribusiness, há que aumentar a competitividade nas áreas de armazenagem, transporte e logística.

Assim, é recomendável a adoção de algumas medidas, tais como:

- implantar o programa de armazenagem no nível do produtor, com a participação do BNDES, Banco do Brasil, Banco Mundial, *tradings* e indústrias de esmagamento;
- construir terminais multimodais das hidrovias e ferrovias;
- celebrar acordos operacionais entre as ferrovias para que os clientes não necessitem negociar com mais de um operador;
- criar empresas operadoras de transporte multimodal em termos da Lei 9.611/98;
- adequar e ampliar os terminais portuários tanto na exportação como na importação
- completar a privatização portuária, adequando as tarifas portuárias, a fiscalização fitossanitária e o sistema aduaneiro à competitividade interna e à externa.

Segundo estudos do autor, no livro *Brasil na onda verde do progresso*, com o uso racional dos sistemas de logística, em cinco anos o Brasil pode mudar a sua matriz de transporte de soja para 18% hidrovia, 60% ferrovia, 22% rodovia.

Brasil: Preços possíveis do transporte da soja

US$/mil tku	
Hidrovia	10
Ferrovia	20
Rodovia	40

Isso representa um custo médio de US$22,00/mil tku, ou seja, para uma distância média de mil quilômetros o preço do transporte é US$22,00/t – uma diminuição de custo de US$35,00 para US$22,00, ou seja, de US$13,00/t. No porto o custo poderá baixar para US$5,00/t, totalizando US$18,00/t. Para uma safra de 30 milhões de toneladas isso representa um ganho para o produtor de US$540,00 milhões/ano, já descontada a reserva para semente.

A década da agroindústria

A atuação do BNDES no agribussines vem dos anos 80. Até então o Banco se concentrava na indústria de base e na infra-estrutura, dentro da política de substituição de importações.

Paulo Faveret Filho
Sergio Roberto de Paula



Em virtude da complementação da estrutura industrial brasileira após o II Plano Nacional de Desenvolvimento e da nova etapa de desenvolvimento, o BNDES ampliou o leque de setores apoiados.

É possível avaliar a ação do BNDES a partir de duas classificações diferentes :

- conceito ampliado – aqui designado imprecisamente de complexo agroindustrial por incluir desde os setores produtores de insumos até a distribuição de produtos, passando pela produção primária e pela indústria processadora. Tal definição abrange setores como máquinas agrícolas, fertilizantes e defensivos, agropecuária, indústria de alimentos e bebidas, papel e celulose e supermercados;
- conceito restrito – denominado agroindústria, engloba apenas os setores de produção primária (agropecuária) e processamento (indústria de alimentos, bebida e fumo).

Conceito ampliado – complexo agroindustrial

Os desembolsos do BNDES para o complexo agroindustrial cresceram constantemente entre 1990 e 1995: passaram de US$1,23 bilhão para US$2,75 bilhões. Em 1996, houve queda de 15%. O ano de 1994 é um marco: os desembolsos para o complexo saltaram de US$1,24 bilhão (média anual no período (1990/93) para US$2,40 bilhões (média 1994/96). Em 1997 houve uma expansão de 49% dos desembolsos para o complexo agroindustrial, alcançando US$3,80 bilhões.

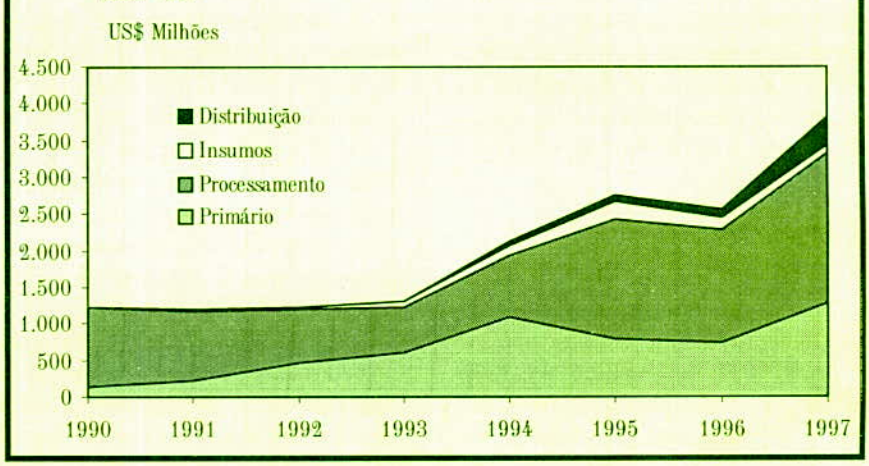
A participação do complexo nos desembolsos totais do BNDES foi crescente até 1993 (38% em 1990 contra 41% em 1993), declinando entre 1994 (38%) e 1997 (23%).

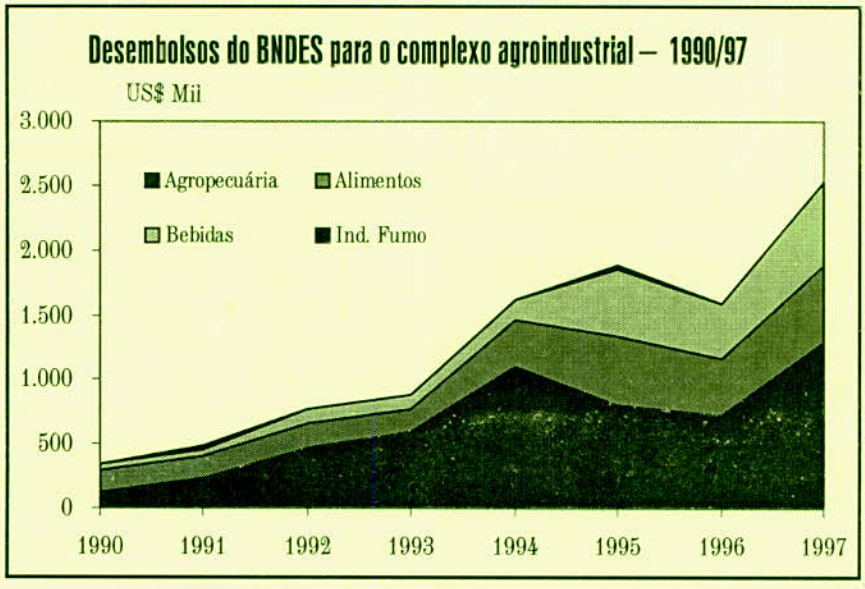
O gráfico 1 mostra uma importante mudança na composição dos financiamentos. Em 1990, 90% dos desembolsos destinaram-se às indústrias processadoras. Já em 1996, houve uma clara desconcentração: o segmento primário recebeu 30% dos financiamentos, o de insumos, 6%, e a distribuição, 3%. Em 1997, houve expansão dos desembolsos para o setor primário (64%), que recebeu US$1,3 bilhão. Os financiamentos para as indústrias processadoras aumentaram em 31%, alcançando US$2 bilhões. A maior taxa de crescimento foi registrada no segmento de distribuição – 256%.

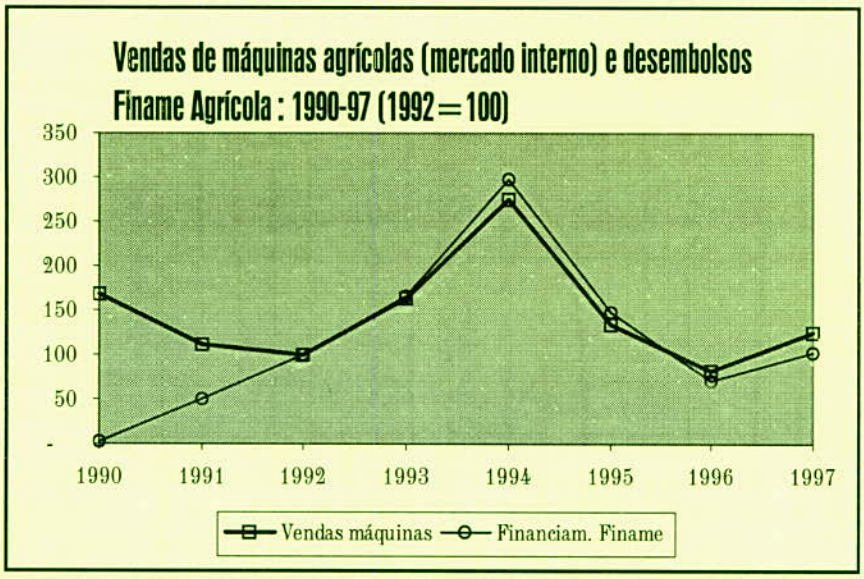
Na média do período, o ramo que recebeu o maior volume de recursos foi a agropecuária (32%), seguido por celulose (30%), alimentos (16%) e bebidas (10%). O ramo da agropecuária registrou um grande salto na sua participação entre 1992 (19%) e 1994 (52%). Nos últimos dois anos, essa participação diminuiu para cerca de 30%. Já a parcela do ramo de bebidas cresceu muito, passando de 3% do total do complexo agroindustrial, em 1990, para 19%, em 1996. Em 1997, a agropecuária recebeu US$1,3 bilhão, 51% dos desembolsos para a agroindústria.

Em todos os ramos os créditos indiretos, ou seja, via agentes financeiros, são a forma de financiamento preponderante. Nas operações indiretas, os bancos repassadores são responsáveis pela seleção e análise dos projetos, bem como pelo risco de crédito junto ao BNDES, o que significa que se a empresa não pagar, o agente é responsável pela dívida. Como conseqüência, pode-se dizer que a seleção dos projetos é feita com critérios de mercado tendo por base sua adequação às políticas operacionais do BNDES. A ação orien-

Desembolsos do BNDES para o complexo agroindustrial – 1990-1997







tadora do BNDES pode eventualmente ser reforçada através de normas específicas para setores prioritários, através de programas com condições favorecidas (como é o caso atualmente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Conceito restrito – agroindústria

Para a agroindústria, verifica-se um crescimento contínuo dos desembolsos entre 1990 (US$345 milhões) e 1995 (US$1,89 bilhão). Porém, houve queda em 1996, para US$1,58 bilhão, seguida de forte recuperação em 1997, para US$2,5 bilhões.

A participação da agroindústria no orçamento do Sistema BNDES foi crescente entre 1990 (10%) e 1994 (29%), caindo entre 1995 (25%) e 1997 (15%). Em 1995, os desembolsos globais do BNDES cresceram acentuadamente, o mesmo ocorrendo com os desembolsos para a agroindústria, estes porém em proporção menor. Já em 1996, os desembolsos para a agroindústria diminuíram e os desembolsos totais subiram 25%, puxados pelo setor de infra-estrutura. Em 1997, ambos apresentaram crescimento muito expressivo, mas o total superou por pequena margem a agroindústria.

No período considerado, a agropecuária respondeu, em média, por 55% dos desembolsos destinados à agroindústria, tendo atingido o ápice em 1993 (77%).

Alimentos e bebidas apresentaram forte influência do Plano Real: os desembolsos cresceram aceleradamente em 1994 e 1995, levando a um ganho de participação na distribuição, que chegou a 49% em 1997.

Valor médio dos financiamentos

As operações da Finame Agrícola representaram uma poderosa ferramenta de pulverização do crédito agroindustrial do BNDES. O valor médio das operações da Finame Agrícola no período 1990/96 flutuou em torno de US$30 mil, dentro de um universo de até 50 mil operações, em 1994.

Entre 1990 e 1993, o valor médio dos desembolsos do Sistema BNDES caiu continuamente (de US$120 mil para US$22 mil), voltando a subir a partir de 1994, chegando a US$113 mil em 1996. Já em 1997, o valor médio ficou em US$77 mil, como resultado direto do Pronaf Investimento – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Há uma clara hierarquia na distribuição do valor médio dos desembolsos por ramo: indústria do fumo – US$3,2 milhões; bebida – US$400 mil; alimento – US$130 mil; e agropecuária – US$40 mil (média 1990/96). Ela parece acompanhar o grau de concentração e o tamanho médio das empresas em cada um dos setores.

Principais cadeias

Os desembolsos do BNDES para a agroindústria têm se concentrado nos segmentos de maior dinamismo do agribusiness brasileiro. Há forte predominância das cadeias de carnes, seguindo-se as cadeias da cana-de-açúcar e dos grãos. Bem atrás aparece a cadeia

Desembolsos do sistema BNDES para a agroindústria
Principais cadeias – 1996/97 (US$ mil)

Cadeias	*1996*	*1997*	*Evolução*
Carnes	308.434	324.029	5,1%
Cana-de-açúcar	237.978	208.468	-12,4%
Grãos	105.398	142.143	34,9%
Frutas	74.706	78.337	4,9%
Cacau	40.718	56.801	39,5%
Laticínios	24.794	28.221	13,8%
Café	10.523	19.352	83,9%
Fumo	83.757	2.695	-96,8%
Total Agropecuária	1.583.690	2.530.925	59,8%

das frutas, com ampla influência do segmento de laranja.

A cadeia de carnes, que inclui os gêneros bovino, suíno, ovino, aves e peixes e as etapas de criação e processamento, respondeu por 19% dos desembolsos totais para a agroindústria em 1996 e por 13%, em 1997. Cerca de 40% dos desembolsos destinaram-se a projetos de investimento do segmento primário (especialmente granjas), enquanto 60% foram para projetos industriais (para várias modalidades, de modernização a expansão).

A cadeia ligada à produção e ao processamento da cana-de-açúcar cresceu muito em 1996, recebendo 15% dos desembolsos (sendo 60% para o cultivo e 40% para o processamento). Embora tenha havido um declínio de 12% em 1997, o volume de financiamentos concedidos continua muito elevado. Isso parece refletir dois movimentos, convergentes: a renovação dos canaviais e a modernização das usinas de açúcar e álcool. Ambos movimentos indicam os esforços de superação do impasse em que o setor se meteu com a desmontagem do Proálcool.

A participação do BNDES no processamento de soja reflete o estado das artes do segmento, onde empresas preferem investir em fluxos, processos e logística do que investir em expansão.

Em terceiro lugar, a cadeia de grãos recebeu 7% do total, a maior parte (90%) indo para a etapa de processamento. Os poucos recursos destinados à produção primária concentram-se na aquisição de máquinas e equipamentos. Quanto às indústrias, o caráter pulverizado dos projetos, geralmente de valores reduzidos, indica adaptações marginais da oferta às condições de mercado, sem grandes investimentos de impacto. Nas cadeias restantes, os recursos do BNDES destinaram-se majoritariamente ao investimento na produção primária (acima de 85%), sem participação relevante da indústria de processamento.

A cadeia da soja

Os desembolsos do BNDES para a cadeia da soja devem ser analisados à luz das políticas operacionais do Banco: como o BNDES só financia investimentos fixos, o apoio às atividades "dentro da porteira" fica restrito à abertura de área, máquinas e implementos, armazenagem e, a partir de 1997, à aplicação de calcário.

No financiamento a máquinas, implementos e calcário a informação disponível no BNDES sobre a cultura destino tende a ser genérica, já que estes itens podem ser usados em várias culturas, não sendo precisos os dados disponíveis.

A comparação das vendas de máquinas agrícolas no mercado interno e os desembolsos da Finame para o setor indica forte participação dos financiamentos do BNDES na mecanização agrícola brasileira, principalmente a partir de 1992, quando foi aberto o financiamento à pessoa física pelo

Desembolsos do BNDES para processamento de soja

US$ mil

	1990	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*
Ref. óleo vegetal	32.355	8.612	16.593	3.188	21.272	41.870	9.557	2.175
Prod. óleo vegetal	246	257	-	22	446	2.551	2.248	4.414
Prep.marg. gord. óleo	-	-	-	264	-	586	768	797
Total	32.601	8.869	16.593	3.474	21.718	45.007	12.573	7.386
Agroindústria	345.338	492.286	769.757	880.048	1.616.862	1.887.110	1.583.690	2.530.925
Participação %	9,4	1,8	2,2	0,4	1,3	2,4	0,8	0,3

Finame Agrícola.

Os desembolsos do BNDES para as indústrias do complexo soja têm pequena participação no total destinado à agroindústria e apresentam tendência de decréscimo em termos absolutos. A participação caiu de 9,4% em 1990 para apenas 0,3% em 1997. Em 1995 houve recuperação dos desembolsos para o setor, 107% superior ao ano anterior e 38% maior que em 1990, porém seguiram-se novas quedas em 1996 e 1997.

O refino teve participação preponderante até 1995, representando mais de 90% dos desembolsos para o setor industrial do complexo soja. A partir de então cresce a participação relativa do segmento de óleo bruto que, em 1997, absorveu 60% dos recursos.

O volume de desembolsos parece acompanhar o tipo de investimento realizado. Até 1995 houve investimentos em novas unidades e no aumento de capacidade das existentes. Após este ano não houve desembolsos para implantação de novas unidades industriais, aumento de capacidade das plantas ou dos sistemas de armazenagem de grãos. Os investimentos se concentram em máquinas e equipamentos cuja participação absorveu 95% dos recursos em 1996-97, contra uma média de 46% no período de 1990 a 1995. Isso parece sugerir predominância do esforço de modernização e/ou mera reposição de ativos existentes.

Os investimentos fixos em 1996 e 1997 destinaram-se sobretudo a tratamento de efluentes e construção de câmara fria, enquanto as máquinas e equipamentos financiados tinham por objetivo, em boa parte, a modernização dos sistemas de recepção de grãos, fluxos do produto e máquinas para embalagens.

Praticamente todas as operações foram indiretas, ou seja, através de agentes financeiros. Somente uma operação de importação de máquinas não foi automática.

Os desembolsos se concentram nas regiões Sul e Centro-Oeste, onde está localizada a maior parte das indústrias. Para as duas regiões foram destinados 84,6% de todos os recursos alocados no setor, sendo que a região Centro-Oeste ficou com 43,3% e a região Sul com 41,3%.

A participação do BNDES nos investimentos do setor de processamento de soja parece refletir o estado das artes do segmento, onde empresas, no seu atual processo de reorganização, priorizam investimentos em fluxos, processos e logística, em detrimento dos investimentos em expansão.

Linhas de financiamento

Em 1997, o BNDES promoveu uma profunda reformulação de seus procedimentos operacionais. Os critérios básicos foram a simplificação e flexibilização, com o objetivo de tornar mais acessíveis as linhas de crédito.

O custo total das operações resulta da soma de três parcelas: custo financeiro, *spread* básico e *spread* de risco. O custo financeiro resulta de uma das três taxas: TJLP, cesta de moedas e *libor*. A cesta de moedas reflete o custo de captação externa do BNDES e é utilizada por empresas exportadoras e na importação de equipamentos. A *libor* atinge principalmente os financiamentos à exportação (BNDES-Exim). A TJLP é uma taxa média de captação do governo brasileiro, calculada a partir das taxas externas e internas de juros.

Como a maior parte das operações do setor agroindustrial está lastreada em TJLP, cabe detalhar sua evolução. Instituída em dezembro de 1994, quando foi calculada em 26,01% ao ano, a TJLP caiu sistematicamente até alcançar pouco menos de 10% ao ano em 1997, mas em dezembro sofreu brusca elevação para 11,77%, em função da crise asiática e seus desdobramentos no Brasil. Em junho ela foi novamente reduzida, para 10,63% ao ano, refletindo a queda da taxa de juros doméstica e do custo de captação internacional do país.

O *spread* básico remunera o custo operacional do BNDES e pode ser de 1% ou 2,5%, dependendo do objetivo do investimento. Os projetos favorecidos com o menor *spread* são os de natureza social, desenvolvimento regional (regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e tecnológico, entre outros.

O *spread* de risco varia em função do risco do projeto e da empresa. Nas operações indiretas, através de agentes financeiros, o *spread* é livremente negociado entre mutuário e banco. Apesar dos temores quanto a uma explosão do *spread* após a liberação (antes estava limitado a 3% ao ano), os dados das operações automáticas indicam que o valor médio não se alterou significativamente, oscilando entre 2 e 6% para as micro, pequenas e médias empresas (inclusive pessoa física), e 2 e 3% para grandes empresas. Nas operações diretas com o BNDES, o nível máximo é de 2,5%.

O prazo total e a carência são definidos em função da capacidade de pagamento do projeto e da empresa.

As operações de até R$7 milhões por empresa/ano são automáticas, isto é, não são analisadas pelo BNDES. Os agentes financeiros aprovam a operação e o BNDES apenas verifica sua adesão às políticas operacionais, no prazo de até cinco dias úteis. Acima de R$7 milhões todas as operações devem ser aprovadas pela diretoria do BNDES, mesmo quando garantidas por agentes financeiros.

Para o complexo de soja, as linhas mais importantes são o financiamento de máquinas e equipamentos (Finame) e dos demais itens de investimento fixo (BNDES Automático e Finem – Financiamento à Empresa). Para o cultivo de soja, destacam-se as operações de Finame Agrícola, destinadas à aquisição de máquinas e implementos. Para a indústria predominam as operações automáticas, sejam para instalações e construções ou equipamentos.

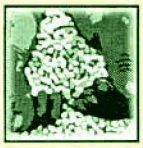
Gerente e técnico da gerência de estudos de agroindústria do BNDES.
E-mail: pfaveret@bndes.gov.br
spaula@bndes.gov.br

P E S Q U I S A

Casa de soluções

Há 25 anos a Embrapa é uma casa de soluções para a sociedade. Um de seus princípios básicos é a parceria com universidades e institutos de pesquisa, além da participação do setor privado.

ALBERTO DUQUE PORTUGAL

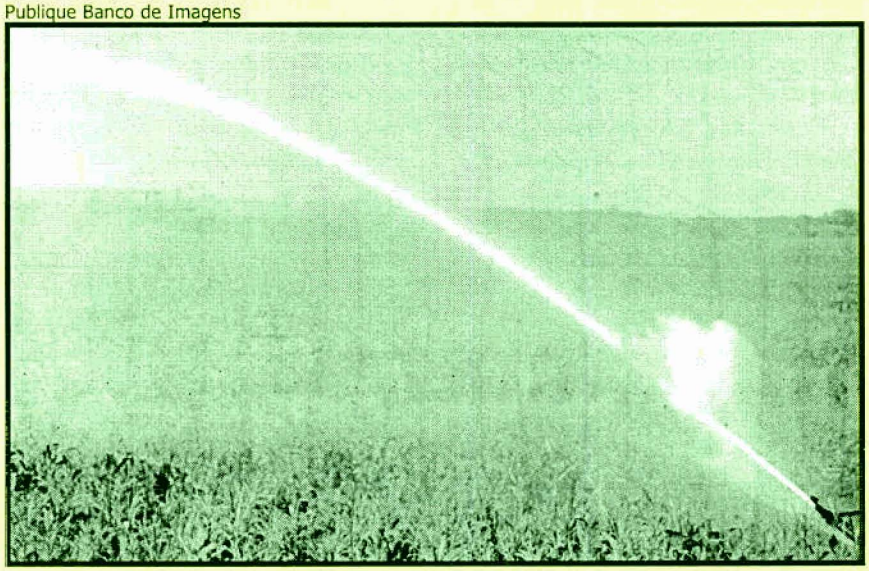


Desde 1973, ano de sua criação, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tem investido na busca de soluções para todo o complexo agropecuário e florestal brasileiro. E isso inclui, além da produção dentro da fazenda, toda a cadeia do agronegócio, que hoje representa 40% do PIB ou US$308,7 bilhões, envolvendo 27 milhões de pessoas.

Com sua atuação ela ajuda a manter, de forma harmônica, os interesses de vários segmentos da sociedade: dos consumidores que desejam alimentos de melhor qualidade e preços mais baixos, dos produtores que querem aumentar sua renda, dos exportadores que enfrentam um mercado externo cada vez mais competitivo e de todos os brasileiros que anseiam pela preservação do meio ambiente.

Considerada uma das maiores instituições de pesquisa do mundo tropical, ela contabiliza nesses 25 anos, junto com seus parceiros, muitas das grandes conquistas agropecuárias alcançadas pelo país: o aumento de 60% na produtividade de grãos e de mais de 100% à safra nacional; a multiplicação por quatro vezes e meia da oferta de carne; a redução de mais da metade nos preços dos alimentos ao consumidor e a transformação do cerrado de terras pouco produtivas na maior fronteira agrícola do mundo, viabilizando novos pólos de desenvolvimento. No mercado externo, a pesquisa foi fundamental para a manutenção da liderança do café e para a competitividade do suco de laranja, do frango e da soja nacionais e fez da cana-de-açúcar um caso único no mundo. O país, hoje, é auto-suficiente na produção hortícola e está viabilizando a fruticultura; ofereceu suporte técnico ao ressurgimento da cultura do algodão; mapeou os recursos naturais para possibilitar planejamentos mais racionais; definiu as alternativas de exploração racional da Amazônia; construiu as bases do controle biológico e do uso dos microrganismos na defesa de uma agricultura sustentável; ajudou a fazer o maior rebanho zebuíno comercial do mundo e a definir os caminhos de uma pecuária intensiva e mais produtiva.

Publique Banco de Imagens



Entretanto, foi com a soja que a pesquisa agropecuária conseguiu um de seus maiores feitos. Em 20 anos o Brasil passou de um pequeno produtor dessa leguminosa para se tornar o segundo maior produtor mundial, apesar de ser a soja produto típico de clima temperado. Hoje, as variedades de soja desenvolvidas pela Embrapa e demais instituições de pesquisa são cultivadas em todas as regiões do país. A pesquisa foi responsável pela modernização da agricultura na região Centro-Oeste, cuja vocação, até meados da década de 70, estava voltada para a pecuária extensiva. Praticamente 40% da safra de soja colhida anualmente vêm dessa região.

Apesar de todas essas conquistas, a pesquisa agropecuária tem ainda muito a oferecer para o desenvolvimento sustentável do país. E alguns caminhos já estão claramente traçados. Para a Embrapa, os desafios do agronegócio são os desafios da pesquisa: a competitividade de nossos produtos; a sustentabilidade que é exatamente o equilíbrio entre a produtividade biológica, a rentabilidade e a sustentabilidade ambiental; e a eqüidade social que é a criação de oportunidades para o maior número possível de agentes econômicos, reduzindo o custo social do ajuste da economia brasileira.

A Embrapa continua a ser uma casa de soluções para a sociedade. Esse es-

força deve estar embasado em alguns princípios como a parceria. Para isso, é necessário que, além das universidades e institutos de pesquisa, haja participação do setor privado nas suas mais diferentes formas: associações, cooperativas, sindicatos, empresas de insumos e de serviços etc.

Um segundo princípio é a visão de cadeia produtiva. A preocupação em prospectar demanda, identificar o que a sociedade realmente precisa, conhecer melhor os diversos segmentos de mercado. Essa visão de cadeia e mercado facilita o desenvolvimento de tecnologia e produto, uma vez que o trabalho de pesquisa não termina num *paper* científico, mas num produto acabado, capaz de ocupar mercado.

Outro princípio da pesquisa agropecuária é a qualidade ambiental. Não se discute nenhum projeto de pesquisa na Empresa sem um estudo sobre o seu impacto ambiental. Esse é um dos novos paradigmas colocados pela sociedade moderna. Além disso a Embrapa monitora os recursos naturais de água, de solo, de todas as regiões do país. E para isso está se preparando para melhorar cada vez mais as técnicas de análise ambiental, fazendo uso das mais modernas tecnologias.

Presença do futuro

No futuro, um dos grandes desafios é acompanhar as áreas de tecnologias de ponta. Há um conjunto de tecnologias que terão, cada vez mais, impacto no desenvolvimento da agricultura brasileira. No primeiro grupo delas estão as tecnologias capazes de alterar a natureza e por isso mesmo mudar as vantagens comparativas e competitivas entre regiões, entre nações. Nelas se destacando as tecnologias de engenharia genética.

No segundo grupo estão relacionadas as tecnologias de redução de risco ou aumento da precisão das atividades econômicas, a chamada agricultura de precisão. Outro grupo de tecnologias a que a Embrapa está dando muita atenção é o daquelas tecnologias que podem agregar valor ou diversificar produtos. Cada vez mais o mundo está deixando de trabalhar com *commodities* para trabalhar com especiarias, ou seja, produtos com características próprias para cada nicho de mercado. Isso requer uma especial atenção com as relações entre qualidade de alimento e saúde humana.

Destacam-se como quarto conjunto as tecnologias que facilitam o acesso à informação e aceleram o processo de disseminação da informação, como a informática e a telemática, para as quais a Embrapa terá também que dar atenção especial.

A visão da Embrapa hoje é de que ela está em um negócio como qualquer outro. Deve, portanto, estar habilitada a gerar tecnologias bem acabadas, cristalizadas em produtos, processos e serviços.

Nesse mundo globalizado, a área internacional ganha especial importância também para a pesquisa. A Empresa atua em duas frentes. A primeira refere-se à atividade de cooperação. Atualmente são mais de 155 contratos bilaterais com cerca de 50 países, além da participação ativa em contratos multilaterais com o Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional – CGIAR, com o Procitrópicos e Procisur, em que estão envolvidos 29 países.

A outra ação internacional está relacionada ao esforço de acompanhar o avanço científico no mundo e as tendências da ciência agrícola do futuro. Nessa linha, a Embrapa assinou, por exemplo, um acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para instalação, em Washington, de um escritório da Empresa.

A visão da Embrapa hoje é de que ela está em um negócio como qualquer outro. Deve, portanto, estar habilitada a gerar tecnologias bem acabadas, cristalizadas em produtos, processos e serviços. Deve ainda ser capaz de garantir meios de distribuição e de promoção eficazes para que a população possa ter fácil acesso a essas tecnologias. E é por isso que a Embrapa implantou a Política Global de Administração – PGA, embasada nos princípios de *marketing*, como uma forma de relacionamento da Empresa com toda a sociedade e com o mercado interessado no seu trabalho. A PGA está subdividida em três políticas básicas, que são a Política de Pesquisa & Desenvolvimento, a Política de Negócios Tecnológicos e a Política de Comunicação Empresarial. Além disso, há um conjunto de projetos estratégicos que ajudam a viabilizá-la.

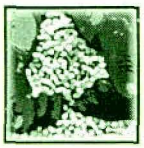
Conceitos como *marketing* e mercado, nas suas acepções mais amplas, estão sendo adotados pela Embrapa por serem imperativos a uma empresa que vem migrando de uma organização administrativa tradicional, ainda que bem-sucedida, em direção a um arranjo organizacional mais complexo, em que a missão institucional se amplia, assim como se ampliam os canais de interação com a sociedade. Daí a ênfase, dentro da PGA, a uma Política de Comunicação Empresarial. Uma política que está permitindo à Empresa organizar suas ações de comunicação para falar também com o público urbano, consumidores finais das tecnologias geradas pela pesquisa agropecuária. Para que a sociedade como um todo possa melhor compreender o papel da Ciência & Tecnologia no desenvolvimento do país e na melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Alberto Portugal é diretor presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

PESQUISA

Pioneirismo e criatividade

A pesquisa agrícola brasileira se tornou referência mundial, a ponto de a Embrapa ser exportadora de produtos e tecnologias, incluindo a soja.



Do início do século até o início da década de 70 as pesquisas agronômicas sobre soja foram esparsas e sem continuidade, representando um produto então sem importância econômica e conhecido por poucos.

A consolidação da pesquisa da soja e a instituição de uma política definida para a investigação agronômica só ocorreram em 1973, com a fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e em 1975 com a criação da Embrapa Soja (Centro Nacional de Pesquisa de Soja), em Londrina, PR.

A Embrapa é pioneira na criação de diversas tecnologias, inclusive no desenvolvimento de pesquisas para regiões tropicais, inéditas em todo o mundo. A expansão da soja para os trópicos, como na região dos Cerrados, teria sido inviável sem a pesquisa agrícola, que desenvolveu cultivares e manejos específicos para essas áreas.

A pesquisa agrícola brasileira se tornou referência mundial, a ponto de a Embrapa ser exportadora de produtos e tecnologias, incluindo a soja, para inúmeros países, principalmente da América Latina, Ásia e África, como a República Popular da China, Índia, Bolívia, Paraguai, El Salvador, Haiti, Namíbia, Angola, Costa do Marfim, Tunísia e Marrocos, entre outros.

Novas variedades e redução de agrotóxicos

Até hoje a Embrapa já lançou mais de 80 cultivares de soja, das quais 40 em parceria com outras instituições, públicas, privadas e cooperativas. Os órgãos e empresas estatais que trabalham com soja, além das universidades, são a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul – Fepagro; a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri; o Instituto Agronômico de Campinas – IAC; e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig. Diversas empresas privadas e cooperativas também são parceiras nos trabalhos, destacando-se a Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico – Coodetec (Cascavel/PR) e a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul – Fecoagro (que dará prosseguimento ao trabalho da antiga Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul – Fecotrigo, que, juntamente com outras federações setoriais, se fundiu na Fecoagro).

Nos últimos anos os agricultores têm participado mais diretamente da pesquisa com soja, por meio de fundações – Fundação Cerrados (Brasília/DF), Fundação Mato Grosso (Cuiabá/MT), Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária do Triângulo e Alto Paranaíba – Funap, Associação dos Produtores de Sementes de Goiás – Agrosem (Goiânia/GO), Fundação Fapcem (Balsas/MA) e Fundação Bahia (Barreiras/BA). Produtores de Mato Grosso do Sul estão criando uma fundação para o estado.

Essas 80 novas variedades, juntamente com o controle biológico e ma-

FUNDO PARA PESQUISA

A experiência norte-americana

ANTONIO RECHE

Nos Estados Unidos o desenvolvimento das pesquisas no complexo soja conta com um importante esquema financeiro mantido e gerido pelos produtores. É um fundo de investimento destinado a custear pesquisas e ações de *marketing*, formado por contribuições compulsórias (lei federal) de 0,5% sobre o valor da primeira venda. Nesta temporada a arrecadação deverá chegar a US$75 milhões (cerca de US$1/tonelada).

O programa, conhecido como U.S. Soyabean Board, é administrado pelos próprios sojicultores de forma extremamente profissional. Seu lema é investimento remunerado. Os benefícios aos sojicultores são ganhos de produtividade (redução de custo) e valorização dos produtos (aumento das receitas). A missão do Board é criar condições favoráveis para que os sojicultores maximizem seus lucros, através de melhorias na eficiência da produção e aumento no consumo da soja norte-americana.

As estratégias para expansão da produção se resumem em desenvolver pesquisa básica e aplicada para maximizar o retorno do investimento, aperfeiçoar a transferência de tecnologia do pesquisador ao produtor e facilitar a coordenação de todos os segmentos envolvidos na produção, tecnologia e pesquisa.

nejos diversos criados e adotados nos últimos 20 anos, são responsáveis pelo aumento da produtividade, pela redução de custos e desperdícios de insumos, pela melhor conservação dos solos e pelo incremento da qualidade da soja.

Participaram desse trabalho, além da Embrapa Soja (Londrina/PR), a Embrapa Cerrados (Planaltina/DF), Embrapa Trigo (Passo Fundo/RS) e Embrapa Agropecuária do Oeste (Dourados/MS). Estes centros desenvolveram também programas específicos e regionais de manejos diversos, com trabalhos sobre solos, agrotóxicos, mecanização e plantio direto, entre outros.

Diversas dessas variedades são resistentes a doenças. Todas as cultivares lançadas nos últimos anos apresentam resistência a doenças (ver adiante os futuros lançamentos). A criação e uso de variedades resistentes é de fundamental importância, por diversos motivos. Em primeiro lugar, não há controle químico, por meio de agrotóxicos, para muitas das doenças da soja e em alguns casos o controle é apenas parcial. Em segundo lugar, as variedades resistentes dispensam ou ao menos reduzem o volume de agrotóxicos necessário, com grande redução de custos.

Para citar apenas um exemplo, os prejuízos trazidos pelo cancro-da-haste estavam estimados em cerca de US$300 milhões desde seu aparecimento até a safra de 1996. Em relação ao nematóide-do-cisto, cuja primeira variedade resistente foi lançada em 1997, a área infestada totalizava, nesse ano, mais de 10% das lavouras de todo o país. A doença provoca quebras de 15% a 25% e somente em Minas Gerais, na safra 1996, 25% das lavouras estavam infestadas, com prejuízos de mais de US$60 milhões.

Finalmente o ganho ambiental é significativo, com sensível diminuição da poluição, mantendo águas e solos limpos, justamente dois dos maiores patrimônios do agricultor. É também preciso praticar uma agricultura mais limpa, como ocorre em todo o mundo, por pressão dos governos e da sociedade, que simpatiza com os movimentos ambientalistas, e do próprio consumidor que passa a exigir alimentos com menos ou nenhum resíduo químico.

Controle biológico

Na luta contra pragas e doenças, a pesquisa tem atuado em todas as frentes: variedades resistentes, controle químico, controle biológico e manejado integrado entre os dois últimos. A soja foi uma das lavouras grandemente beneficiadas pela criação de tecnologias de controle biológico, principalmente o *Baculovirus anticarsia* e o *Trissolcus basalis*.

A pesquisa agrícola brasileira se tornou referência mundial, a ponto de a Embrapa ser exportadora de produtos e tecnologias, incluindo a soja, para inúmeros países.

O primeiro é um defensivo biológico que combate a lagarta da soja, uma das maiores pragas da cultura, e já está largamente difundido na região Sul. É produzido, a partir da tecnologia Embrapa, por diversas empresas privadas e comercializado normalmente como insumo. Sua eficiência no combate à praga e seu baixo custo fizeram desse defensivo biológico um sucesso de vendas no Sul do Brasil. A economia anual é de 1,2 milhão de litros de inseticidas sobre 1 milhão de hectares.

O *Trissolcus basalis* é uma vespinha que consegue parasitar os ovos do percevejo da soja. A técnica é eficiente, mas limitada ainda pela pequena oferta de ovos da vespinha. Adotada no Paraná, principalmente em bacias hidrográficas, pelo trabalho conjunto da pesquisa, extensão, produtores e prefeituras, seu uso deverá se ampliar quando for possível aumentar a oferta (veja a matéria sobre pesquisas em andamento, nesta edição).

Adubação

São diversas as indicações de uso de insumos pela pesquisa. Uma das principais refere-se à inoculação de sementes de soja, que dispensa totalmente os adubos nitrogenados. Isso representa uma economia anual de mais de US$ 1 bilhão. O uso de fertilizantes nitrogenados tornaria a soja economicamente inviável em parte do país. A inoculação é a introdução de um microrganismo na semente da soja, o rizóbio, que se alimenta do nitrogênio da atmosfera, sugando esse nitrogênio através da planta. Nenhum agricultor brasileiro deixa hoje de adotar essa técnica.

A inoculação foi iniciada no Sul e depois adaptada em outras regiões. No Centro-Oeste, a Embrapa Cerrados criou duas novas estirpes de rizóbio, que levaram a um aumento de produtividade de quase 200kg por hectare, quando comparada com a inoculação com estirpes sulinas, segundo informa Plínio Itamar de Mello de Souza, coordenador do programa de soja na Embrapa Cerrados.

Colheita

A Embrapa desenvolveu um manejo para a colheita mecanizada, que inclui regulagem e outros cuidados com as máquinas, criando ainda um copinho medidor, cujo uso é simples e permite ao produtor conhecer o seu nível de perdas. A difusão dessa técnica levou em poucos anos a uma redução das perdas na colheita. No Paraná o desperdício caiu de uma média de 4 sacas por hectare para 1,1 saca por hectare. No Brasil, a queda foi de 4 sacas para 1,7 saca por hectare. Na safra de 1997, estima-se que cerca de 1 milhão de toneladas de soja ficaram no chão.

Pesquisas em andamento



Além de todas as tecnologias, produtos e serviços já disponíveis ao produtor, a Embrapa Soja (Londrina/PR) desenvolve no momento diversas pesquisas, cujos resultados deverão estar no campo a curto e médio prazos. Trata-se de novas variedades, inseticida biológico Baculovírus mais eficiente, novas estirpes de rizóbios para aperfeiçoar a inoculação de sementes, fungicidas seletivos e menos poluentes, refinamento do plantio direto e novos conhecimentos em adubação.

Ainda este ano será lançada a segunda variedade resistente ao nematóide, denominada Pintado (seguindo-se à Renascença, lançada em 1997), cuja pesquisa foi feita em parceria com a Fundação Mato Grosso e recomendada para esse estado. Testes posteriores poderão indicar – ou não – o seu uso em outras regiões. Para o Centro-Oeste, deverá ser lançada, no ano 2000, variedade resistente ao nematóide, em parceria com a Fundação Cerrados (Planaltina/DF), segundo prevê Plínio Itamar de Mello de Souza, coordenador do programa de soja dessa unidade de pesquisa.

Para os próximos anos, está prevista a obtenção de variedades tolerantes à *morte súbita da soja*, causada pelo fungo *fusarium*, em parceria com as fundações de produtores e instituições estaduais de pesquisa com as quais a Embrapa mantém convênios. A *morte súbita da soja* é o segundo maior problema da região dos Cerrados, segundo informa o chefe de Pesquisa da Embrapa Soja, Paulo Galerani. Ele diz que quando o nematóide estiver eliminado ou controlado, aquela doença se

Girassol

A Embrapa Soja (Londrina/PR) e a Embrapa Cerrados (Planaltina/DF) são os centros de pesquisa responsáveis pelos trabalhos com girassol. Embora ainda com pequena produção, o interesse pelo plantio dessa oleaginosa tende a aumentar. A pesquisa já tem à disposição do agricultor a variedade Embrapa 122, com teor de óleo de 39,9% a 43,6%, conforme a região e a época de plantio. Trata-se de cultivar com ciclo de 100 dias, enquanto que os híbridos até agora usados são colhidos aos 120 dias.

Dando prosseguimento ao programa do girassol, a Embrapa Soja e a Embrapa Cerrados vão colocar no mercado, nos próximos três anos, novas variedades e híbridos, mais produtivos, para as regiões Sul e Centro-Oeste, trabalho que está sendo feito em parceria com as empresas Caramuru Óleos Vegetais, Cargill e Morgan. Num prazo mais longo serão trabalhados híbridos e variedades com resistência a doenças. Estão também em andamento pesquisas para a identificação dos melhores manejos de adubação, de pragas e de doenças.

Pesquisa e produtividade

A produtividade da soja brasileira vem aumentando, nos últimos anos, a uma média anual de 1,5%. É um avanço positivo e significativo, mas a produtividade brasileira continua, ao longo dos anos, cerca de 15% inferior à obtida nos Estados Unidos.

A diferença entre os dois países não é causada por falta de tecnologias adequadas, mas sim, segundo o chefe de Pesquisa da Embrapa Soja (Londrina/PR), Paulo Galerani, pelo fato de que os Estados Unidos possuem solos de alta fertilidade e porque lá a incidência de pragas é menor. As pragas representam importante problema da soja no Brasil, a exemplo da lagarta e do percevejo. "Quando a pesquisa brasileira atenuar a questão das pragas e doenças, além de aperfeiçoar o manejo da fertilidade de solos e da cultura, o que já está sendo feito, as produtividades médias dos dois países ficarão equiparadas", diz Galerani.

A meta da Embrapa Soja para a próxima década é de que o Brasil chegue a uma produtividade média de 3 t/ha, um significativo aumento em relação aos atuais 2,4 mil kg/ha.

Parcerias e fundações

"O trabalho de parceria com fundações mantidas por agricultores é o grande ovo de Colombo para financiar a pesquisa agrícola, colocando juntos a competência científica da pesquisa pública e a eficiência e agilidade da iniciativa privada." Esta é a opinião do chefe geral da Embrapa Soja (Londrina/PR), José Francisco Ferraz de Toledo, sobre a participação dos produtores e demais segmentos do agronegócio na pesquisa. Toledo acredita ainda que de agora em diante, graças às parcerias com as fundações, o avanço da pesquisa vai ganhar maior rapidez, devido à vontade e compromisso do produtor.

O chefe geral da Embrapa Soja lembra outra vantagem da pesquisa em parceria: a comercialização das novas variedades obtidas dará retorno financeiro às próprias fundações e à Embrapa, que disporão assim de mais recursos para reaplicação em futuros programas de investigação agrícola.

Na região Centro-Oeste, o chefe geral da Embrapa Cerrados (Planaltina/DF), Carlos Magno Campos da Rocha, também defende a parceria com os agricultores e demais segmentos da cadeia produtiva e se mostra satisfeito com os primeiros resultados. Ele acha, porém, que o mecanismo de colaboração deva ser aperfeiçoado. Carlos Magno propõe maior abertura para a multiplicação de sementes, por meio de critérios objetivos e definidos. Pondera também que "a Embrapa deve se preocupar em ser dona do gene e não das sementes, pois esse é um dos caminhos para tornar a empresa mais competitiva".

tornará o principal desafio à pesquisa no Brasil.

Para o Brasil central, a Embrapa Cerrados vai lançar nova variedade ainda este ano de alta produtividade e de ciclo curto, em parceria com a Fundação Cerrados. Também está previsto o lançamento de, pelo menos, duas novas variedades em 1999, todas apresentando resistência a doenças. Esse mesmo centro de pesquisa e essa fundação, juntamente com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília/DF) devem lançar, em 2000 ou 2001, uma variedade transgênica resistente à aplicação de herbicidas.

Outra meta do melhoramento genético da soja é a obtenção de variedades para o consumo humano direto, com maior teor de proteína, melhor aparência do grão (grão maior e com hilo claro, para fazer tofu) e gosto agradável. Para a alimentação animal, principalmente para suínos e aves, a Embrapa Soja, juntamente com a Embrapa Suínos e Aves (Concórdia/SC) começa a desenvolver variedades com alto teor de proteínas e menores teores de componentes antinutricionais.

Mas o programa de pesquisa em andamento não se limita a novas variedades. Já foi iniciado um trabalho para a melhoria da formulação do inseticida biológico *Baculovírus* (ver matéria sobre tecnologias disponíveis). Agora a Embrapa deseja melhorar a formulação do produto, a fim de eliminar alguns problemas ainda existentes, como a corrosão dos equipamentos usados para a sua aplicação no campo. Outro objetivo é tornar esse inseticida biológico mais eficiente, reduzindo o tempo necessário para a morte das lagartas, que hoje é de sete dias.

Também no segmento de controle biológico, um trabalho de mais longo prazo deverá levar à técnica de fabricação de ovos artificiais do parasita do percevejo. O controle biológico do percevejo já está em uso (ver matéria sobre tecnologias disponíveis), mas a existência de ovos artificiais é necessária para aumentar a oferta do produto, hoje limitada à multiplicação natural. Ainda este ano, Paulo Galerani e outros técnicos da Embrapa Soja irão à República Popular da China, que pesquisa o processo. A República Popular da China já mantém convênio com a Embrapa em outros segmentos e existe a possibilidade de os dois países virem a trabalhar conjuntamente neste projeto.

Ainda na área biológica as pesquisas em andamento incluem a obtenção de novas estirpes de rizóbios, para inoculação de sementes (ver matéria sobre tecnologias disponíveis), com o objetivo de aumentar a produtividade da lavoura. O trabalho visa também à criação de inoculantes que sejam compatíveis com fungicidas aplicados nas sementes, o que não ocorre atualmente.

Além disso, em termos de tratamento de sementes, outro projeto, em parceria com a indústria química, vai chegar à seleção de fungicidas químicos menos poluentes e mais seletivos, ou seja, fungicidas que vão proteger as sementes contra o fungo prejudicial visado, sem prejudicar outras espécies que muitas vezes podem ser benéficas e que hoje acabam sendo também eliminadas.

Manejos

Entre os manejos que estão sendo agora pesquisados destacam-se aqueles que visam ao refinamento do plantio direto. Graças ao trabalho de pesquisa, cerca de 45% da área brasileira plantada com soja são por plantio direto. O percentual chega a 50% no Paraná, 65% em Santa Catarina e 35% na região dos Cerrados. A tendência é expandir o plantio direto, um sistema econômico, conservacionista e adequado às regiões tropicais e subtropiciais.

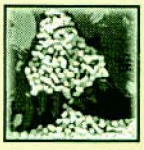
Quanto ao manejo de fertilidade do solo, a Embrapa estuda os níveis críticos de micronutrientes, no Sul do país e na região dos Cerrados, para identificar as suas deficiências e assim proceder a novas indicações de adubação.

NOVOS PRODUTOS

Receita para crescer

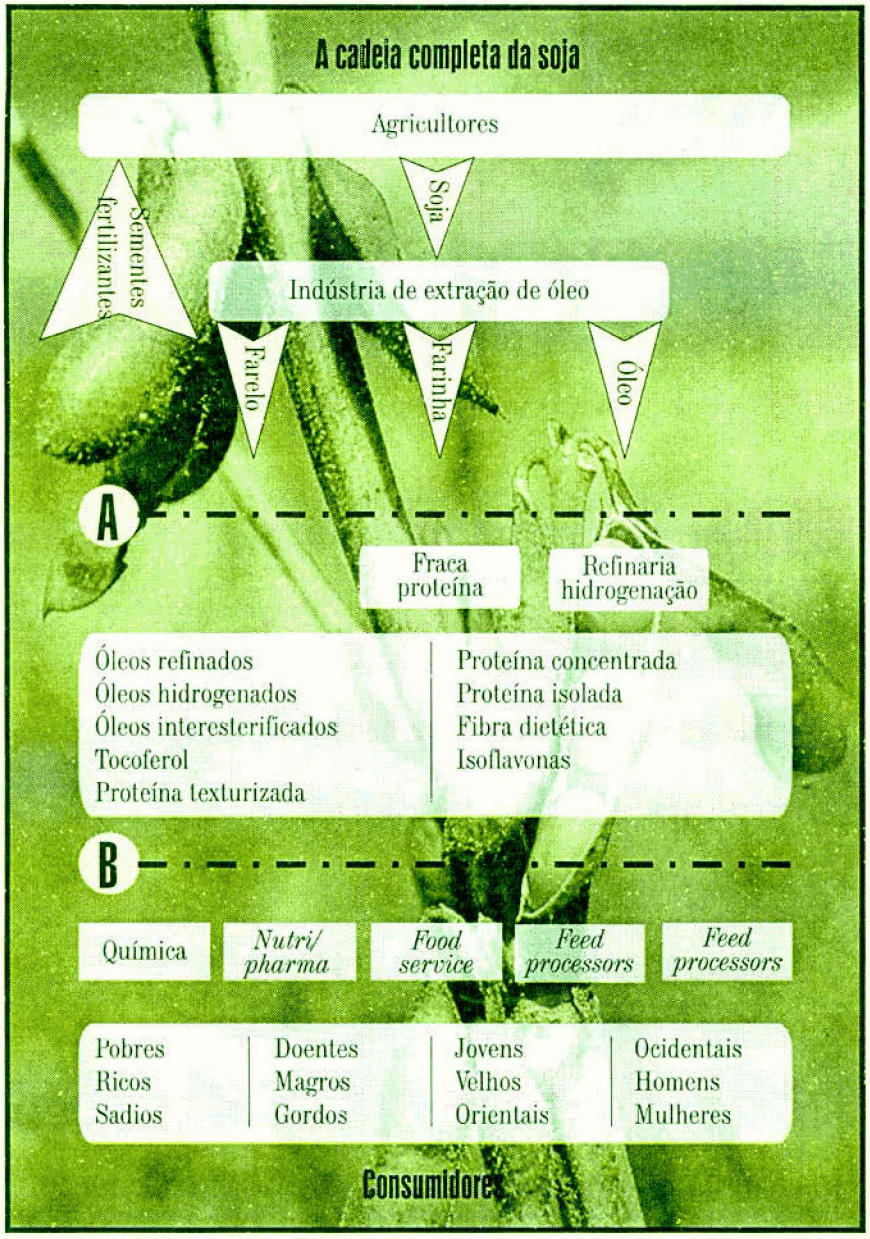
Quando a soja estiver sendo industrializada no coração do país, vai fazer sentido que parte da potência dos tratores venha da combustão do óleo de soja e não só do óleo diesel.

José Zillo



No agribusiness há momentos históricos que criam oportunidades para aumentar a rentabilidade da indústria. A percepção antecipada desses momentos é o que determina o sucesso das empresas que hoje lideram o setor no mundo. Empresas engessadas em modelos de gestão do passado acabam fadadas ao desaparecimento.

Oportunidades podem surgir em guerras, em *booms* econômicos, crises climáticas e em inovações tecnológicas.



A soja, por exemplo, não foi trazida ao Ocidente para alimentar pessoas. Em 1908 a indústria química inglesa produzia milhares de toneladas de dinamite para a construção do canal do Panamá. Não havia óleo de linhaça e algodão suficientes para gerar a glicerina necessária. O óleo de soja foi a alternativa emergencial.

Agregando valor

Entre 1900 e o início da Segunda Grande Guerra a população rural pouco dependia de alimentos industrializados. A grande demanda era por produtos manufaturados não-alimentícios, como os automóveis e seus materiais de revestimento (resinas, plásticos e tintas). Havia também mercado para explosivos (utilizados na abertura de estradas e minas) e para os eletrodomésticos que começavam a substituir a força física dentro de casa. Esse ciclo chegou até a criar terminologia própria. Nos EUA ficou conhecido como *chemurgic movement*. Até hoje a empresa Central Soya, subsidiária da Eridania Béghin-Say européia, tem uma Chemurgy Division para gerenciar os produtos de valor agregado da cadeia soja, como as lecitinas, proteínas e isoflavonas.

A crise de 1929 reduzira a renda das pessoas de forma cruel. Preocupado em gerar receita no meio rural, onde se concentravam seus potenciais compradores de automóveis, Henry Ford acionou o centro tecnológico de sua empresa, a Ford, para que se criasse valor na cadeia do agribusiness. A alternativa foi buscar tecnologias e fontes não tradicionais para a produção de materiais. Fibras para os estofamentos e resinas foram então desenvolvidas a partir da soja.

Embora a abundância do petróleo e seu baixo custo após a Segunda Guerra inviabilizassem os manufaturados de origem vegetal, a euforia do baixo preço dos hidrocarbonetos chegou ao ponto máximo no final da década de 60. Um exemplo foi a produção e o subseqüente fracasso das proteínas unicelulares a partir da fermentação de gás natural. O risco dos monômeros presentes e a reação do consumidor inviabilizaram o uso do novo produto como substituto do farelo de soja na alimentação animal.

Absorvendo excedentes

O ciclo seguinte buscava absorver excedentes agrícolas dos países ricos, desovando estoques nos mercados emergentes, mediante subsídios na origem. Milhões de vidas foram salvas, mas o sistema desestruturou inúmeros núcleos produtivos por ferir as leis de mercado. Por décadas o Brasil padeceu da interferência das doações de leite em pó e trigo vindos do exterior.

A explosão de consumo de alimentos industrializados nas últimas décadas beneficiou principalmente a soja por ser o elo fundamental para a produção de proteínas animais de ciclo curto. O óleo vegetal substituiu a gordura animal por ser mais saudável, e barato. Hoje o óleo de soja concorre com o óleo de palma (de custo ainda mais baixo) e com óleos mais saudáveis como os de canola e de girassol. Mesmo assim é consumido em mercados emer-

gentes, ávidos por produtos mais nobres que as dietas de carboidratos. O gráfico da página 43 indica o aumento da influência do farelo no processo de formação de preço do grão.

O próximo milênio

Se no pós-guerra o óleo era o produto, no século XXI a proteína será o produto na formação de preço da soja. Mas qual será o momento histórico da próxima década no complexo soja?

No campo da competitividade da indústria processadora a concentração em um número menor de empresas já é uma realidade. Em 1950 havia nos EUA 50 empresas processadoras de soja, hoje restam 13. No Brasil já não se sustentarão empresas que não tenham no mínimo tecnologia, competitividade operacional e adequado portfólio de produtos.

O portfólio de produtos sempre foi tema polêmico na estratégia das empresas. Onde está a razão no negócio soja? No volume da *commodity* medido em mil toneladas? Na arbitragem das taxas de juros onde a operação de esmagamento é mera geradora de faturas? Nas margens altas dos ingredientes de tecnologia complexa mas de volume medido em toneladas e não em mil toneladas?

A resposta provável talvez não seja apenas uma das alternativas, mas todas. Provavelmente as grandes empresas vencedoras do próximo século serão as que souberem extrair da matéria-prima agrícola todos os produtos que agregam valor ao negócio a longo prazo.

Competências básicas

Uma empresa de agribusiness deve ter claros seus limites, levando em conta suas competências básicas. A pressão imposta pela sociedade moderna na redução de custos e ética ecológica está inviabilizando a separação excessiva dos processos industriais. As refinarias de óleos vegetais separadas das unidades de esmagamento de soja estão perdendo competitividade.

As empresas de serviços estabelecidas no pós-guerra para a comercialização de alguns ingredientes (lecitina, por exemplo) estão sendo absorvidas pelos gigantes do agribusiness, ávidos por capturar a margem comercial, dada a mediocridade da margem industrial dos produtos.

A tendência histórica na última década foi um deslocamento das atividades do limite A para o limite B, como se vê no fluxograma. A empresa ADM, exemplo clássico de operadora de grãos, ampliou bastante seu espectro de produtos. Hoje é grande produtora de vitamina E derivada do óleo de soja, de aminoácidos, de ácido cítrico do milho – produtos que tradicionalmente pertenciam ao clube restrito da indústria farmacêutica.

É impressionante o número de empresas que caíram na armadilha de fazer gestão pela média ou pior, adotando o modelo da unidade de negócio de maior faturamento.

A ADM também entrou agressivamente na produção das proteínas vegetais para consumo humano comprando as operações da C. Soya e GPC na década de 80, de acordo com sua visão de capturar valor na cadeia da soja. Nos anos 70 essa estratégia seria considerada uma heresia naquela empresa, onde o kiloton reinava absoluto como unidade de peso.

Oportunidades

Alguns derivados da soja com maior valor agregado já são produzidos no Brasil desde os anos 60. Em 1968 já se produzia lecitina em pó no Rio Grande do Sul. O dr. A. Warth, da Incobrasa, seguiu uma estratégia pioneira produzindo lecitina líquida de qualidade excepcional, além de operar uma planta-piloto para a produção de lecitina em pó via extração por acetona. Só encontrei unidade similar de porte industrial 15 anos depois no sul do Japão.

A Samrig, subsidiária do Grupo Bunge, foi também pioneira em 1963 na produção de farinha de soja utilizada em massas e na indústria de adesivos. Em 1969 a empresa iniciou a produção de proteína isolada de soja, marco tecnológico da indústria brasileira, já que hoje pouquíssimas empresas dominam essa tecnologia complexa, tanto no campo industrial quanto comercial. Neste final de século a indústria brasileira estará produzindo e exportando vários derivados da soja, como:

- farinha desengordurada;
- farinha *full fat;*
- proteína texturizada 50%;
- proteína texturizada 70%;
- proteína concentrada *food grade;*
- proteína concentrada *feed grade* (utilizada em aquacultura);
- proteína isolada de soja (peso molecular normal);
- proteína isolada de soja (baixo peso molecular);
- fibra dietética;
- tocoferol (8% a 35%) para produção de vitamina E;
- concentrados de isoflavonas (a grande descoberta deste final de século);
- óleos vegetais hidrogenados;
- óleos vegetais interesterificados;
- lecitinas naturais;
- lecitinas modificadas.

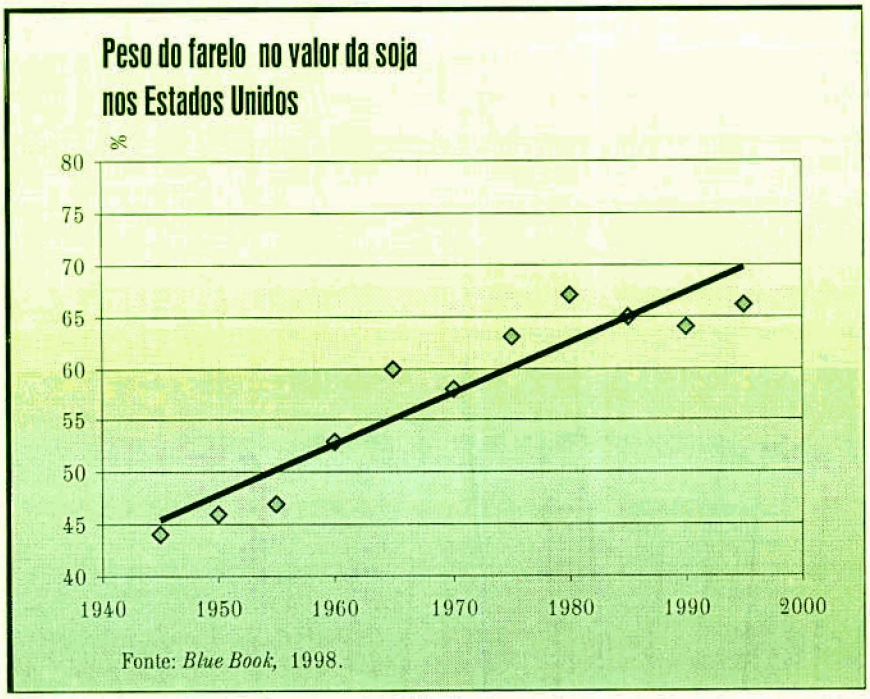
A evolução do portfólio dos produtos está intimamente relacionada à visão das empresas líderes. A gestão de custos baixos traz em certos momentos uma tendência castradora na inovação, mas a abertura do Brasil para empresas multinacionais que necessitam do oxigênio da inovação nos obriga a ver a cadeia da soja como um todo.

Getúlio Vargas conseguiu criar uma CSN nos anos 40. Exportar miné-

rio em bruto ou soja em grão é parte de uma estratégia. Exportar óleo e farelo também. O porte do nosso país é suficientemente grande para cultivar competências adicionais às herdadas da natureza como a água, o sol e o solo. Já temos uma plataforma fantástica para a produção de grãos e um parque para processamento industrial. Temos também alguns núcleos tecnológicos tanto no âmbito privado como no público que podem ser clonados para capturar o valor agregado dos produtos de alta tecnologia da soja. A ampliação do leque de produtos requer um comprometimento de longo prazo tanto do investidor como do governo. Provavelmente o que carecemos é de equipes gerenciais capacitadas para essa nova visão. A otimização da gestão da cadeia soja requer a sensibilidade de um maestro de orquestra sinfônica. Manter sob a mesma empresa unidades de negócio para cada família de produtos/mercados exige criatividade e domínio profundo das operações. É impressionante o número de empresas que caíram na armadilha de fazer a gestão pela média ou pior, adotando o modelo da unidade de negócio de maior faturamento. Outro erro comum é de não saber alocar as receitas e custos das diversas unidades de negócio dentro da contabilidade gerencial da empresa.

Grandes questões

Demanda para proteína vegetal – não se vislumbra ameaça para a crescente demanda de proteínas vegetais. Quer como matéria-prima para animais de ciclo curto ou como insumo direto (proteínas funcionais para alimentos tradicionais e proteínas nutricionais para bebidas, dietas etc.). A veiculação dos benefícios das isoflavonas intimamente ligadas às proteínas isoladas da soja na imprensa científica dos últimos três anos, traz um impulso novo nessa indústria. Sem receio de errar estamos no começo de um novo ciclo no agribusiness: o ciclo dos produtos *nutracêuticos*. São alimentos com propriedades medicinais preventivas. As descobertas das propriedades das isoflavonas quanto à compensação hormonal na menopausa e da redução do colesterol LDL explicam a disputa recente pelo controle de empresas como Protein Technologies International pelos gigantes da química e da biotecnologia.



Fonte: *Blue Book*, 1998.

Demanda para óleo de soja – para este produto que corresponde a 19% do conteúdo da soja a concorrência será acirrada. A palma, apesar da limitação de plantio entre os paralelos +5° e -5° da linha do equador, é uma cultura de baixo custo devido à alta produtividade por hectare. Salvo a ocorrência de eventual embargo ecológico para novos plantios (destruição das selvas tropicais nativas), o óleo de palma estará competindo com o de soja em inúmeras aplicações.

A tendência das autoridades e da mídia em educar os jovens para uma menor ingestão de calorias também trará alguma retração (não detectada até agora) de consumo. Nosso metabolismo animal é suficientemente sábio para saber o limite inferior, mas as substituições irão ocorrer. Uma alternativa para a qual o Brasil deve estar atento é a área de pesquisa de produtos ecologicamente corretos (combustíveis, plásticos etc.) derivados de óleo de soja. Hoje o petróleo tem custo extremamente baixo se comparado com óleos vegetais. Mas no futuro, quando a soja estiver sendo industrializada no coração do país, passará a ter sentido que parte da potência dos tratores venha da combustão do óleo de soja e não só do óleo árabe ou do óleo sugado a 2 mil metros na bacia de Campos. Alguns dirão: mas por que alimentar tratores se nosso povo ainda carece de calorias? Lembro a equação básica que meu primeiro professor de comércio exterior escrevia com letras garrafais:

DEMANDA = NECESSIDADE+$,

onde $ significa poder de compra.

Um país precisa prever os ciclos, as empresas aqui atuantes também o necessitam por questão de sobrevivência. Devemos começar a nos indagar se o ciclo do valor agregado da soja vai começar ou já começou. E se nossas empresas e o país estão preparados para aproveitar e crescer neste novo ciclo que a soja nos oferece.

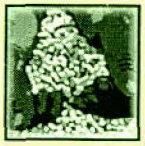
Presidente do Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais do Rio Grande do Sul; diretor da Ceval Alimentos.

COMPLEXOS DE OLEAGINOSAS

Marcas para todos os gostos

O mercado nacional de óleos vegetais movimenta a soma anual de US$2,3 bilhões, com a fabricação de 2,5 milhões de litros de óleos refinados. Com atuação local ou regional, 150 marcas disputam um pedaço das compras dos consumidores.

LUIZ ANTONIO PINAZZA E
RÉGIS ALIMANDRO



Os óleos de origem vegetal encontraram seus dias de glória após a Segunda Grande Guerra, escorados pela produção em larga escala industrial para atender ao consumo de massa. Mudavam os consumidores. O uso da gordura animal estava com os dias contados.

A história dos óleos vegetais no Brasil foi marcada por épocas distintas, nas quais se destacaram diferentes tipos de matéria-prima. Na fase pioneira dos anos 50 pontificou o óleo de algodão, com o controle das operações de extração e produção concentrado em poucas indústrias que possuíam máquinas beneficiadoras. Do ponto de vista empresarial, a fibra era o produto prioritário. No varejo, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, a Sanbra, era a marca forte que abastecia com seus óleos milhares de lares no território nacional.

No início da década de 60 o consumo convergia para o óleo de amendoim, produzido num contexto fundiário de exploração de lavouras centralizadas em pequenas e médias propriedades, com emprego intensivo de mão-de-obra.

Mas foi entre 1972 e 1975 que se assistiu ao nascimento de uma nova onda, a do óleo de soja, que iria marcar definitivamente a evolução dos agronegócios em oleaginosas.



A etiologia da cultura da soja no Brasil esteve associada a pelo menos dois acontecimentos internacionais. O primeiro, de natureza político-econômica, foi o embargo dos Estados Unidos à exportação de grãos para a União Soviética, justamente depois de os norte-americanos sofrerem quebras em suas safras. Especulava-se que a decisão podia fazer parte do jogo político da guerra fria, em que os dois países polarizavam a conquista do poder. Mas como coincidiu com o primeiro choque do petróleo, o incidente só fez engrossar o caldo da especulação.

Outro acontecimento marcante foi o desaparecimento dos cardumes de anchova da costa do Peru, importante fornecedor de óleo animal ao mercado internacional. Hoje sabe-se que o fenômeno estava associado aos efeitos do El Niño nas águas do Pacífico, mas isso foi pouco discutido e analisado na época.

A verdade é que esses fatos, aliados a uma baixa temporária nos estoques das *commodities* agrícolas, fizeram disparar os preços da soja no mercado mundial. O grão, que já havia entrado no país pelo Rio Grande do Sul, via município de Santa Rosa, expandiu-se rapidamente dentro e fora do estado. Mais: tudo acontecendo como manda a cartilha da qualidade, tudo sendo feito certo desde a primeira vez. Símbolo de tecnologia, a lavoura da soja apagava a imagem arcaica do campo, com a implantação de um agribusiness moderno em armazenagem e industrialização. Seguidores de modelos externos se espantavam com a originalidade nativa, uma vez que a cultura caminhava numa direção diversa da norte-americana, na qual o milho sempre representou o estado da arte tecnológica.

Fonte rica em proteína

Na França, berço do perfeccionismo e da sofisticação em agricultura, a soja é tratada singularmente como proteaginosa, numa alusão clara às suas qua-

Óleos vegetais: teores de gordura

%

Óleo	*Saturadas*	*Monoinsaturadas*	*Poliinsaturadas*
Soja	15	22	63
Milho	13	25	62
Girassol	10	24	66
Canola	7	62	31

Nota: As gorduras monoinsaturadas são responsáves por baixar o nível do mau colesterol e elevar o do bom colesterol.

Consumo 'per capita' de óleos e gordura

Quilos/ano

Ano	*UE*	*EUA*	*Japão*	*Índia*	*China*	*Brasil*	*Mundo*
1963/67	28,67	31,53	9,17	5,63	2,48	6,20	10,25
1968/72	31,81	34,02	12,88	5,66	2,70	7,91	10,92
1973/77	32,56	34,20	14,45	5,46	2,79	11,31	11,23
1978/82	34,25	36,41	16,50	6,81	3,93	16,38	12,72
1983/87	36,11	38,61	18,66	7,34	6,05	17,41	13,93
1988/92	39,56	41,53	20,76	7,79	7,67	19,51	15,15
1993/97	41,91	43,54	21,96	8,23	8,71	20,83	15,71
1998/02	44,58	45,31	22,99	8,89	9,95	22,74	16,84
2003/07	46,20	46,64	24,08	9,69	11,11	24,45	17,65
2008/12	47,96	48,00	25,10	10,50	12,20	26,40	18,50

Fonte: *Oil World*.

lidades intrínsecas de fonte rica de proteína, seu produto principal. Mas a cultura revela outras virtudes. É matéria-prima altamente competitiva na geração de óleo a preço bem acessível para o grande público consumidor. Do seu esmagamento, 80% se transformam em farelo e 20% em óleo comestível. Isso propicia uma sinergia que lhe garante enorme vantagem comparativa em relação às concorrentes. No universo das 17 oleaginosas e gorduras, existem seis grandes culturas no mundo: soja, algodão, amendoim, girassol, canola (colza) e palma. Desse grupo, o amendoim e o algodão tendem a perder força, enquanto as demais ganham espaço.

Nenhuma das oleaginosas tem desempenho similar ao da soja quando se analisa conjuntamente o complexo farelo e óleo: a soja representa mais de 60% e 30%, respectivamente, da produção mundial de farelo e óleo. A canola (colza) também está em posição privilegiada, mas fica muito aquém, com 15% tanto na produção do farelo como na de óleo. A seguir, vem o girassol. O algodão é significativamente forte no óleo, mas fraco no farelo, ao contrário da palma.

EUA, Brasil, China e Argentina detêm juntos mais de 85% da produção de soja enquanto China, EUA, Federação Russa e Índia acumulam 65% do total produzido de algodão. Na produção de amendoim, Índia e China ficam com 65%, ao passo que no cultivo de girassol a Federação Russa e a Argentina respondem por 45% do total. Finalmente, com uma participação mais eqüitativa entre os países produtores, China, UE, Canadá e Índia, que são os maiores plantadores de canola, somam apenas 15%.

Como fonte protéica, a cultura da soja continuará estimulada pelas criações confinadas de aves e suínos, onde é servida no arraçoamento junto com o milho. Cerca de um terço do volume da ração é o farelo. Nas transações comerciais, o produto enfrenta a delicada questão da exigência crescente de higiene e qualidade. A cultura deverá prosseguir seu ritmo expansionista, onde a pesquisa e o desenvolvimento da engenharia genética buscam variedades com altos teores de óleos e proteínas.

Do fim dos anos 80 até hoje, a fatia do óleo de palma no mercado mundial passou de 8 para 16%. Em 2010, a produção dobrará e representará 22% do consumo total de óleos vegetais.

Palma: uma estrela ascendente

A ascensão da palma promete trazer maiores novidades para o mercado de óleos. Estudos e tendências mostram que a oleaginosa poderá ser a nova vedete e líder entre as matérias-primas, inaugurando uma nova era para o terceiro milênio. Na verdade, o crescimento da sua produção tem sido suficiente apenas para acompanhar a demanda. Do final dos anos 80 até hoje, a fatia do óleo de palma duplicou no mercado mundial, de 8% para 16%. Em 2010, a sua produção dobrará e representará 22% do consumo total de óleos vegetais.

O óleo extraído da palma é formado por 50% de ácidos graxos saturados e por 50% de insaturados, o que permite seu fracionamento para emprego em vários alimentos. É considerado uma alternativa saudável às gorduras hidrogenadas para serem utilizadas em frituras, margarinas, gorduras para panificação, gorduras para biscoitos, massa para sorvetes e achocolatados. Algumas das características nutricionais são absorção, boa digestão e utilização pelo organismo humano, composição similar ao leite em ácidos graxos e riqueza em vitamina E e beta-

EUA: Preços recebidos pelos produtores

Ano	*Soja*[1]	*Canola/colza*[2]	*Girassol*[3]	*Amendoim*[4]	*Linho*[5]
1991/92	5,58	71,00	8,69	28,30	3,52
1992/93	5,56	97,50	9,74	30,00	4,12
1993/94	6,40	113,00	12,90	30,40	4,25
1994/95	5,48	101,00	10,70	28,90	4,63
1995/96	6,72	106,00	11,50	29,30	5,19
1996/97	7,35	126,00	11,70	28,10	6,37
1997/98*	6,45	120,00	11,35	26,40	5,80

Fonte: USDA.

*Preliminar; [1] e [5]: US$/bushell; [2]US$/tonelada;

[3]US$ tonelada-curta; [4]USc$/lb.

EUA: Preços de óleos vegetais

Em USc$/lb

Ano	*Soja*	*Algodão*	*Girassol*	*Amendoim*	*Milho*
1991/92	19,10	22,83	21,63	27,30	25,82
1992/93	21,40	30,07	25,37	27,40	20,90
1993/94	27,00	30,30	31,08	42,20	26,38
1994/95	27,51	29,23	28,10	44,20	26,47
1995/96	24,70	26,53	25,40	40,30	25,24
1996/97	22,50	25,58	22,64	43,70	24,02
1997/98*	27,25	30,00	27,50	52,25	28,80

Fonte: Usda.

*Preliminar.

EUA: Preços do farelo

US$/tonelada curta

Ano	*Soja*	*Algodão*	*Girassol*	*Amendoim*	*Linho*
1991/92	189,20	140,50	76,80	154,50	125,25
1992/93	193,75	161,78	89,00	172,90	133,60
1993/94	192,86	164,30	94,00	194,91	139,55
1994/95	162,55	112,02	62,70	128,94	95,85
1995/96	235,90	190,74	123,75	202,70	159,00
1996/97	262,00	192,00	110,60	232,00	158,85
1997/98*	185,00	142,00	68,00	145,00	110,00

Fonte: Usda.

*Preliminar.

caroteno.

Ao contrário das demais matérias-primas, a palma não só prescinde a hidrogenação, processo químico que torna sólido o óleo vegetal, como pode ter outras aplicações industriais, como a fabricação de sabonetes, sabões, detergentes, vernizes e tintas, além de combustível que substitui o diesel.

Com 50% e 30% da produção mundial, respectivamente, Malásia e Indonésia são os principais produtores de óleo de palma. Embora disponha do maior potencial mundial para o cultivo da oleaginosa, o Brasil tem uma área plantada de apenas 45 mil hectares, o que faz com que sua partcipação se restrinja a apenas 0,6% do volume mundial. A demanda interna do produto é avaliada em 160 mil toneladas, para uma produção de 90 mil toneladas, sendo 40% exportados. A importação é da ordem de 1,1 milhão de toneladas. A Agropalma é a principal empresa brasileira nesse negócio.

Entre os vegetais, a palma de dendê é a que tem a melhor produtividade (53 a 56% de teor de óleo). Quando avaliada na base de quantidade de quilos de óleo por hectare-ano, gera 5 mil quilos, quase 10 vezes mais do que a soja, que produz apenas 600 quilos, e duas vezes mais que a oliva, que faz 2,5 mil. Girassol, amendoim e canola completam a lista, com a geração de mil quilos de óleo por hectare-ano

Canola busca espaço

A *Canadian grain oil* ou canola, como é conhecida, é obtida de um grão geneticamente transformado, derivado da colza, vegetal altamente impróprio para o consumo humano. Tem boa valorização no mercado internacional por seu alto rendimento e baixo teor de gordura. No Brasil o Sul é a região com condições edafo-climáticas favoráveis a seu cultivo, com produtividade média de 1,5t/ha.

Na comparação com a soja, o preço do grão não difere significativamente e o rendimento na produção de óleo ganha de 46% contra 22%; mas em proteína perde de 36 a 38% para 45 a 48%.

A canola foi introduzida no Brasil pela Olvebra (Óleos Vegetais Brasileiros) em 1992 e seu uso fomentado entre os produtores das cooperativas Cotrijuí, Cotrimaio, Cootap, todas do Rio Grande do Sul. Detentoras de plantas esmagadoras, Olvebra e Cocamar distribuem o produto no país. Ceval e Cargill, que respondem pelas marcas Ville Premium Line e Claris Canola, também atuam na distribuição no mercado doméstico juntamente com a Granosul, que produz a linha Vida.

Estima-se que a produção de canola no país não exceda as 20 mil toneladas anuais, um número muito tímido para as qualidades e potencialidades dessa cultura, que gera um produto de teor baixo de gordura saturada, além do

Mundo: produção dos 17 principais óleos e gorduras, 1997/98

Milhões de toneladas

Óleos/gorduras	*Produção*
Soja	20,7
Palma	17,2
Canola (colza)	11,5
Girassol	9,3
Amendoim	4,3
Algodão	3,9
Coco	3,3
Palmiste	2,1
Oliva	2,8
Milho	1,9
Linhaça	0,6
Mamona	0,5
Gergelim	0,7
Peixe	1,2
Banha	6,1
Sebo	7,4
Manteiga	5,7
Total	99,3

Fonte: *Oil World*.

Mundo: produção e exportação de óleos e gorduras

Milhões de toneladas

	1980		*1995*		*2010**	
Produto	*Produção*	*Exportação*	*Produção*	*Exportação*	*Produção*	*Exportação*
Palma	4,5	3,8	15,2	10,5	31,0	18,0
Soja	13,4	3,3	20,2	5,6	28,0	7,2
Girassol	5,0	5,0	1,1	8,6	2,8	13,0
Colza/canola	3,4	0,7	10,6	1,9	18,0	3,0
Total	57,7	17,6	94,0	29,6	139,0	41,0

Fonte: *Oil World*. – *Estimativa.

farelo que é aproveitado no arraçoamento de aves e suínos e do creme vegetal. Atualmente o país importa do Canadá o creme derivado da canola, com teor de gordura 40% menor que as margarinas convencionais e cujo mercado movimenta por ano 440 mil toneladas e fatura US$600 milhões.

Girassol, a tradição argentina

Entre 1993 e 1997, as vendas a varejo do óleo de girassol mais do que dobraram sua participação no mercado de óleos vegetais no Brasil. O volume comercializado subiu de 4 mil para 40 mil toneladas. É um desempenho razoável, mas é ainda muito pouco para a magnitude do negócio no país.

As importações da Argentina são a principal fonte de suprimento do mercado nacional. As aquisições chegam a quase 35 mil toneladas de produtos refinados e a 20 mil toneladas do produto bruto. Os números são de 1996. O produto refinado vai diretamente para a distribuição, enquanto o bruto passa pelo refino, onde pode agregar algum valor.

No começo dos anos 90, apenas as empresas Anderson & Clayton e J.B. Duarte (arrendada pela Granosul) distribuíam o óleo refinado de girassol. Mais recentemente, o leque foi alargado, com a chegada de Esteves & Irmãos, Cargill e Cocamar. Há uma disputa pela matéria-prima entre as indústrias de processamento e o segmento de alimentação animal que se intensifica quando o milho escasseia e seu preço sobe. Se no mercado brasileiro o óleo refinado tem uma participação de 2,5%, com perspectivas de aumento, na Argentina o produto alcança 85% do consumo.

O girassol vem sendo cultivado em rotação com o trigo em regiões de excelente adaptação edafo-climática. Do volume colhido, cerca de 90% são destinados ao processamento industrial.

O girassol é cultivado em rotação com o trigo nas regiões de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, em áreas de excelente adaptação edafo-climática. Do volume colhido, cerca de 90% são destinados ao processamento industrial. Com um consumo de apenas 20% da produção de farelo e óleo, o excedente de 80% segue para o mercado externo. A grande empresa dos pampas é a Moreno, dona da marca La Sabrosa e responsável por 40% da produção local de óleo de girassol. Fundada em 1906, foi a primeira produtora e exportadora mundial do produto.

Importação de azeite de oliva garante oferta interna

O azeite de oliva é tido como o mais nobre óleo de mesa pelo paladar e pelo alto teor de ácido oléico. É o único produto usualmente consumido cru. As variedades de oliveira ainda são pouco

Mundo: produção no complexo oleaginosa por produto

Milhões de toneladas

	1993/94	*1994/95*	*1995/96*	*1996/97*	*1997/98*
I. Grãos					
Soja	117,83	137,72	124,96	131,65	152,60
Algodão	29,49	32,90	35,93	34,37	33,91
Amendoim	25,23	28,32	28,40	28,98	28,60
Girassol	20,83	23,48	25,89	24,13	24,44
Canola (colza)	26,80	30,38	34,52	31,44	33,75
Coco	4,97	5,48	5,03	5,81	5,66
Palma	4,25	4,61	4,98	5,30	5,38
Total (I)	229,40	262,90	259,71	261,69	283,34
II. Farelo					
Soja	81,28	87,50	89,02	92,25	98,25
Algodão	10,67	11,74	13,21	12,46	12,17
Canola (colza)	14,85	16,53	18,53	17,65	18,79
Girassol	8,38	9,50	10,10	9,99	9,71
Peixe	7,16	6,58	6,44	6,25	5,93
Amendoim	5,46	6,15	5,91	6,07	5,61
Coco	1,68	1,88	1,70	1,97	1,94
Palma	2,25	2,39	2,60	2,78	1,80
Total (II)	131,71	142,28	147,50	149,41	155,20
III. Óleo					
Soja	18,25	19,76	20,17	20,78	22,36
Palma	13,76	14,91	16,17	17,44	17,49
Canola (colza)	9,04	10,10	11,37	10,72	11,44
Girassol	7,08	9,21	8,96	8,58	8,42
Algodão	3,38	3,73	4,16	3,90	3,87
Amendoim	3,94	4,44	4,39	4,54	4,49
Coco	3,09	3,43	3,09	3,60	3,52
Oliva	1,76	1,77	1,44	2,24	1,99
Peixe	1,52	1,41	1,42	1,20	1,15
Palma Kernel	1,88	2,00	2,17	2,31	2,34
Total (III)	63,69	69,75	73,34	75,31	77,07

adaptadas às condições edafo-climáticas brasileiras. Por isso o país é obrigado a recorrer a importações para atender a seu mercado.

A produção de azeite de oliva obedece a um processo diverso do que é adotado nos demais óleos vegetais. A produção envolve diversas fases mecânicas e ocorre em menor escala.

A abertura do mercado interno tem facilitado o consumo doméstico, que dever estar ao redor de 25 mil toneladas anuais. A Argentina é a grande supridora, com cerca de 50% do total consumido. A seguir vêm Portugal e Espanha, com iguais 15%. Itália, China, Grécia, Israel, Reino Unido, Peru e Marrocos fecham a conta

De origem espanhola, a marca Torre de Belém é vendida no país há mais de duas décadas. O produto é importado pela Granosul, que também comercializa a marca Olivae. A Refinações de Milho Brasil é a detentora da marca Mazola. A Arisco tem em sua linha de produtos os azeites Cordobês, Arisco e Beira Alta. A Santista produz as marcas Ville, Isadora e Coccinero. Outros nomes conhecidos são Gallo, Andorinha e Carbonel.

O marketing *na dieta alimentar*

Muitos consumidores de alimentos julgam saber o suficiente para administrar uma dieta saudável e de boa qualidade. Ledo engano. A maioria da população não conhece os conceitos alimentares básicos e fica sujeita aos mitos e vilões da propaganda comercial. O potencial de manipulação da informação é incalculável.

Para emprestar credibilidade às mensagens publicitárias, os gestores das cadeias produtivas buscam parcerias nos círculos acadêmicos, médicos, de nutricionistas, dentistas etc., no esforço de conquistar a opinião pública. É assim que aparecem as eficientes metáforas dos textos de propaganda. Essa ação, apesar de necessária para dar honestidade à informação, não é suficiente para conferir verossimilhança plena à comunicação transmitida. Pode-se apresentar o lado positivo e esconder o negativo. Além do mais, existem muitas controvérsias e discordâncias sobre as propriedades dos alimentos. Veja, por exemplo, os debates acalorados que cercam os produtos transgênicos, que estão apenas começando a aparecer, mas certamente deverão difundir-se nos próximos anos.

Em termos práticos, para enfocar unicamente os complexos das oleaginosas, é fundamental saber as definições e propriedades sobre gorduras, óleos, manteigas, margarinas, cremes e fibras. Ter esse conhecimento, sem dúvida, faz a diferença. Afinal, os consumidores, nesses tempos de valorização da saúde e do bem-estar, não mais colocam em segundo plano aspectos ligados a vitaminas, sais minerais e fibras. Enfatizar somente energéticos e proteínas é um comportamento de ontem, que se esvazia hoje e amanhã desaparecerá da rotina de marketing.

Em relação aos consumidores de óleos, a tomada de decisão guarda estreita relação com gosto, preferências, hábito, renda, idade, clima e cultura. O mercado é segmentado e as pessoas despendem seus recursos independen-

Mundo: produção de grãos de oleaginosas por país

Milhões de hectares e milhões de toneladas

	1991/92-1995/96		*1996/97*		*1997/98*	
	Área	*Produção*	*Área*	*Produção*	*Área*	*Produção*
I. Soja						
EUA	23,96	58,47	25,66	64,84	28,28	74,22
Brasil	10,88	23,31	11,80	26,80	13,00	30,70
China	8,21	12,96	7,47	13,22	8,25	13,80
Argentina	5,36	11,97	6,20	11,10	6,80	16,00
UE	0,38	1,12	0,34	1,15	0,42	1,43
Paraguai	1,03	1,89	1,20	2,77	1,30	2,70
Outros	9,72	11,34	10,51	11,67	11,33	13,75
Total (I)	59,54	121,06	63,18	131,65	69,39	152,60
II. Algodão						
China	5,87	8,50	4,72	7,56	4,50	7,72
EUA	5,36	6,16	5,21	6,48	5,37	6,29
Fed. Russa	2,82	3,69	2,52	2,77	2,58	3,16
Índia	7,92	4,57	9,17	5,88	9,00	4,80
Paquistão	2,84	3,29	3,20	3,18	2,90	3,05
Brasil	1,32	0,86	0,70	0,49	0,92	0,65
Outros	7,05	6,67	8,27	8,01	8,15	8,25
Total (II)	33,16	33,30	33,79	34,37	33,43	33,91
III. Amendoim						
Índia	8,22	7,87	8,20	8,20	8,10	8,00
China	3,37	8,11	3,61	10,14	3,74	9,62
EUA	0,69	1,84	0,56	1,66	0,57	1,60
Senegal	0,88	0,70	0,92	0,65	0,79	0,55
Sudão	0,55	0,39	0,55	0,37	0,55	0,37
Brasil	0,09	0,15	0,09	0,14	0,09	0,15
Argentina	0,16	0,27	0,28	0,30	0,41	0,75
África do Sul	0,14	0,15	0,10	0,14	0,06	0,08
Outros	6,72	6,41	7,82	7,39	8,05	7,48
Total (III)	20,81	25,91	22,12	28,98	22,35	28,60
IV. Girassol						
Fed. Russa	5,26	5,66	6,59	5,21	6,17	5,43
Argentina	2,63	4,45	2,90	5,40	3,10	5,00
Leste europeu	1,70	2,48	2,14	3,04	1,91	2,58
EUA	11,13	1,60	1,01	1,63	1,15	1,71
China	0,79	1,36	0,69	1,33	0,67	1,20
UE	2,64	3,77	2,35	3,89	2,28	3,73
Outros	4,42	3,36	4,44	3,64	4,46	3,80
Total (IV)	18,57	22,68	20,11	24,13	19,74	23,44
V. Colza/canola						
China	6,02	7,86	6,73	9,20	6,35	9,37
UE	2,66	7,27	2,65	7,14	2,71	8,55
Canadá	4,26	5,45	3,45	5,06	4,80	6,20
Índia	6,39	5,60	6,86	6,94	6,40	5,90
Leste europeu	0,71	1,52	0,69	1,27	0,74	1,52
Outros	1,50	1,36	1,78	1,82	2,22	2,21
Total (V)	21,54	29,06	22,16	31,44	23,22	33,75
Total geral	153,62	232,00	161,35	250,57	168,13	272,30

Fonte: Usda.

Antes dos anos 70, a geladeira era considerada bem de luxo e a manteiga em lata gozava de alto prestígio. Sem problemas de preservação, a margarina agora ocupa grande parcela do mercado.

temente umas das outras, mesmo quando as informações disponíveis são bem homogêneas. Na decisão de compra pesa muito o pensamento do filósofo francês Blaise Pascal, de que "o coração tem razões que a própria razão desconhece".

O óleo é a fase líquida das gorduras processadas na produção vegetal e animal. Já a manteiga é a gordura animal, proveniente do leite, fabricada pelos laticínios, enquanto a margarina é a gordura vegetal, produzida normalmente por agroindústrias e empresas de alimentos. Por sua vez, os cremes resultam dos processos de hidrogenação da gordura, para evitar sua oxidação e conseqüente ranço.

Antes dos anos 70, a geladeira era considerada um bem de luxo. Sem as sofisticações da tecnologia atual na área de refrigeração, a manteiga acondicionada em lata gozava de alto prestígio. Agora a margarina, percebida como boa fonte calórica e sem maiores problemas de preservação, ocupa uma grande parcela do mercado.

Sendo a principal fonte de energia para o organismo, a gordura é formada por ácidos graxos (cadeias de carbono, oxigênio e hidrogênio). Pode ser saturada (ligações simples de oxigêncio e hidrogênio) e insaturada (ligações duplas que podem absorver mais oxigênio e hidrogênio). É o desequilíbrio entre as quantidades de ácidos graxos saturados e insaturados que provoca danos à saúde humana.

O torresmo do suíno e a canola, também conhecida como colza, são dois casos assimétricos. O primeiro é composto por ácido graxo saturado, que sem oxigênio para ser fixado e queimado, entra na corrente sangüínea e se deposita nas veias – o chamado colesterol –, podendo provocar doenças cardiovasculares. O segundo é muito insaturado e de fácil digestão. As frutas e legumes, na condição de antioxidantes, são sempre bem-vindos, mas afirmar que são preventivas de arteriosclerose carece ainda de cabal comprovação científica. Do mesmo modo, as fibras ajudam a digestão, mas dizer que elas eliminam as gorduras é outro predicado a ser comprovado.

No processo de hidrogenação das matérias-primas, ocorre uma espécie de conservação, onde o óleo ganha maior estabilidade, preservado da oxidação causadora do ranço. As legislações na UE e mais recentemente nos EUA obrigam a que os rótulos nas embalagens especifiquem os produtos como oriundos da hidrogenação. As organizações de defesa do consumidor alertam que essa tecnologia pode ser cancerígena. É uma polêmica em curso.

O mercado nacional de óleos vegetais movimenta a soma anual de US$2,3 bilhões, com a fabricação de 2,5 milhões de litros de óleos refinados. Com atuação local ou regional, 150 marcas disputam um pedaço das compras dos consumidores. O setor é dominado pelos óleos de soja (90,5%), seguido pelos produtos à base de milho (3,1%), azeite (2,9%), girassol (2,5%) e canola (1%). Esses números devem ser olhados sob a ótica dinâmica de um negócio em célere transformação. Em pouco tempo, o retrato será outro.

Com efeito, as inovações no mercado de oleaginosas correm a todo vapor. As empresas se esforçam para captar as exigências e tendências do consumidor quanto a produtos de maior qualidade, para garantir boa forma e saúde. O vazio é grande no mercado interno, onde o consumo per capita de 20kg por ano representa menos da metade do registrado nos EUA e na UE.

Nas gôndolas dos supermercados estão os produtos especiais e light, de última geração, derivados de óleo de milho, girassol, palma e canola. As marcas tradicionais de óleo de soja (Soya-Ceval, Liza-Cargill, Ceres-Granosul – ex-J.B.Duarte, Clarion, Sadia, Primor, Perdigão, Sinhá, Rezende, Veleiro, Leve, Granol, Vila Velha, Siol, Ouro Azul, Coamo, Comigo etc.) e milho (Mazola-Indústria Brasileira, Gilda-Granosul, Franciscano-Refinações de Milho Brasil, Minaza etc.) ganharam novas companhias nas prateleiras.

A produção de óleo de soja será recorde nos EUA na safra 1998/99, mas não haverá reconstituição dos estoques, que baterão 535 milhões de toneladas, cerca de 60% do volume de 1991/92.

Conceitos de pureza e percentuais de gorduras e calorias são armas de venda. A diversificação e diferenciação são caminhos para competir no mercado. Até mesmo o óleo de soja, de grande consumo popular, além de sustentar competitividade alta em preço, aprimora a embalagem para acompanhar os novos tempos. A lata de folha-de-flandres, ainda que mais empregada, deu espaço para a PET (polietileno tereftalato), que por questões de custo e escassez vem sendo substituída pelo PVC. Reutilizar o óleo para fritura nem pensar, pois trata-se de um pecado imperdoável para o discurso da saúde e do bem-estar. Nessa correria não há espaço para acomodação.

Flash do mercado internacional de oleaginosas

Produção e estoque de grãos – Para a temporada 1998/99, projeta-se crescimento de 2%. A produção mundial de oleaginosas atingirá o nível recorde de 288,5 milhões de toneladas. Este incremento é explicado pelo maior aumento de colza e girassol. Produtores do Canadá e Europa, estimulados pelos preços, expandiram as áreas de plantio com sementes de alto teor de óleo.

Quanto à soja, a produção cresce nos EUA e diminui no mundo, que a substitui para plantar outros cereais e oleaginosas. Embora a demanda cresça, a colheita recorde do produto elevará os estoques norte-americanos para 11 milhões de toneladas, o mais alto nível desde 1986/87. Para o plantio de 1999/2000 deverá haver recuo de área. O preço do bushel cairá para US$4,75/5,75, contra US$6,45 nesta estação.

Esmagamento e fabricação de óleo – A produção de óleo de soja será recorde nos EUA na safra 1998/99, mas não haverá reconstituição dos estoques, que baterão 535 milhões de toneladas, cerca de 60% do volume de 1991/92.

No âmbito mundial, as colheitas de palma nos principais países produtores tiveram quebras por falta de chuva, de modo que os estoques seguirão no patamar histórico de 1,0 milhão de toneladas.

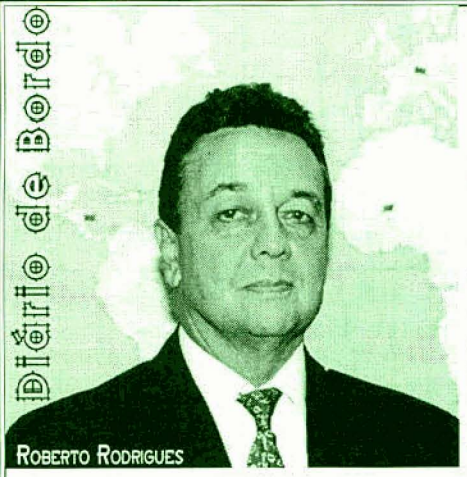
Menor produção de amendoim na China – Na temporada 1997/98, a produção deve ficar em 9,6 milhões de toneladas, contra 10,1 milhões em 1996/97. Há grande suspeita sobre a qualidade do produto. A proporção de matéria-prima destinada a esmagamento e produção de óleo, em relação à destinada ao consumo humano, tende a ser maior que a de anos típicos.

Cai a colheita de palma na Malásia – As revisões de colheita na Malásia têm empurrado para baixo as estimativas, em função de seca. A previsão é de que a produção ficará em 8,7 milhões de toneladas, contra 9 milhões em 1996/97. O país tem honrado seus compromissos de exportações a um custo muito alto internamente: os estoques diminuem e os preços sobem.

Na Indonésia, a erupção do Sumatra atrapalha os fluxos de embarques externos, afeta os trabalhos de campo e prejudica o funcionamento das refinarias e portos.

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

Diário de Bordo


ROBERTO RODRIGUES

Receita para o sucesso

Uma das coisas pelas quais tenho me batido mais duramente dentro do cooperativismo agropecuário brasileiro é a fusão e incorporação de cooperativas. Trata-se de um processo acelerado no mundo todo que não avança no Brasil, embora todas as lideranças estejam de acordo com a tese.

Compreendo as causas desse imobilismo: de um lado, está a idéia de que cooperativas que desaparecessem em um programa de fusão dariam prova do seu fracasso, e aí a vaidade dos seus dirigentes ficaria ofendida. Isso não é verdade, uma vez que a não-fusão é que levará ao fracasso.

Por outro lado, ser dirigente de uma cooperativa no interior é ter poder local. É um poder pequeno, mas importa. E aí há outro ponto: o desaparecimento de uma cooperativa representará o desemprego de pessoas que foram contratadas – eventualmente amigos dos dirigentes –, e isso é duro demais. Nesse caso, orgulho e solidariedade se machucam.

Mas se não se proceder a esse mecanismo, bem como ao de alianças estratégicas a montante e a jusante das cooperativas agropecuárias, o risco da quebradeira será crescente. Há um determinismo nisso, ditado pela globalização da economia e liberalização de mercados, fatores que exigem máxima eficiência para competir, com redução de custos, incorporação de tecnologia, aumento da produtividade e alta qualidade.

Esses elementos não eliminam a possibilidade de uma cooperativa pequena ter bom êxito. Ao contrário: pequenas empresas têm sucesso no mundo todo. Em compensação há outra regra universal: é preciso crescer. Não se pode permanecer pequeno sempre, do mesmo tamanho sempre, porque em termos relativos isto significa diminuir, já que os demais estão crescendo...

E no cooperativismo o crescimento é limitado pela área de ação, donde seu desaguadouro será forçosamente a fusão. Há exemplos fantásticos disso nos mais diversos países, sempre dos mais desenvolvidos. Fusões e incorporações são observadas no Canadá, nos Estados Unidos. É o programa prioritário das cooperativas agrícolas da Alemanha e do Japão. Até as cooperativas de crédito rural e seus bancos nacionais de cúpula estão entrando na onda das fusões financeiras, assim como o setor de seguros.

Mas o exemplo mais notável é o da Dinamarca, um país eminentemente cooperativista, onde, acredite se quiser, não existe legislação específica sobre o assunto. O cooperativismo é essencialmente autogerenciado, a cultura comportamental associativa é muito forte. Os agricultores dinamarqueses, que eram 260 mil no começo do século e hoje somam 60 mil, mantiveram a base do seu trabalho nas cooperativas. Exportam 2/3 do total da sua produção. Em 1996, cada agricultor recebeu, de produtos exportados, US$120 mil.

O setor leiteiro teve os dados mais impressionantes: em 1940, havia 1.399 cooperativas de leite no país. Hoje são apenas 14! E nenhuma quebrou: fundiram-se ao longo do tempo. O que diminuiu foi o número dos sócios, que no mesmo período caiu de 190 mil para 17 mil. Aqui as causas são diversas: a ineficiência individual *matou* muitos produtores, mas a escala também tirou muita gente do mercado, bem como a falta de sucessores, fato que não se restringe à atividade leiteira, mas a todos os produtos agrícolas em todos os países desenvolvidos.

Os dinamarqueses são também supereficientes na área de suinocultura: em 1964, havia 62 abatedouros de suínos cooperativos (o país tem 20 milhões de cabeças de suínos e 5 milhões de habitantes); hoje são só quatro. A produção dobrou no período.

Em 1964, havia 1.400 cooperativas de produtores de ovos. Hoje há apenas uma gigantesca cooperativa em todo o país.

Perguntei ao líder Haslie Nielsen o porquê desse vigoroso processo. Resposta: "racionalizar o negócio e incrementar a produtividade".

Contei a ele as dificuldades em implementar um programa importante de fusões e incorporações no Brasil, e perguntei como foi o começo da história na Dinamarca.

Respondeu que lá houve os mesmos problemas – zelo dos dirigentes para com sua responsabilidade local e institucional, vaidades, ciúmes, disputas e orgulhos feridos. Disse que todos os presidentes de cooperativas concordavam com a tese, mas pouco faziam em função da pergunta central: quem preside a cooperativa resultante da fusão?

E aí deu a receita: a partir de um certo momento em que os líderes do movimento se deram conta de que essas questões pessoais dos dirigentes inibiriam qualquer avanço, passaram a centrar sua atenção na base. Convenceram os cooperados da necessidade das fusões como forma de sobrevivência. Mostraram que só na escala poderiam avançar sobre mercados externos. Convencidos, os associados passaram a pressionar os dirigentes das cooperativas. E estes, aí sim, educados no princípio de que a cooperativa deve fazer o que desejam seus associados – que na verdade são seus donos, além de clientes – aderiram ao programa.

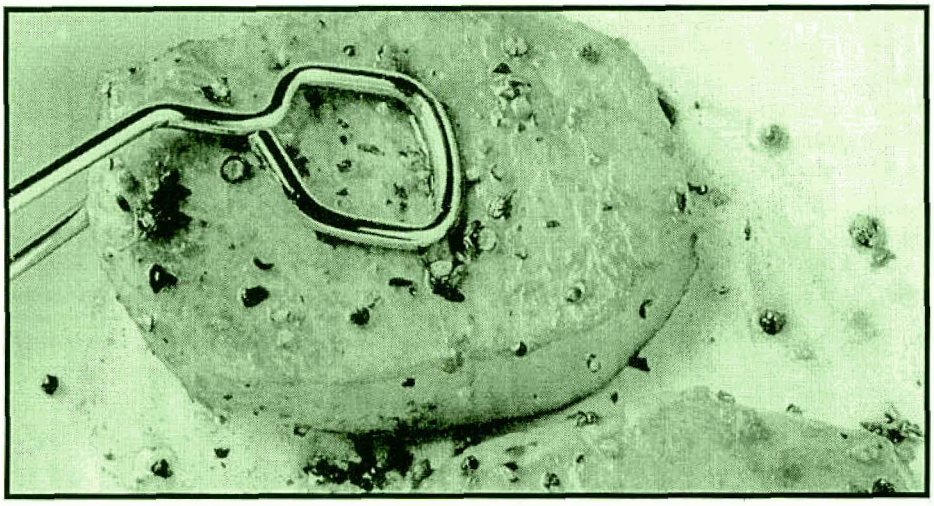
Talvez devêssemos lançar logo essa plataforma, aproveitando a oportunidade do Recoop.

ROBERTO RODRIGUES é presidente da Aliança Cooperativa Internacional e coodernador do Fórum Nacional da Agricultura e assina a partir deste número esta seção de AGROANALYSIS.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Portfólio multivariado

Companhias japonesas produtoras de carne suína realizam investimentos nos EUA, empresas suinícolas norte-americanas investem no Canadá e no México. É a globalização dos mercados consumidores.



As empresas do agronegócio deixaram de pensar em termos de produtos isolados e se enquadram numa nova ordem mundial, em que o mais importante é perceber países e mercados como forças atuantes no jogo competitivo e eleger suas prioridades a partir desse ponto de vista.

Interessado em extrair o melhor proveito da globalização no que diz respeito à política comercial para o agronegócio, o Usda aponta uma estratégia dinâmica de comércio, o chamado *country team approach*, cujo objetivo primordial é refinar o enfoque sobre sistemas de commodities do agribusiness, tornando mais eficiente o processo decisório de alocação de recursos. Em outras palavras: a demanda dos consumidores internacionais passou a ser a mola propulsora da cadeia de valores que liga a produção agrícola aos mercados-alvo.

A abordagem desenvolve estratégias por mercado nacional isoladamente, conciliando as análises por países com as análises tradicionais dos sistemas de commodities. A seguir, o estudo se volta para a integração das estratégias no processo decisório de alocação de recursos, em cujos itens se destacam a promoção de mercado, o gerenciamento de risco e de créditos de exportação, a pesquisa e a assistência técnicas e o desenvolvimento de recursos humanos. Adaptando modelos de estratégia de negócios e instrumentos de análise competitiva do setor privado, o enfoque norte-americano para o comércio agropecuário se apóia agora na análise de portfólio multivariado. O objetivo é usar esta ótica tanto para o estudo dos mercados-alvo em termos de exportações, como para determinar os parâmetros de alocação de recursos.

Média atratividade

As propostas da nova política agrocomercial, segundo a análise elaborada pelo Usda, englobam os 20 países mais importantes para as exportações agropecuárias norte-americanas, dentre os quais o Brasil. Contrapondo a atratividade de cada mercado até o ano 2000 (com base nas previsões quantitativas de demanda de importações ajustadas por prognósticos de políticas de comércio) à atual competitividade da agricultura norte-americana (medida pelo *market-share* atual), o estudo trata de mercados globais e de commodities específicas.

O Brasil é visto pelo Usda como um mercado de média atratividade, onde é baixa a posição competitiva norte-americana. No quadrante em que foi incluído, ele aparece como o mais atraente entre outras 11 nações: Alemanha, Rússia, Malásia, Cingapura, Holanda, Espanha, Bélgica, Itália, Vietnã, França e Reino Unido.

Já a posição competitiva dos EUA se mostrou mais fraca no caso do Brasil do que aquela apontada para Rússia, Malásia, Cingapura, Holanda e Espanha. Em relação a esses países, a recomendação para o agribusiness norte-americano é a chamada estratégia de expansão limitada, que indica dois procedimentos alternativos: procurar meios de expandir negócios que não envolvam altos riscos ou minimizar os investimentos e racionalizar as operações.

Esse novo enfoque mercadológico já está sendo posto em prática pela indústria suinícola mundial, na produção e no processamento cada vez mais internacionais. Companhias japonesas produtoras da carne realizaram investimentos nos EUA, e outros países estão procurando oportunidades de investir em território norte-americano. O rearranjo na localização espacial das unidades produtoras só tenderá a crescer, à medida que as limitações sanitárias e ambientais permitirem às companhias européias realizar operações-satélites nos países asiáticos do chamado Pacific Rim e/ou nos EUA. Companhias suinícolas norte-americanas já investem no Canadá e no México, além de não descartarem a possibilidade de fazê-lo também na Europa oriental e na Ásia.

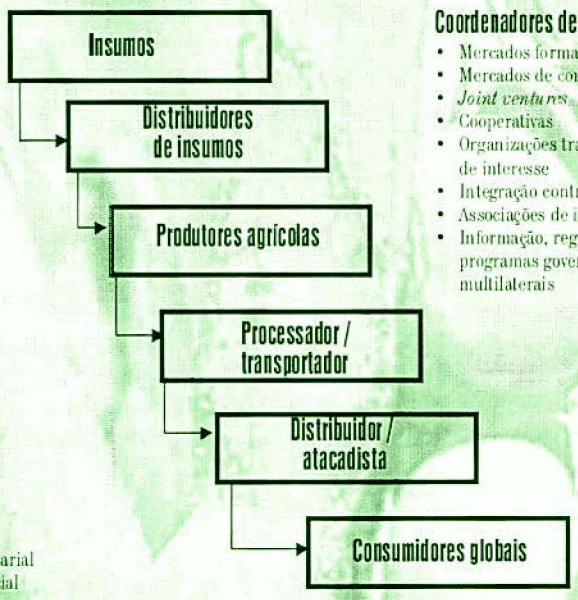
A produção e a distribuição de carne suína estão se tornando globais. Os sistemas padronizados de produção são hoje facilmente transferíveis de país para país. No futuro, apenas de cinco a dez firmas globais do produto poderão dominar a produção e o processamento.

Chegar, negociar e vencer

Atentos a essa visão globalizada dos mercados consumidores, os suinocultores dos EUA entendem que sua sobrevivência dependerá de dois objetivos. Um deles é a maior penetração da carne produzida nos EUA em mercados estrangeiros – o que explica por que as exportações norte-america-

Análise dos sistemas globais de commodities no agribusiness

Insumos do sistema
- Trabalho
- Energia
- Transporte
- Armazenamento
- Seguridade
- Acondicionamento
- Consultoria
- Propaganda
- Crédito
- Sistema bancário



Coordenadores de sistemas
- Mercados formais e informais
- Mercados de commodities/futuros
- *Joint ventures*
- Cooperativas
- Organizações trabalhistas e de grupos de interesse
- Integração contratual e vertical
- Associações de indústrias e comércio
- Informação, regulamentação e programas governamentais multilaterais

Fatores ambientais
- Forças econômicas
- Valores sociais
- Sistemas legais
- Tecnologia
- Capacidade empresarial
- Criatividade gerencial

Adaptado de Ray A. Goldberg, M., professor de agricultura e negócios da Harvard Graduate Schoool of Business Administration.

Diretrizes estratégicas de mercado

Atratividade do mercado \ Posição competitiva	Alta		Baixa
Alta	PROTEGER A POSIÇÃO • Investir para crescer à maior taxa possível • Concentrar esforços na manutenção das vantagens	INVESTIR PARA CRESCER • Desafio pela liderança • Reforçar seletivamente as vantagens • Reforçar as áreas vulneráveis	CRESCER SELETIVAMENTE • Especializar-se em vantagens limitadas • Tentar vencer as fraquezas • Retirar-se na falta de indicadores de crescimento sustentável
	CRESCER SELETIVAMENTE • Investir fortemente na maioria dos segmentos atrativos • Capacitar-se para a competição	ADMINISTRAR VISANDO AOS GANHOS • Proteger os programas existentes • Concentrar investimentos em segmentos com bom rendimento e riscos relativamente baixos	EXPANSÃO LIMITADA • Procurar meios de expansão sem alto risco • ou minimizar investimentos e racionalizar operações
Baixa	PROTEGER E REENFOCAR • Concentrar-se em segmentos atrativos • Defender as vantagens • Gerenciar o mercado corrente	ADMINISTRAR EM BUSCA DE GANHOS • Proteger posição em segmentos de maior rendimentos • Aprimorar a linha de produtos • Minimizar investimentos	DESVIAR E REENFOCAR • Realocar recursos • Cortar custos fixos • Visar prioridades de longo prazo, ou • Reenfocar informações e relatórios do competidor

Adaptado do modelo de análise deportfólio da GE McKinsey

Potencialidades da carne suína por tipo de mercado nacional

Segundo os suinocultores norte-americanos

Economia	*Tipo de país*	*Preferências*
Pobre	Baixo desenvolvimento	Cortes de alto valor e produtos processados
Pré-consumidora	Em desenvolvimento	Cortes de menor valor, sabores tradicionais
Consumidora	Desenvolvido	Qualidade, conveniência e segurança
Elite	Avançado	Cortes especiais de alta qualidade, alto valor agregado, conveniência com produtos inovativos

nas do produto passaram de 2,5% da produção em 1993 para 6% em 1997. Ansiosos por alcançar essa meta, os empresários do setor vêm buscando diminuir ao máximo os preços finais do produto e aumentar suas exportações. Segundo os suinocultores norte-americanos, uma campanha concentrada na conquista de novos mercados deverá levar em conta quatro segmentos de consumo em que o mundo se categoriza, de acordo com o *status* econômico do país (ver quadro).

O outro objetivo é a expansão dos negócios em territórios alheios, iniciativa que tem a vantagem de amortecer a concorrência futura oriunda de grupos locais. Um dos focos dessa expansão tem sido o Brasil, devido à sua auto-suficiência em insumos, grande extensão territorial, avançado manejo da criação comercial e (ainda) ausência de entraves ambientais. Além do mais, não passou despercebido aos empresários norte-americanos o fato de a carne suína brasileira estar de volta ao comércio internacional. Sintomaticamente, no ano passado implantou-se a suinocultura no Mato Grosso, visando à produção inicial de 10 mil matrizes e 2,4 milhões de suínos/ano, resultante da associação de dois grupos brasileiros à segunda maior empresa produtora de carne suína dos EUA, a Carroll's Food. Com entrada em operação prevista para junho de 1999, a meta do projeto é abrigar até 50 mil matrizes. Por outro lado, o governo holandês tem mostrado interesse em prevenir o problema de desemprego que as restrições ambientais vêm causando no negócio suinícola no país (estima-se que o custo de manejo de dejetos na Holanda já chegue a US$ 0,05/kg carne). Daí seus entendimentos com o governo mato-grossense visando à criação de colônia com suinocultores holandeses no estado, deslanchando negócio interessante para ambas as partes.

E-mail: iragtroc@fgv.br

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

ARROZ

ELIANA LEITE

Apagando incêndios

O governo estimula as importações de arroz, já que a redução da oferta levou os preços a patamares muito elevados desde o início da safra.

O arroz de sequeiro inicia novo ciclo de desenvolvimento na região Centro-Oeste, após o sucesso das variedades de formato de grão longo fino, e os produtores rurais da região querem novamente apostar na cultura. A disponibilidade de sementes dessas novas variedades, produzidas pelo setor de Melhoramento Genético da Embrapa, é ainda baixa, o que pode limitar a maior expansão da produção no médio prazo. Mas a rápida articulação dos representantes dos segmentos da cadeia para alavancar a atividade está ao menos sinalizando que para um futuro não muito distante mudanças estruturais relevantes poderão acontecer no mercado.

O mercado parece se acomodar após um início de comercialização bastante aquecido. Os preços em junho permaneciam altos, mas o ritmo em que vinham sendo reajustados arrefeceu. Os produtores aumentam a oferta de produto no mercado para saldar débitos de custeio e isso pressiona os preços para baixo. O próprio efeito das contratações de importações a partir de julho ajuda a alterar as perspectivas do mercado, embora a tendência para todo o ano seja de preços elevados para o produtor rural. Por sua vez, a safra do hemisfério Norte está em pleno desenvolvimento e a de parte do Sudeste asiático em fase de colheita.

Acréscimo insignificante

As estimativas para este ano são de um insignificante acréscimo na produção mundial, causado pela expectativa de colheitas normais nas safras dos grandes produtores mundiais como China, Índia, Tailândia e Burma. Como o consumo deverá crescer cerca de 5% em relação à temporada anterior, os estoques deverão diminuir, dando sustentação aos preços internacionais.

O fato de as cotações externas estarem em fase de alta acabou limitando o volume das compras no Mercosul pelo Peru, Chile, México e Irã, que reduziram a demanda de 350 mil para 150 mil toneladas. Mas isso não deverá repercutir no mercado brasileiro.

A safra da Argentina se aproxima do final e as chuvas prejudicaram cerca de 35 mil hectares da área plantada. O *Boletim de Conjuntura* da Conab estima que as perdas físicas atingiram cerca de 27%. Com esse quadro, a produção, que estava prevista inicialmente em 1,3 milhão de toneladas, não deverá ultrapassar 950 mil. O excedente exportável deverá se situar em 605 mil toneladas. Desse total, cerca de 500 mil toneladas deverão ser direcionadas para o mercado brasileiro.

A produção uruguaia também sofreu os efeitos do fenômeno El Niño. A redução na safra esteve próxima à observada na Argentina, 26%, e a produção caiu das inicialmente esperadas 1,1 milhão de toneladas para 850 mil. O excedente exportável está estimado pela Oficina de Programación y Política Agropecuaria em 600 mil toneladas.

Brasil: Arroz em casca, quadro de suprimento

Em mil t

	Estoque inicial	Produção	Importação			Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque de passagem
			Mercosul	3os. países	Total				
1995/96	2.767	10.037	1.040	98	1.138	13.942	11.629	12	2.301
1996/97	2.301	9.524	1.119	104	1.223	13.048	11.664	6	1.377
1997/98	1.377	8.853	1.100	900	2.000	12.230	11.669	2	528

Fonte: Conab.

Estímulo às importações

Diante do quadro de redução na oferta brasileira e no Mercosul, que levaram os preços a patamares muito elevados desde o início da safra, o governo adotou medidas de estímulo às importações:

- retirou o arroz beneficiado da lista de exceção à Tarifa Externa Comum – TEC, o que reduziu a alíquota de 21% para 15%;
- suspendeu a obrigatoriedade do pagamento à vista das importações para as guias emitidas até 31 de agosto, ou para os produtos internalizados até 31 de outubro.

Os primeiros navios com produto importado começaram a chegar aos portos brasileiros no início de julho. Essas compras, provenientes dos Estados Unidos e de países asiáticos, já estão favorecidas pelas medidas governamentais de estímulo às importações. Ironicamente, as primeiras compras do produto norte-americano entrarão pelo porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estado que produz atualmente quase a metade da oferta brasileira.

Segundo o governo, a partir de agora não há mais espaço para reajustes nos preços do produto nacional, já que o arroz é um importante componente dos índices que medem a inflação no país. Só que a preocupação oficial é sempre emergencial, com intervenções pontuais do tipo apaga-incêndio. A auto-suficiência tem que ser um objetivo para que diminua nossa dependência de um mercado internacional de tão baixa transparência que transaciona pequena quantidade em relação à produção mundial.

As últimas informações da Conab para o mercado internacional apontam para uma quebra na safra da Indonésia, além da Malásia e Filipinas, reduzindo a oferta de arroz asiático para o Brasil, principalmente do vietnamita, que destinaria seus excedentes para aqueles países.

A safra americana deve ser um pouco superior às estimativas iniciais, o que significa maior oferta do produto no mercado internacional, em especial para o Brasil. Este aumento já se refletiu em uma pequena redução nas cotações FOB do produto, de US$271.00/t para US$268.00/t de arroz branco.

E-mail: elileite@fgv.br

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

CAFÉ

Sem aperto

REGIS ALIMANDRO

A menos que ocorram geadas no Brasil, não há a menor perspectiva de aperto de oferta. Embora se configure ainda um quadro de preços remuneradores, é hora de instituições como CDPC e APPC buscarem instrumentos capazes de evitar um novo ciclo de preços baixos.

Na última semana de junho o Usda divulgou sua nova estimativa para a safra mundial de café de 1998/99. A produção total alcançará o recorde de 107,5 milhões de sacas, 14% acima da quantidade colhida na estação anterior.

O acréscimo da produção de 13,2 milhões de sacas terá como resultado um incremento de apenas 1,2 milhão nos estoques finais da estação. Aliás, os estoques finais da estação passada e da safra em curso são os menores de todo o período considerado na tabela.

A produção brasileira foi projetada em 35,8 milhões de sacas, 52% maior do que em 1997/98, mas 10% menor do que a produção recorde de 39,6 milhões registrada em 1961/62. A safra de arábica foi calculada em 30,8 milhões e a de conillon em 5 milhões de sacas.

Minas Gerais aparece como principal estado produtor, com 18,85 milhões de sacas. Em segundo lugar está o Espírito Santo, com 5,35 milhões, 34% acima da produção anterior. A safra capixaba é composta por 3,2 milhões de sacas de café conillon e por 2,15 milhões de arábica.

O consumo interno deverá crescer de 11,5, em 1997/98, para 12,5 milhões de sacas em 1998/99, sendo 500 mil sacas de café verde equivalente consumidas sob a forma de café solúvel. O Usda projeta que as exportações alcançarão um total de 18,5 milhões de sacas, sendo 16,4 milhões de café verde e 2,1 milhões de café solúvel (café verde equivalente).

Números do governo brasileiro

Poucos dias depois da divulgação das estimativas do Usda, o Departamento Nacional de Café (Denac) anunciou sua segunda previsão da safra brasileira. A produção deve alcançar 33,95 milhões de sacas. Ainda não se pode dizer que os números do governo

Mundo: Oferta e demanda de café – mil sacas de 60kg

Ano/safra	Estoques iniciais	Produção	Importações	Oferta total	Exportações total	Grão	Torrado	Solúvel	Consumo interno	Estoques finais
1980/81	25.523	86.174	675	112.372	60.955	57.860	179	2.916	20.438	30.979
1981/82	30.979	98.023	755	129.757	65.359	61.056	235	4.068	20.556	43.842
1982/83	43.842	81.904	733	126.479	66.059	63.344	220	2.495	20.221	40.199
1983/84	40.199	88.801	606	129.606	68.191	65.069	351	2.771	20.577	40.838
1984/85	40.838	90.362	456	131.656	72.322	68.675	306	3.341	21.968	37.366
1985/86	37.366	95.750	397	133.513	70.478	67.724	248	2.506	21.220	41.815
1986/87	41.815	79.394	262	121.471	66.982	64.351	298	2.333	21.202	33.287
1987/88	33.287	103.170	296	136.753	67.504	64.838	337	2.329	21.075	48.174
1988/89	48.174	94.165	415	142.754	71.371	68.108	162	3.101	21.190	50.193
1989/90	50.193	96.958	258	147.409	83.402	80.034	129	3.239	20.995	43.012
1990/91	43.012	100.181	331	143.524	76.163	73.278	83	2.802	22.265	45.096
1991/92	45.096	103.963	291	149.350	80.887	77.844	53	2.990	22.268	46.195
1992/93	46.195	92.894	713	139.802	77.780	73.792	117	3.871	21.577	40.445
1993/94	40.445	93.233	585	134.263	76.939	72.434	108	4.397	22.932	34.392
1994/95	34.392	98.126	1.070	133.588	69.319	65.112	228	3.979	22.721	41.548
1995/96	41.571	89.743	1.081	132.395	75.063	70.122	229	4.712	24.313	33.019
1996/97	33.019	103.894	1.094	138.007	84.713	80.351	192	4.170	24.471	28.823
1997/98	28.823	94.321	1.318	124.462	75.833	71.544	200	4.089	25.324	23.305
1998/99	23.305	107.492	1.161	131.958	81.074	76.775	195	4.104	26.414	24.470

Fonte: Horticultural and Tropical Products Division, FAS/Usda, June 1998.

Brasil: Produção de café verde, principais estados produtores – milhões de sacas de 60kg

Estado	1998/99	1997/98
Minas Gerais	18,85	10,70
Espírito Santo	5,35	4,00
São Paulo	4,20	3,00
Paraná	3,20	2,50
Outros	4,20	3,30
Brasil	35,80	23,50

Fonte: Usda.

Brasil: Segunda previsão governamental da safra de café, 1998/99 – mil sacas de 60kg

Regiões produtoras	Área cafeeira ha	Nº pés (mil)	1ª previsão Produção brasileira de café				2ª previsão Produção brasileira de café				Var.% 2ª s/ 1ª
			Arábica	Conillon	Total	Sc/ha	Arábica	Conillon	Total	Sc/ha	Total
Minas Gerais	771.170	1.664.800	17.250	40	17.290	22,42	19.570	60	19.630	25,45	13,5
Sul/Oeste	406.200	862.000	10.100	-	10.100	24,86	11.500		11.500	28,31	13,9
Triângulo/Alto Paranaíba	112.370	329.000	3.400	-	3.400	30,26	3.850		3.850	34,26	13,2
Zona da Mata	240.600	456.000	3.460	40	3.500	14,55	3.940	60	4.000	16,63	14,3
Jequitinhonha	12.000	27.800	290	-	290	24,17	280		280	23,33	-3,4
Espírito Santo	450.960	745.900	2.070	2.680	4.750	10,53	2.090	2.980	5.070	11,24	6,7
São Paulo	190.800	300.000	4.040	-	4.040	21,17	4.450		4.450	23,32	10,1
Paraná	127.840	235.950	1.720	-	1.720	13,45	2.130		2.130	16,66	23,8
Bahia	83.400	119.140	1.400	180	1.580	18,94	840	190	1.030	12,35	-34,8
Rondônia	120.000	120.000	50	1.250	1.300	10,83	20	1.180	1.200	10,00	-7,7
Outros	44.150	74.850	350	140	490	11,10	310	130	440	9,97	-10,2
Total	1.788.320	3.260.640	26.880	4.290	31.170	17,43	29.410	4.540	33.950	18,98	8,9

Fonte: Secretaria de Produtos de Base – MICT/Embrapa.

brasileiro corroborem as previsões do Usda. Afinal, permanece uma diferença de quase 2 milhões entre as duas estimativas. Ainda assim, a segunda estimativa do Denac é 2,78 milhões de sacas superior à primeira, divulgada em janeiro.

Ainda que divergentes, ambas as estimativas apontam para uma mesma perspectiva: a disponibilidade de café brasileiro em 1998/99 suplanta a quantidade normalmente absorvida pelo comércio externo e pelo consumo doméstico. Ainda que as exportações cresçam para 18,5 milhões de sacas, como prevê o Usda (14,35 milhões nos 12 meses findos em maio de 1998) e que se utilize a estimativa de produção do governo brasileiro, o estoque final de 1998/99 deve ser cerca de 3 milhões de sacas superior ao estoque inicial.

A situação não é tão preocupante, até porque o estoque inicial da safra corrente é baixo, conforme todas as estimativas disponíveis no mercado. Mas não há, a menos que ocorram geadas no Brasil, perspectiva de aperto de oferta. A taxa de juros no Brasil permanece extremamente alta e o financiamento de comercialização não estimula mais firmemente o carregamento de estoques. Ou seja, estamos diante de um quadro de preços, ainda remuneradores, mas claramente baixista.

Nesta situação, é extremamente importante que se criem condições para que o excedente de produção não venha a ser transferido ao exterior. A experiência recente do mercado de café indica que estoques em países consumidores têm efeito muito mais baixista do que teria a mesma quantidade armazenada nos países de origem.

É o momento de as principais lideranças da cafeicultura fortalecerem entidades como o CDPC e a APPC buscando, principalmente, meios de estimular o crescimento da demanda mundial.

Email: regis@fgv.br

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

MILHO

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

Choque de oferta e demanda

Os preços no disponível permaneceram em queda, com o indicador do milho FGV-BM&F batendo em US$7,30 sc/60kg.

Falta de liquidez, preços baixos e mercado disponível desabastecido – três fatores que sintetizam bem o mês de junho no mercado do milho. Esses fatores interagem com uma nova postura de comercialização e um novo perfil do mercado, nos quais os agentes que participam da cadeia agem com cautela e aguardam o momento certo para a tomada de decisões.

Os preços no disponível permaneceram em queda durante todo o mês, com o indicador do milho FGV-BM&F batendo em US$7,30 sc/60kg. Mas esse valor mínimo não deve ser considerado suporte para o milho disponível, segundo alguns compradores do produto que acreditam que, com a entrada da safrinha, o indicador FGV-BM&F deverá recuar ainda mais, chegando a US$7,00 sc/60kg.

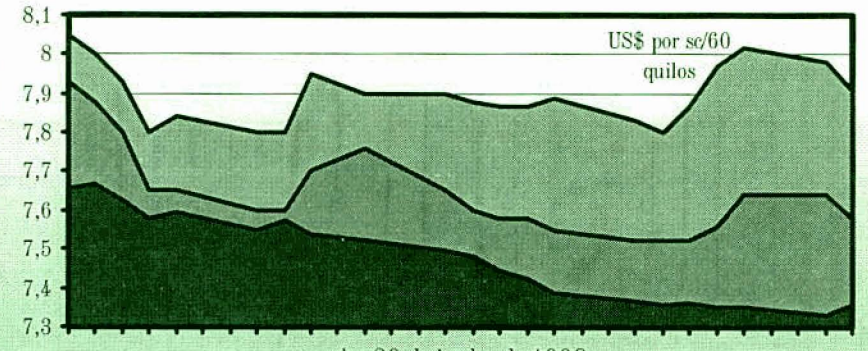
Do lado da oferta, no entanto, reduziu-se a quantidade ofertada e acredita-se em melhores preços a partir de agosto.

Esse choque de oferta e demanda no disponível refletiu também no mercado futuro do milho na BM&F. O contrato para entrega em julho acompanhou a trajetória de queda do indicador FGV-BM&F; no início do mês o contrato era cotado a US$7,93 enquanto o indicador era de US$7,66, ou seja, um diferencial de preço de US$0,27. Já quase na entrega do contrato o diferencial chegou a US$0,16, voltando a diminuir no vencimento do contrato. A falta de negócios efetivos no disponível enfraqueceu um pouco o mercado futuro de milho, reduzindo o número de contratos negociados em relação ao mês anterior.

O cenário para as próximas semanas dependerá exclusivamente do clima, que irá estabelecer o andamento da colheita da safrinha nas regiões produtoras. Mesmo que os preços caiam por causa da safrinha cheia, que aumentará a disponibilidade interna do produto, os preços a médio e longo prazos deverão se recuperar. Essa recuperação no fim do ano e os bons preços no início serão fatores de extrema importância para a decisão de se plantar mais milho ou mais soja na próxima safra.

E-mail: roger@fgv.br

Indicador do milho FGV-BM& F e os contratos futuros (julho e setembro)

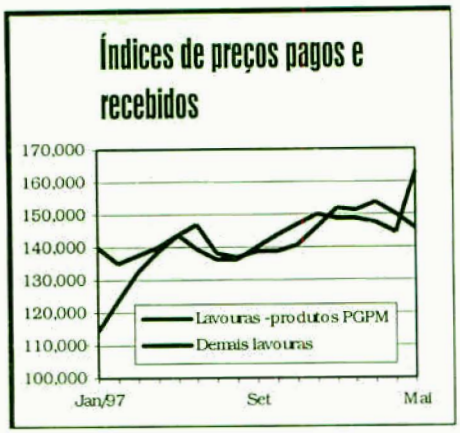


Índice de preços pagos e recebidos

pelos agricultores, valores nominais (base: ago. 1994 = 100)

Aumenta o índice do agregado

A elevação dos preços de algumas das lavouras enquadradas na política de preços mínimos como o arroz e o feijão provocaram a elevação do índice do agregado, enquanto que a retração dos preços do café provoca uma queda no índice das demais lavouras.



Produtos	*Lavouras*	*Lavouras Prods. PGPM*	*Demais lavouras*	*Prods. animais*	*Agro-pecuária IPR*	*Sementes*	*Fertilizantes*	*Agrotóxicos*	*Serviços*	*Combustíveis*	*Mão-de-obra*	*IPP*	*Relação de trocas*	*IGP-di*
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
1992	0,11	0,14	0,08	0,12	0,11	0,14	0,17	0,16	0,18	0,15	0,15	0,16	0,16	0,16
1993	2,60	3,21	1,90	2,83	2,67	2,91	3,06	3,18	3,38	3,26	3,01	3,11	3,11	3,11
1994	70,49	73,19	66,86	70,14	70,35	70,36	69,59	69,56	70,49	69,38	78,29	71,44	71,44	71,44
1995	106,13	106,89	104,21	102,88	105,06	107,53	111,21	105,20	118,39	101,83	193,85	125,84	125,84	125,84
1996	125,69	136,94	108,13	101,93	117,13	119,54	130,94	113,88	126,83	110,53	239,80	144,12	87,21	130,54
Jan. 97	130,327	140,020	114,176	103,065	120,442	129,050	138,159	118,209	128,737	121,987	252,438	152,415	85,51	136,814
Fev.	131,777	135,086	123,631	104,313	121,822	130,683	138,376	119,346	130,737	121,937	253,013	153,217	86,01	137,390
Mar.	136,668	137,347	132,195	106,269	125,569	129,952	137,932	119,933	130,715	121,937	254,498	153,319	89,14	138,990
Abr.	140,938	140,161	138,541	108,246	128,940	129,793	137,784	120,327	131,271	121,937	256,774	153,795	91,64	139,807
Maio	144,970	143,560	143,460	107,590	131,080	129,142	137,263	120,638	132,250	121,987	258,617	154,058	94,10	140,229
Jun.	143,798	139,410	146,948	107,585	130,380	128,780	136,485	120,983	132,101	121,987	260,862	154,235	93,23	141,207
Jul.	138,342	136,114	137,999	109,252	127,836	129,885	136,215	121,986	132,822	121,987	261,452	154,650	89,46	141,330
Ago.	137,947	136,114	136,991	107,908	127,051	130,189	136,427	122,595	132,289	121,987	261,939	154,821	89,10	141,268
Set.	141,021	139,841	138,954	107,874	128,883	131,573	136,073	123,289	132,986	121,987	262,462	155,230	90,847	142,101
Out.	143,467	143,862	138,891	106,705	129,854	131,553	135,769	123,757	132,948	121,987	262,118	155,126	92,484	142,587
Nov.	145,821	146,738	140,402	106,063	130,975	133,468	135,623	124,503	133,571	124,986	262,246	156,047	93,447	143,771
Dez.	150,141	150,002	146,178	106,631	133,749	134,455	136,122	125,721	134,753	124,986	265,186	157,169	95,528	144,765
Jan. 98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977	95,983	146,038
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819	95,983	146,067
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200	95,798	146,408
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964	93,184	146,211
Maio	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587	99,213	146,544

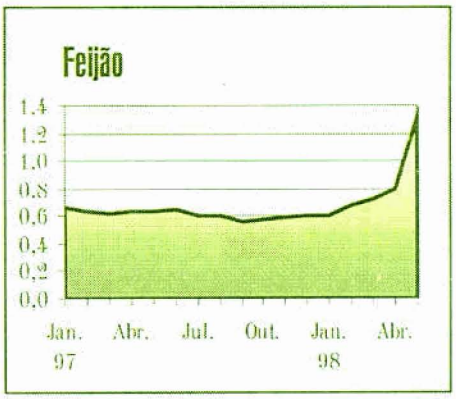
Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de maio 1998/unidade

Pouca produção e preços altos

A redução da área plantada e os efeitos do El Niño diminuíram drasticamente a produção e provocaram a explosão dos preços.



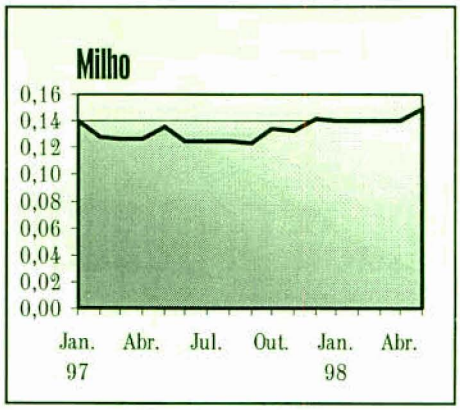
Anos/ produtos	*Algodão em caroço kg*	*Amendoim em casca kg*	*Arroz em casca kg*	*Banana dúzia*	*Batata-inglesa kg*	*Cacau 15 kg*	*Café em coco kg*	*Cana-de-açúcar t*	*Feijão kg*	*Fumo em folha kg*	*Laranja cento*	*Milho kg*
Média 90	0,582	0,505	0,303	0,398	0,460	19,521	0,776	16,966	0,900	1,999	4,162	0,203
Média 91	0,602	0,597	0,385	0,401	0,492	22,115	0,738	18,131	0,894	2,074	3,201	0,216
Média 92	0,531	0,415	0,283	0,295	0,318	21,904	0,636	18,821	0,695	2,877	3,149	0,193
Média 93	0,596	0,528	0,279	0,310	0,347	19,355	0,805	16,810	0,871	2,579	2,493	0,198
Média 94	0,603	0,475	0,271	0,396	0,544	20,340	1,434	17,339	1,048	2,214	3,368	0,170
Média 95	0,527	0,427	0,221	0,590	0,399	18,819	1,297	15,585	0,625	2,051	3,219	0,140
Média 96	0,546	0,437	0,230	0,464	0,308	17,710	1,066	16,977	0,684	2,282	2,054	0,163
Média 97	0,592	0,520	0,239	0,362	0,335	22,467	1,399	17,371	0,616	2,045	2,338	0,130
Jan. 97	0,568	0,439	0,246	0,386	0,193	19,388	1,050	17,449	0,664	2,046	2,367	0,139
Fev.	0,555	0,437	0,245	0,373	0,213	17,781	1,291	17,173	0,640	2,069	2,795	0,128
Mar.	0,580	0,464	0,232	0,380	0,285	19,389	1,413	17,312	0,622	2,045	2,805	0,127
Abr.	0,597	0,535	0,231	0,367	0,377	21,540	1,415	17,264	0,639	2,033	2,778	0,126
Maio	0,606	0,554	0,230	0,387	0,491	22,959	1,494	17,149	0,637	2,027	2,508	0,136
Jun.	0,602	0,540	0,228	0,384	0,467	23,537	1,577	17,653	0,643	2,003	2,211	0,125
Jul.	0,601	0,591	0,228	0,353	0,373	23,237	1,369	17,627	0,601	2,012	2,167	0,124
Ago.	0,602	0,591	0,228	0,353	0,373	23,226	1,369	17,625	0,602	2,012	2,168	0,124
Set.	0,619	0,598	0,237	0,351	0,268	24,297	1,464	17,418	0,567	1,990	2,042	0,124
Out.	0,606	0,565	0,247	0,349	0,308	25,005	1,449	16,999	0,576	2,066	1,963	0,134
Nov.	0,591	0,479	0,255	0,336	0,336	24,697	1,396	17,155	0,591	2,120	2,039	0,133
Dez	0,577	0,445	0,263	0,324	0,334	24,548	1,498	17,624	0,607	2,116	2,217	0,142
Jan. 98	0,582	0,431	0,261	0,321	0,421	23,812	1,585	17,260	0,602	2,047	2,469	0,140
Fev.	0,572	0,371	0,261	0,341	0,401	22,584	1,595	17,056	0,672	2,027	2,548	0,140
Mar.	0,541	0,360	0,260	0,350	0,440	22,531	1,521	17,476	0,721	2,052	2,933	0,140
Abr.	0,501	0,391	0,251	0,351	0,481	23,203	1,413	17,359	0,792	2,015	2,636	0,140
Maio	0,480	0,410	0,270	0,380	0,450	25,670	1,250	17,280	1,310	2,020	2,430	0,150

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de maio 1998/unidade

Milho se recupera

A redução da área plantada e as condições climáticas desfavoráveis permitiram uma recuperação dos preços do cereal.



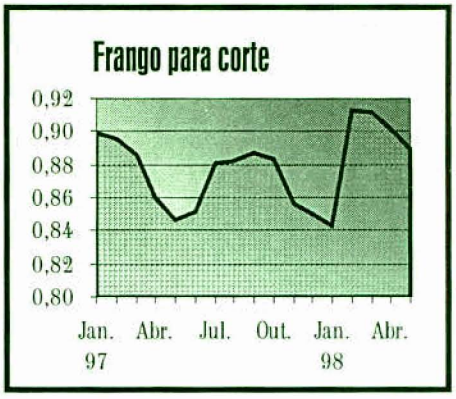
Anos/ produtos	*Mandioca raiz t*	*Soja kg*	*Tomate kg*	*Trigo em grão kg*	*Cebola kg*	*Mamona kg*	*Pimenta-do-reino kg*	*Sisal kg*	*Uva kg*	*Bezerro até um ano cabeça*
Média 90	60,316	0,242	0,546	0,195	0,788	0,288	1,399	0,208	0,377	192,487
Média 91	72,232	0,298	0,467	0,196	0,464	0,237	1,154	0,209	0,329	170,500
Média 92	81,648	0,310	0,436	0,232	0,492	0,257	0,949	0,192	0,279	155,390
Média 93	81,025	0,306	0,411	0,213	0,501	0,291	1,024	0,204	0,572	167,490
Média 94	58,198	0,268	0,522	0,178	0,395	0,293	1,655	0,246	0,369	193,110
Média 95	82,088	0,202	0,481	0,177	0,545	0,292	1,953	0,296	0,502	170,818
Média 96	85,946	0,258	0,399	0,218	0,250	0,288	1,707	0,282	0,208	130,972
Média 97	79,993	0,278	0,328	0,157	0,518	0,255	3,304	0,319	0,287	125,220
Jan. 97	83,871	0,278	0,278	0,139	0,289	0,278	2,110	0,289	0,375	123,129
Fev.	80,285	0,267	0,320	0,139	0,320	0,288	2,411	0,309	0,363	123,878
Mar.	88,186	0,274	0,306	0,148	0,401	0,274	2,436	0,327	0,337	126,585
Abr.	85,857	0,283	0,430	0,157	0,535	0,273	2,893	0,304	0,000	128,089
Maio	84,073	0,282	0,397	0,178	0,658	0,261	2,895	0,303	0,000	129,396
Jun.	77,793	0,270	0,353	0,176	0,758	0,249	2,989	0,322	0,592	126,196
Jul.	76,481	0,259	0,280	0,166	0,705	0,249	3,100	0,342	0,591	125,713
Ago.	76,453	0,259	0,280	0,166	0,705	0,249	3,102	0,342	0,591	125,654
Set.	77,108	0,289	0,299	0,155	0,547	0,237	3,754	0,309	0,000	124,164
Out.	78,058	0,288	0,288	0,154	0,483	0,236	4,563	0,329	0,000	124,563
Nov.	78,200	0,296	0,336	0,153	0,398	0,234	5,535	0,347	0,000	122,916
Dez.	73,553	0,294	0,364	0,152	0,415	0,233	3,867	0,304	0,597	122,355
Jan. 98	72,330	0,281	0,401	0,151	0,431	0,241	4,014	0,281	0,602	123,587
Fev.	74,593	0,261	0,391	0,150	0,441	0,231	3,832	0,281	0,652	122,168
Mar.	73,098	0,240	0,410	0,150	0,440	0,230	4,504	0,260	0,711	123,244
Abr.	68,947	0,221	0,441	0,150	0,401	0,231	4,109	0,261	0,722	126,127
Maio	70,000	0,220	0,490	0,150	0,350	0,230	4,240	0,270	1,160	127,380

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de maio 1998/unidade

Retração reverte preços

No início do ano a redução dos plantéis permitiu uma recuperação dos preços da ave mas a retração do mercado consumidor reverteu a situação



Anos/ produtos	*Boi gordo para corte 15 kg*	*Vaca leiteira de raça cabeça*	*Vaca leiteira comum cabeça*	*Suino para corte 15 kg*	*Frango/galinha p/ corte kg*	*Leite kg*	*Lã kg*	*Ovos kg*	*Mel de abelha kg*	*Boi magro cabeça*
Média 90	39,216	944,332	579,442	23,442	1,698	0,398	35,073	1,053	3,943	360,502
Média 91	36,145	761,466	476,105	22,427	1,450	0,373	20,708	0,920	4,620	311,649
Média 92	34,489	651,702	406,415	19,429	1,273	0,351	32,794	0,896	2,980	290,194
Média 93	36,553	695,573	432,692	21,712	1,284	0,363	27,247	1,002	3,097	304,241
Média 94	35,481	870,399	529,006	19,976	1,223	0,326	32,316	0,938	3,597	340,274
Média 95	28,858	958,813	537,138	18,103	0,996	0,339	40,031	0,761	6,105	300,322
Média 96	24,575	780,971	421,285	14,682	0,932	0,300	29,867	0,838	6,015	244,102
Média 97	24,859	723,018	386,775	16,716	0,873	0,262	32,160	0,812	5,119	235,412
Jan. 97	24,251	731,595	391,580	16,121	0,900	0,268	31,278	0,761	5,184	233,757
Fev.	24,340	728,411	391,634	16,554	0,896	0,267	30,538	0,811	5,216	235,842
Mar.	24,250	715,703	384,015	17,587	0,886	0,264	30,471	0,865	5,219	233,581
Abr.	24,580	732,337	389,790	17,997	0,860	0,273	29,915	0,860	5,157	235,716
Maio	24,464	724,469	386,276	17,577	0,846	0,272	30,055	0,846	5,142	237,170
Jun.	24,347	725,513	390,242	16,812	0,851	0,270	31,103	0,861	5,199	236,015
Jul.	25,248	727,484	390,763	16,487	0,881	0,270	31,304	0,861	5,029	235,292
Ago.	25,239	727,170	390,592	16,483	0,882	0,270	31,286	0,861	5,031	235,187
Set.	25,379	713,038	383,652	16,181	0,887	0,258	31,773	0,804	5,012	236,346
Out.	25,272	711,944	376,856	16,362	0,884	0,247	34,214	0,791	4,985	237,318
Nov.	25,441	724,489	385,117	16,258	0,856	0,245	37,561	0,703	5,045	235,700
Dez.	25,500	714,058	380,783	16,176	0,850	0,243	36,422	0,719	5,203	233,019
Jan. 98	25,458	708,838	383,344	15,835	0,843	0,241	34,509	0,692	5,248	229,703
Fev.	25,312	687,558	368,590	15,771	0,913	0,231	28,984	0,722	5,307	229,457
Mar.	25,324	677,539	360,485	15,604	0,911	0,240	27,616	0,741	5,155	234,788
Abr.	25,408	675,936	360,800	15,575	0,902	0,241	29,196	0,792	5,342	237,840
Maio	25,240	671,520	355,190	15,520	0,890	0,250	27,660	0,840	5,330	234,210

IRENE RAGUENET TROCCOLI

OFERTA & DEMANDA

SUCO DE MAÇÃ

Alemanha mantém a liderança

Cresce o consumo interno na maioria dos países produtores. A exceção fica por conta dos Estados Unidos.

Alemanha

Maior importador e exportador mundial do suco concentrado de maçã, a Alemanha vende o produto principalmente para os EUA, comércio que foi especialmente estimulado na temporada 1996/97 devido ao câmbio favorável entre os dois países.

Item	*1995/96*	*1996/97*	*1997/98(p)*
Estoque inicial	181.286	186.723	205.629
Produção	69.901	67.199	67.000
Importações	210.000	206.520	210.000
Exportações	120.000	94.713	110.000
Consumo interno	154.464	160.100	170.000
Estoque final	186.723	205.629	202.629

Fonte: Usda, maio 1998.

(p) Previsão.

Estados Unidos

As importações norte-americanas em 1997/98 deverão decrescer em 12% em relação às da temporada anterior, devido ao aumento da produção interna e ao menor consumo doméstico.

Item	*1995/96*	*1996/97*	*1997/98(p)*
Estoque inicial	0	0	0
Produção	156.150	134.409	150.000
Importações	161.599	214.293	185.000
Exportações	11.413	10.283	8.000
Consumo interno	306.336	338.419	327.000
Estoque final	0	0	0

Fonte: Usda, maio 1998.

(p) Previsão.

Polônia

Exportando anualmente cerca de 85% de sua produção, a Polônia supre quase 25% das necessidades da bebida a processadores e engarrafadores alemães, que a retransformam e reexportam aos Estados Unidos.

Item	*1995/96*	*1996/97*	*1997/98(p)*
Estoque inicial	0	0	0
Produção	88.000	115.000	115.000
Importações	90	0	0
Exportações	85.165	103.787	103.000
Consumo interno	2.925	11.213	12.000
Estoque final	0	0	0

Fonte: Usda, maio 1998.

(p) Previsão.

Argentina

Espera-se menor processamento de maçãs na Argentina em 1997/98 devido aos maiores estoques do suco concentrado, menores preços internacionais da bebida e maior demanda interna da fruta fresca.

Item	*1995/96*	*1996/97*	*1997/98(p)*
Estoque inicial	385	0	9.800
Produção	64.400	75.200	72.000
Importações	1.887	500	300
Exportações	63.958	63.000	75.000
Consumo interno	2.714	2.900	3.000
Estoque final	0	9.800	4.100

Fonte: Usda, maio 1998.

(p) Previsão.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Medidas para a próxima safra

Uma longa série de resoluções do Banco Central do Brasil, dentre as quais as de números 2.506 a 2.513, constituem parte fundamental do pacote anunciado pelo governo em 17 de junho e destinado a promover a recuperação da produção das lavouras duramente atingidas pelo El Niño.

Embora importantes, as medidas transcritas a seguir não chegaram a entusiasmar os agricultores. O segmento comercial da atividade sentiu falta de medidas de proteção comercial para fazer frente às importações. Os pequenos agricultores consideram que, ao incentivar instrumentos de mercado para os financiamentos, as medidas favorecem a concentração do crédito e lhes impedem o acesso aos recursos creditícios. Os agricultores continuam insatisfeitos com os níveis das taxas de juros e decepcionados pela perspectiva de que os preços mínimos não sejam reajustados.

Destacam-se nessas medidas a criação de uma linha de crédito de investimento para agricultores do Pronaf e uma linha de crédito rotativo no âmbito do Proger Rural. Setorialmente, merecem atenção as condições especiais para o custeio de feijão, para a nova fase do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e para a pré-comercialização e custeio do café.

Resolução n.º 2.500, *de 28 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil – Altera a regulamentação acerca da captação de recursos no mercado externo para concessão de empréstimos ou financiamentos a atividades rurais e agroindustriais, de que trata a Resolução nº 2.483, de 26.3.98.*

Art. 1º Inserir inciso IV e parágrafos no art. 1º da Resolução n.º 2.483, de 26.3.98, com a seguinte redação:

"Art. 1º Facultar às instituições financeiras a captação de recursos no mercado externo, destinados a empréstimos ou financiamentos:

.....

IV - aos beneficiários previstos nos incisos anteriores, para:

a) recolhimento de margem de garantia e de ajustes diários em operações de proteção de preços de produtos agropecuários realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros;

b) aquisição de opções referenciadas em commodities agropecuárias realizadas em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros.

"§ 1º O montante dos créditos referidos no inciso IV deve restringir-se à capacidade de produção ou de processamento do tomador.

"§ 2º Os créditos referidos neste artigo não estão sujeitos às normas do Manual de Crédito Rural (MCR) e do Manual de Crédito Agroindustrial (MCA)."

Art. 2º Alterar o inciso I do art. 3º da Resolução n.º 2.483/98, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os recursos captados no exterior devem ser aplicados:

I - por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, admitido prazo menor apenas com o objetivo de:

a) possibilitar a compatibilização dos vencimentos internos e externos;

b) viabilizar os financiamentos de margens de garantia, ajustes diários e prêmios em operações nos mercados de futuros e de opções, realizados em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros;

....."

Art. 3º Os recursos liberados ao amparo dos financiamentos de que trata a alínea "a" do inciso IV da Resolução n.º 2.483/98, com a redação dada por esta Resolução, enquanto não utilizados, devem ser aplicados em fundo de investimento financeiro constituído exclusivamente para essa finalidade:

I - cujas aplicações estejam representadas por:

a) 80% (oitenta por cento), no mínimo, em Notas do Tesouro Nacional, séries "D" (NTN-D) e "I" (NTN-I) e em Notas do Banco Central do Brasil – Série Especial (NBC-E);

b) o restante, em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa disponíveis no âmbito do mercado financeiro, exceto Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDE) e quotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);

II - dispensado, para fins de resgate, da observância do intervalo mínimo de 30 (trinta) dias contados da data da emissão de quotas para a atualização do valor correspondente.

Art. 4º O Banco Central do Brasil poderá adotar as medidas e baixar as normas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, inclusive quanto à fixação de percentual em relação ao montante de que trata o Art. 1º, §1º.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2.501, *de 28 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil – Estabelece encargos financeiros para operações de crédito rural contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.*

Art. 1º Os financiamentos de crédito rural formalizados a partir de 15.01.89, com recursos das Operações Oficiais de Crédito, ficam sujeitos, no primeiro e segundo semestres de 1998, às mesmas condições estabelecidas pela Resolução n.º 2.397, de 25.06.97, para o primeiro semestre de 1997.

Art. 2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas e baixar as normas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2.502, *de 28 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil – Estabelece encargos financeiros para operações de crédito agroindustrial contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.*

Art. 1º Os financiamentos de crédito agroindustrial formalizados a partir de 15.1.89, com recursos das Operações Oficiais de Crédito, ficam sujeitos, no primeiro e segundo semestres de 1998, às mesmas condições estabelecidas pela Resolução n.º 2.398, de 25.6.97, para o primeiro semestre de 1997.

Art. 2º Fica o Banco Central do Brasil au-

torizado a adotar as medidas e baixar as normas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2.503, *de 28 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil – Estabelece condições especiais para operações destinadas ao financiamento de despesas de custeio de feijão, ao amparo de recursos controlados do crédito rural.*

Art. 1º Estabelece que as operações destinadas ao financiamento de despesas de custeio de feijão, nas regiões Norte, Nordeste, Centro -Oeste e no Estado de Minas Gerais, ao amparo de recursos controlados do crédito rural, ficam sujeitas às seguintes condições especiais:

I - limite de crédito de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por produtor, no caso de lavouras irrigadas, independentemente de outros créditos anteriormente obtidos pelo beneficiário;

II - enquadramento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), independentemente das condições previstas no Zoneamento Agrícola, desde que observadas as recomendações da assistência técnica e demais normas em vigor, inclusive quanto ao adicional:

a) lavoura irrigada: 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento);

b) lavoura de sequeiro: 6,7% (seis inteiros e sete décimos por cento).

§ único. O disposto neste artigo está restrito a operações cujos plantios sejam realizados até 31.7.98.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2.504, *de 28 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil – Dispõe sobre concessão de prazo adicional para operações de EGF/COV.*

Art. 1º Autoriza a concessão de prazo adicional, até 30.10.98, para as operações de Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda (EGF/COV) abaixo caracterizadas, independentemente da formalização de aditivo ao instrumento de crédito:

I - vencidas originalmente até 31.12.94;

II - relativas à safra 1994/1995.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução n.º 2.448, de 27.11.97.

Resolução n.º 2.506, *de 17 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Dispõe sobre financiamentos ao amparo de recursos controlados do crédito rural e acerca da exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6 -2).*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei n.º 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17.06.98, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, e 4º e 14 da Lei n.º 4.829, de 5.11.65, resolveu:

Art. 1º As operações contratadas a partir de 01.07.98, ao amparo de recursos controlados do crédito rural, ficam sujeitas à taxa efetiva de juros de 8,75% a.a. (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano), ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Art. 2º As operações contratadas a partir de 1.7.98, sob a égide do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Assistência Financeira, ficam sujeitas aos seguintes encargos financeiros:

I - créditos de investimento: correspondentes a 50% (cinqüenta por cento) do resultado obtido com o somatório da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

II - créditos de custeio: taxa efetiva de juros de 5,75% a.a. (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano).

Art. 3º As operações destinadas ao financiamento de despesas de custeio de algodão, arroz, milho, soja e sorgo, ao amparo de recursos controlados do crédito rural, devem ser pactuadas com previsão de reembolso em parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira 60 (sessenta) dias após a data prevista para a colheita e a última:

I - em outubro, no caso de lavouras colhidas no primeiro semestre;

II - em janeiro do ano subseqüente, no caso de lavouras colhidas no segundo semestre.

Art. 4º As operações ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6 -2) destinadas ao financiamento de despesas de custeio da avicultura de corte e da suinocultura exploradas sob regime de parceria:

I - ficam limitadas ao valor do orçamento, plano ou projeto ou ao resultado da multiplicação do número de parceiros criadores participantes do empreendimento assistido pelos valores abaixo, conforme o caso, o que for menor:

R$10.000,00 (dez mil reais), no caso da avicultura;

R$15.000,00 (quinze mil reais), no caso da suinocultura;

II - são computáveis para cumprimento da exigibilidade de que trata o art. 1º da Resolução n.º 2.200, de 21.09.95.

§ único. O saldo das aplicações de cada instituição financeira em operações da espécie não pode exceder a 10 (dez por cento) dos respectivos Recursos Obrigatórios (MCR 6 -2).

Art. 5º Os créditos de investimento ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6 -2), formalizados a partir da data de publicação desta Resolução, ficam sujeitos a encargos financeiros reajustáveis, aplicando -se -lhes, enquanto em curso normal, aqueles que forem estabelecidos para as operações lastreadas em recursos controlados do crédito rural.

§ único. Excetuam-se do disposto neste artigo as operações da espécie contratadas sob a égide do Pronaf, que se sujeitam a regulamentação específica.

Art. 6º Alterar o art. 3º da Resolução n.º 2.200/95, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º Até 5% (cinco por cento) dos Recursos Obrigatórios (MCR 6 -2) podem ser aplicados em operações de desconto (MCR 3 -4 -2 -b) e em créditos de custeio agrícola independentemente de limites por tomador/produto."

Art. 7º O Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural (DIR) com prazo mínimo de 60 (sessenta dias) pode ser considerado para efeito de cumprimento da exigibilidade de aplicações em crédito rural (MCR 6 -2 -10 -c).

Art. 8º Os créditos destinados a adiantamentos a produtores e suas cooperativas, a título de pré -custeio, de que trata o art. 1º., inciso III, da Resolução n.º 2.295, de 28.6.96, com a redação dada pelo art. 1º da Resolução n.º 2.305, de 8.8.96, independem da identificação prévia da cultura a que se destinam, exceto quando, no caso de produtores, de valor superior a R$40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 9º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a promover os ajustes que se fizerem necessários à implementação do disposto nesta Resolução, os quais serão divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados a Resolução n.º 2.251, de 28.2.96, e o art. 4º da Resolução n.º 2.402, de 25.6.97.

Resolução n.º 2.507, *de 17 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Institui a Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Agregar), ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei n.º 4.595, de 31.12.64, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17.6.98, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, e 4º e 14 da Lei n.º 4.829, de 5.11.65, resolveu:

Art. 1º Instituir a Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural Agregar, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Assistência Financeira (Pronaf MCR 8 - 10), com as seguintes características:

I - finalidades: investimentos, inclusive em infra -estrutura, que visem:

a) o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais desenvolvidos por famílias rurais, de forma isolada ou grupal;

b) a exploração de turismo e lazer rural;

II - limites de crédito: independentemente dos limites definidos para outros investimentos ao amparo do Programa:

a) individual: R$15.000,00 (quinze mil reais) por beneficiário;

b) coletivo: R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), observado o limite individual por beneficiário;

III - observados os limites de crédito estabelecidos no inciso anterior, o valor destinado às inversões pode ser acrescido de até 20% (vinte por cento) para atender às necessidades de custeio vinculado ao investimento, previstas para o período compreendido entre a implantação do projeto e até 3 (três) meses após o início da produção comercial;

IV - o financiamento para aquisição de veículo utilitário fica limitado a 50% (cinqüenta por cento) de seu valor;

V - assistência técnica: de acordo com as normas gerais do Pronaf, devendo contemplar aspectos gerencial, tecnológico, contábil e de planejamento, durante a vigência do financiamento;

VI - fonte de recursos: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Art. 2º Aplicam-se às operações de que trata esta Resolução as normas gerais do Pronaf Assistência Financeira e do crédito rural que não conflitarem com as disposições especiais ora estabelecidas.

Art. 3º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares necessárias à implementação do disposto nesta Resolução, que serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2.508, *de 17 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Dispõe sobre condições e procedimentos especiais a serem observados em financiamentos rurais de custeio rotativo, ao amparo do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural, Proger Rural, e respectivo enquadramento no Proagro.*

Art. 1º Admitir a concessão de financiamentos rurais de custeio sob a modalidade de crédito rotativo, ao amparo do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural, Proger Rural, operacionalizado pelo Banco do Brasil S.A., observadas as seguintes condições:

I - finalidades: custeio agrícola e pecuário, em função de orçamento simplificado abrangendo as atividades desenvolvidas pelo produtor, admitida a inclusão de verbas para atendimento de pequenas despesas conceituadas como de investimento e manutenção do beneficiário e sua família, na forma do MCR 3 -2 -5;

II - limite de crédito: até R$15.000,00 (quinze mil reais) por beneficiário;

III - encargos financeiros: os aplicáveis aos financiamentos ao amparo de recursos controlados do crédito rural, incidentes sobre o saldo devedor diário da conta vinculada à operação e sujeitos a alterações periódicas segundo decisões do Conselho Monetário Nacional (CMN);

IV - prazo: máximo de 2 (dois) anos, em harmonia com os ciclos das atividades assistidas, podendo ser renovado;

V - desembolso ou utilização: livre movimentação do crédito pelo beneficiário, admitindo -se utilização em parcela única e reutilizações;

VI - amortizações na vigência da operação: parciais ou total, a critério do beneficiário, mediante depósito.

§ único. O crédito rotativo será considerado genericamente como de custeio agrícola ou pecuário, segundo a predominância da destinação dos recursos prevista no orçamento.

Art. 2º Nos créditos de que trata o artigo anterior:

I - a exigência de cadastro do cliente e a realização de fiscalização das operações, seja no âmbito do crédito rural ou do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ficam a critério da instituição financeira;

II - o enquadramento no Proagro pode ser efetuado independentemente da existência de orçamento, plano ou projeto;

III - fica dispensada a apresentação de comprovantes de aquisição de insumos;

IV - fica dispensada a comprovação individual de perdas, exceto para o evento tromba-dágua:

a) em operação com valor de até R$1.000,00 (mil reais);

b) em operação com valor superior a R$1.000,00 (mil reais), limitado ao valor máximo de R$5.000,00 (cinco mil reais), quando verificada a ocorrência de adversidade climática na maioria dos empreendimentos enquadrados na respectiva agência operadora.

Parágrafo 1º Nos casos previstos no inciso IV deste artigo, a aplicação dos recursos e as perdas indenizáveis devem ser comprovadas com base em informações disponíveis ao assessoramento técnico em nível de carteira ou em dados fornecidos pela assistência técnica, no caso de operações atreladas à prestação de tais serviços, admitindo -se que o valor da cobertura possa corresponder ao índice médio de perdas informado pela assistência técnica.

§ 2º Em qualquer hipótese, as perdas decorrentes de tromba-dágua não devem ser consideradas na apuração de índice médio de perdas na região, para fins de cobertura do Proagro.

Art. 3º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares necessárias à implementação do disposto nesta Resolução, que serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2509, *de 17 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Dispõe sobre a concessão de Empréstimo do Governo Federal (EGF).*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei n.º 4.595, de 31.12.64, torna públi-

co que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17.6.98, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, e 4º e 14 da Lei n.º 4.829, de 5.11.65, resolveu:

Art. 1º Os Empréstimos do Governo Federal (EGF) relativos à safra 1998/99 e subseqüentes ficam sujeitos às normas e condições consolidadas no Capitulo 4º, Seção 1, do Manual de crédito Rural (MCR), conforme folhas anexas, destinadas a sua atualização.

Art. 2º Os créditos de que trata o artigo anterior, relativos a produtos da safra de verão 1998/99, ficam sujeitos aos seguintes prazos/vencimentos, segundo o produto e respectiva área de abrangência (ver tabela abaixo).

§ único. Podem ser estabelecidas amortizações intermediárias, a critério da instituição financeira.

Art. 3º Ficam as Secretarias de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, autorizadas a adotar as medidas adicionais indispensáveis à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2510, *de 17 de junho de 1998 – Dispõe sobre financiamento destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural(CPR), ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6 - 2).*

Art. 1º Autoriza, a interesse da Política de Garantia de Preços Mínimos, a concessão de financiamento, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6 -2), destinado à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR) representativas da venda antecipada de algodão, arroz e milho da safra de verão 1998/1999 (crédito de comercialização MCR 3 -4), observadas as seguintes condições:

I - beneficiários: empresas que utilizam os produtos como matéria -prima para beneficiamento ou industrialização;

II - garantias: obrigatoriamente, as CPR objeto de financiamento e subsidiariamente outras, a critério da instituição financeira;

III - prazos:

a) contratação: até 31.1.99, exceto quando destinado à aquisição de CPR de algodão produzido na região Centro -Oeste, cujo financiamento pode ser formalizado até 30.4.99;

b) vencimento: até 30 (trinta) dias após a data de entrega do produto, prevista na CPR.

§ 1º O financiamento fica restrito à aquisição de CPR com as seguintes características:

I - cujo emitente não tenha vínculo societário com o adquirente, exceto no caso de operações em que figurem apenas produtores rurais, suas associações, cooperativas singulares e centrais;

II - representativa de produto não vinculado a garantia de financiamento destinado a custeio de safra;

III - contemplando preço do produto por ela representado igual ou superior ao respectivo preço mínimo;

IV - com promessa de entrega do produto até 31.5.99, exceto quando referente a algodão produzido na região Centro -Oeste, cuja promessa de entrega pode se estender até 31.8.99;

V - sem cláusula estipulando as possibilidades de recompra pelo emissor ou de liquidação financeira;

VI - registrada na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Cetip.

§ 2º O saldo das aplicações de cada instituição financeira em financiamentos da espécie não pode exceder a 5% (cinco por cento) dos respectivos Recursos Obrigatórios (MCR 6 -2).

Art. 2º É devida, se de interesse do beneficiário, a concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) para liquidação de financiamento destinado à aquisição de CPR, de que trata o artigo anterior, observadas as seguintes condições e, no que couber, as normas da Política de Garantia de Preços Mínimos vigentes à época da contratação:

I - limite de crédito: o montante do saldo devedor do financiamento destinado à aquisição de CPR;

II - prazo de vencimento: até 31.12.99;

III - amortizações intermediárias: no mínimo, 30% (trinta por cento) até 31.10.99 e 30% (trinta por cento) até 30.11.99.

Art. 3º É admitida, durante a vigência da operação de EGF/SOV, a substituição da garantia constituída de produto por títulos representativos da venda de mercadoria elaborada ou industrializada a partir do mesmo.

Art. 4º Fica autorizada a utilização de um único instrumento de crédito para a formalização do financiamento destinado à aquisição de CPR e do EGF/SOV para liquidação daquela operação.

Art. 5º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a proceder, em conjunto, aos ajustes de natureza operacional que se fizerem necessários, os quais serão divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2.511, *17 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Dispõe acerca da liberação de encaixe obrigatório sobre recursos captados em caderneta de poupança rural para aplicação em financiamentos rurais.*

Art. 1º Admite que até 60% (sessenta por cento) do encaixe obrigatório mantido no Ban-

Produtos	*Áreas de abrangência*	*Prazo do EGF (dias)*	*Vencimento máximo do EGF*
Algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Bahia-Sul	180	31 jan. 2000
Arroz	Todo o território nacional	180	31 jan. 2000
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Bahia-Sul e Rondônia	90	31 out. 1999
Mandioca	Sul, Sudeste, Centro-Oeste	180	31 jan. 2000
Milho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Bahia-Sul, Tocantins, Sul do	180	31 jan. 2000
	Maranhão, Sul do Piauí, Acre, Mato Grosso e Rondônia		
Soja em grãos	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste, Pará, Tocantins,	180	31 jan. 2000
	Acre, Rondônia e Amazonas		
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Bahia-Sul	180	31 jan. 2000

co Central do Brasil, previsto no art. 1º, inciso I, da Resolução n.º 1.898, de 29.1.92, seja atendido com base em saldo de aplicações em crédito rural formalizadas:

I - ao amparo das Resoluções nºs 2.323, de 29.10.96, e 2.415, de 11.08.97, e da Circular n.º 2.515, de 8.12.94;

II - a partir da data de publicação desta Resolução, destinadas a custeio agrícola da safra 1998/99 e 1999/99, sob as condições gerais aplicáveis às operações da espécie com recursos controlados, em especial a taxa efetiva de juros de 8,75% a.a. (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano).

§ único. O saldo das aplicações deve ser informado na transação "PPED500", do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), no último dia do período de cálculo.

Art. 2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e efetuar os ajustes necessários à implementação do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as Resoluções nºs 2.415, de 11.8.97, e 2.439, de 31.10.97.

Resolução n.º 2.512, *de 17 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Dispõe sobre prazo de renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o art. 5º, § 6º, da Lei n.º 9.138, de 29.11.95, a Resolução n.º 2.238, de 31.1.96, e a Resolução n.º 2.471, de 26.2.98.*

Art. 1º A renegociação de dívidas de que trata a Resolução n.º 2.471, de 26.2.98, pode ser formalizada até 3.11.98.

§ único. A faculdade prevista neste artigo aplica-se exclusivamente às renegociações iniciadas até 31.7.98.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução n.º 2.513, *de 17 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Estabelece condições para financiamento da nova fase do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, a partir de 1998, destinado à recomposição da lavoura com vistas ao combate à doença* vassoura-de-bruxa.

Art. 1º Estabelece as seguintes condições destinadas à implementação da nova fase do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana de que trata a Resolução n.º 2.165, de 19.06.95, mantidas inalteradas as demais condições:

I - beneficiários: produtores de cacau das regiões baianas atingidas pela doença denominada *vassoura-de-bruxa* com ou sem financiamentos anteriormente concedidos ao amparo do Programa;

II - volume de recursos: montante de R$367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões de reais), sendo que:

a) na primeira fase (1998/2000), utilizar-se-á o saldo de cerca de R$215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais) dos recursos comprometidos com o Programa;

b) na segunda fase, avaliar-se-á a conveniência de aporte adicional de recursos, ponderados os resultados obtidos;

III - fontes e destinação dos recursos: em relação ao montante do inciso anterior, deve-se observar as seguintes participações percentuais das fontes e correspondentes destinações:

a) 25% (vinte e cinco por cento) do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados a miniprodutores;

b) 15% (quinze por cento) do Tesouro Nacional, destinados a pequenos produtores;

c) 60% (sessenta por cento) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados a médios e grandes produtores;

IV - encargos financeiros:

a) miniprodutor: os usuais do FNE;

b) pequeno produtor: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano);

c) médio e grande produtores: TJLP acrescida de taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

V - itens financiáveis: enxertia dos cacaueiros com variedades tolerantes e a recomposição do *stand*, com essas variedades, para uma população de 1.100 (um mil e cem) plantas de cacau por hectare, admitindo-se, ainda, no primeiro ano da atual fase do Programa, financiamento para o sistema anterior de controle da *vassoura-de-bruxa*, para o nível I de infestação, e para práticas de pré-enxertia para os níveis 2 e 3, com base em projeto específico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e dentro do limite de 50% (cinqüenta por cento) da área com lavoura de cacau;

VI - contratação: em qualquer época, em função das disponibilidades de recursos e da indicação técnica de cada projeto, sendo que tais contratações devem ocorrer a cada 2 (dois) anos, com liberações anuais para os investimentos e respectivas manutenções;

VII - cronograma de reembolso: a) carência de 2 (dois) anos a partir da liberação; b) forma de amortização: 16 (dezesseis) parcelas, vencíveis nos meses de julho e janeiro, contados após o período de carência, sendo que nos meses de janeiro os pagamentos são de 70% (setenta por cento) do total da parcela anual e nos meses de julho 30% (trinta por cento) do mesmo valor;

VIII - garantia: de livre convenção entre financiado e financiador, recomendando-se a adoção, inclusive nas operações com risco dos Tesouros Nacional e Estadual, do princípio da garantia evolutiva, consistente na agregação de valor ao imóvel a partir da incorporação de benfeitorias permanentes ao mesmo;

IX - risco operacional:

- do agente financeiro, nas operações integralmente enquadradas nas respectivas instruções normativas;
- do Tesouro do Estado da Bahia, nas operações que, apesar de não perfeitamente ajustadas às normas dos agentes financeiros, sejam estratégicas para o controle da enfermidade, respeitado o limite de até 12% (doze por cento) do montante dos recursos do Programa previsto para a primeira fase (1998 a 2000);
- do Tesouro Nacional, nas operações formalizadas pelo Banco do Brasil S.A., as quais, apesar de não perfeitamente ajustadas às normas daquele agente financeiro, sejam estratégicas para o controle da enfermidade, respeitado o limite de, no máximo, 68% (sessenta e oito por cento) do montante a ser aplicado por aquele Banco.

§ único. No caso de beneficiários de financiamentos anteriores sob a égide do Programa que aderirem às novas práticas recomendadas, os saldos devedores de suas operações poderão ser incorporados aos financiamentos formalizados nos termos desta Resolução e reescalonados de acordo com as condições de carência e cronograma de reembolso estabelecidos neste artigo.

Art. 2º Somente será admitida a assunção de riscos pelos Tesouros Nacional e Estadual nos casos em que:

I - fique comprovada a capacidade de pagamento do mutuário, considerados a manutenção familiar e o endividamento total do proponente, de acordo com critérios previamente aprovados pelo Grupo de Supervisão Geral;

II - o financiamento tiver respaldo em garantias hipotecárias suficientes e executáveis.

Art. 3º A contratação de operações com risco dos Tesouros Nacional e Estadual depende de seu enquadramento nas condições estabelecidas pelo Grupo de Supervisão Geral (GS) e Comitê Executivo, objetos da Portaria Interministerial n.º 582, de 27.9.96, atualizada pela de n.º 384, de 22.9.97.

Art. 4º Ficam as instituições financeiras autorizadas a considerar em curso normal, até 31.10.98, as operações anteriormente formalizadas ao amparo do Programa.

Art. 5º Deverá ser dispensada prioridade ao atendimento dos mutuários de operações formalizadas nas fases anteriores do Programa.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Resolução n.º 2.497, de 8.5.98.

Resolução n.º 2.514, *25 de junho de 1998, do Banco Central do Brasil – Institui linhas de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinadas a financiar a pré-comercialização da safra de café 1998/1999 e o custeio das lavouras cafeeiras, período agrícola 1998/99.*

Art. 1º Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de pré-comercialização da safra 1998/99, sob as seguintes condições especiais:

I - beneficiários: a) cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por suas cooperativas; b) indústrias de torrefação e moagem e de café solúvel; c) empresas e cooperativas exportadoras de café; d) mutuários dos financiamentos de colheita do período agrícola 1997/98, contratados com base na Resolução n.º 2.476, de 26.3.98, após recebimento da segunda parcela desses empréstimos, mediante conversão total ou parcial do saldo dessas operações em financiamentos de pré-comercialização de café regidos por esta Resolução;

II - encargos financeiros: a) produtores e suas cooperativas: taxa efetiva de juros de 9,5% a.a. (nove inteiros e cinco décimos por cento ao ano); b) demais segmentos: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano);

III - limite de crédito: 70% (setenta por cento) do preço do produto ofertado em garantia, fixado de acordo com a média das cotações ocorridas para o produto no mês anterior ao da data da contratação ou conversão;

IV - liberação de recursos: em parcela única, no ato da contratação;

V - prazos: a) para contratação ou conversão: até 31.10.98; b) para reembolso do financiamento: 180 (cento e oitenta) dias contados da data da contratação ou conversão, prorrogáveis por até 180 (cento e oitenta) dias, a critério do Conselho Deliberativo da Política do Café CDPC, sendo admitida a liquidação ou amortização antecipada da operação;

VI - garantias: penhor cedular ou mercantil do produto, com as características a seguir especificadas, e, a critério do agente financeiro, outras garantias usualmente utilizadas no crédito rural: a) Arábica, tipo 6 para melhor, bica corrida, bebida dura; b) Arábica, tipo 7 para melhor, bica corrida, bebida livre de Rio -Zona; c) Arábica, tipo 7 para melhor, bica corrida, bebida Rio -Zona; d) Arábica, COB 8, sem descrição de bebida; e) Conillon, tipo 7/8 para melhor;

VII - acondicionamento do produto: em sacaria de juta, com 60,5kg brutos, em condições técnicas de armazenamento;

VIII - local de depósito do produto dado em garantia: armazéns próprios ou de terceiros, aceitos pelo agente financeiro;

IX - montante de recursos: a) saldo do montante de recursos a que se refere o art. 1º, inciso VIII, da Resolução n.º 2.476, de 26.3.98; b) até R$250.000.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões de reais), cuja liberação fica condicionada à demanda e às disponibilidades orçamentário-financeiras do Funcafé à época da contratação dos financiamentos.

§ único. No caso de créditos a indústrias processadoras: I - serão exigidas pela instituição financeira, para concessão do financiamento e para verificação da integridade da garantia apenhada, a apresentação das notas fiscais de compra dos cafés a serem objeto do financiamento e declaração mensal dos estoques de cafés verdes detidos pela indústria; II - não serão admitidos, como garantia, cafés adquiridos nos leilões de venda dos estoques governamentais; III - os cafés dados em garantia poderão ficar depositados em armazém da própria indústria.

Art. 2º Instituir linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de custeio de lavouras de café do período agrícola 1998/99, sob as seguintes condições especiais: I - beneficiários: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por suas cooperativas; II - encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 9,5% a.a. (nove inteiros e cinco décimos por cento ao ano); III - itens financiáveis: todos aqueles inerentes aos tratos culturais das lavouras, tais como insumos (fertilizantes, corretivos e defensivos), mão-de-obra e operações com máquinas, observado o orçamento apresentado pelo produtor, excetuadas as despesas com a colheita; IV - limite de crédito: R$1.000,00 (mil reais) por hectare de cafezal, respeitado o máximo de R$100.000,00 (cem mil reais) por produtor, ainda que em mais de uma propriedade; V - prazos para contratação: a) até 31.10.98, nas regiões com lavouras de maturação normal ou tardia; b) até 28.11.98, nas regiões de microclimas específicos do Norte e Nordeste; VI - liberação de recursos: em 2 (duas) parcelas, de acordo com o seguinte cronograma: a) regiões com lavouras de maturação normal ou tardia: 70% (setenta por cento) no ato da contratação e 30% (trinta por cento) no período de janeiro a março de 1999; b) regiões de microclimas específicos do Norte e Nordeste: 70% (setenta por cento) no ato da contratação e 30% (trinta por cento) no período de abril a junho de 1999;VII - reembolso: o crédito deve ser pago de uma só vez, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do término da colheita, limitado a: a) 1.10.99, nos financiamentos relativos a lavouras com maturação normal; b) 1.11.99, nos financiamentos relativos a lavouras com maturação tardia; c) 1.12.99, nos financiamentos relativos a lavouras cultivadas em regiões de microclimas específicos do Norte e Nordeste; VIII - garantias: as usuais para o crédito rural; IX - montante de recursos: até R$350.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões de reais), de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras do Funcafé à época da contratação e das liberações de recursos dos financiamentos.

Art. 3º Fica a Secretaria de Produtos de Base do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, em articulação com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, autorizada a transmitir ao Banco do Brasil S.A., agente financeiro das linhas de crédito de que trata esta Resolução, as instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 4ª. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CONJUNTURA ECONÔMICA

Prezado Leitor,

Conjuntura Econômica, está instituindo o serviço ***Conjuntura Express***, mediante o qual nossos leitores receberão seus exemplares no prazo de 24 a 48 horas após a impressão e sem nenhum acréscimo sobre o preço de capa (R$7,50).

Para confirmar sua adesão a este serviço, basta enviar-nos o cupom abaixo.

À Editora da FGV

Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
22253-900 — Rio de Janeiro — RJ
Fax (021) 536-9155

CONJUNTURA ECONÔMICA

Desejo receber *Conjuntura Express* pelo preço de R$90,00 cada assinatura anual.

Forma de pagamento escolhida:

[ ] cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, em anexo;

[ ] ficha de compensação bancária

[ ] cartão de crédito _____ nº _____ válido até _____ / _____

Empresa: _____

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone: (___) _____ Fax: (____) _____

Assinatura _____ data ____ / _____ / ____

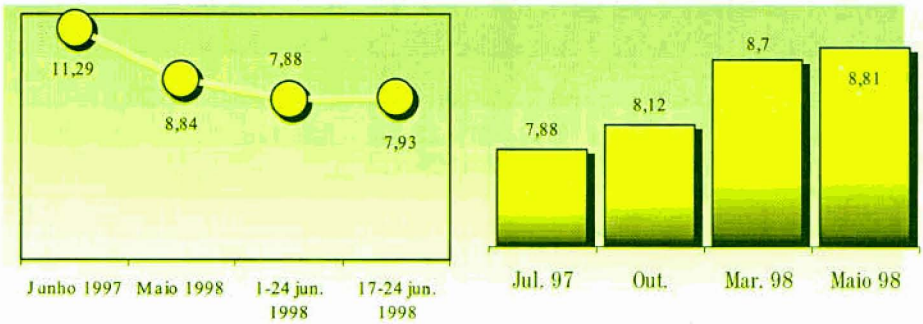
Mercado externo

ELIANA LEITE E CARLOS COGO*

As previsões de mercado foram feitas em 24 e 26 de junho último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de julho de 1998.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

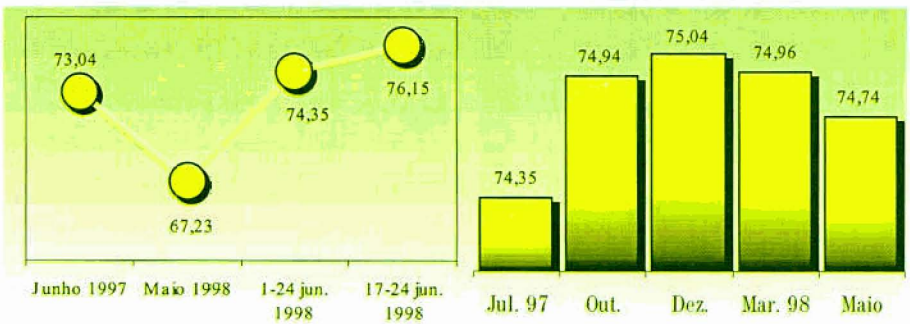
Açúcar



US¢/lb.-peso mundial branco

O mercado está em alta, com rumores de estoques limitados no curto prazo e demanda física por açúcar refinado. As cotações para vencimentos em 1999 registram altas mais fortes com a perspectiva de nova queda de produção da Índia.

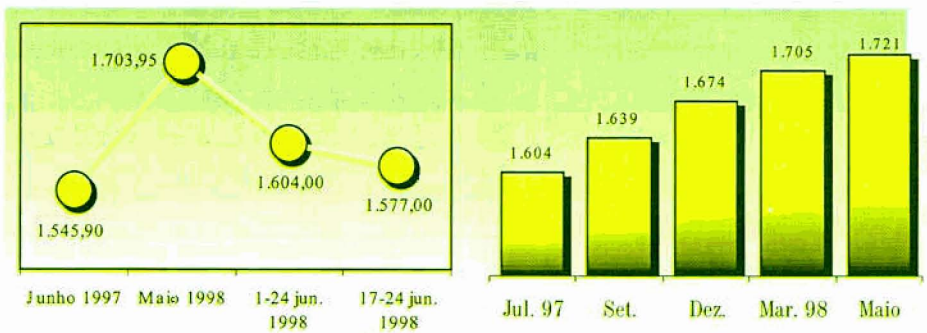
Algodão



1-1/16" US¢/lb.-peso

A queda nas exportações norte-americanas para os países asiáticos e a possibilidade de novas vendas chinesas de algodão em caroço pressionaram o recuo das cotações futuras. A colheita segue com perdas de 32,5% na Argentina.

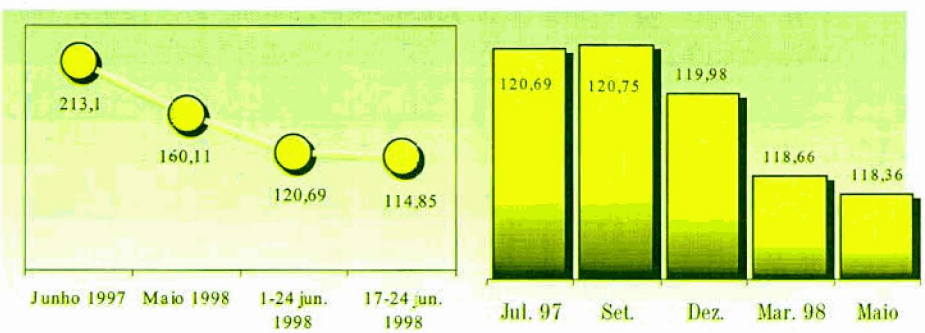
Cacau



Bahia US$/t

O fator preponderante no mercado são as boas notícias com relação à safra da Costa do Marfim, que na temporada 1997/98 deverá alcançar 1,1 milhão de toneladas.

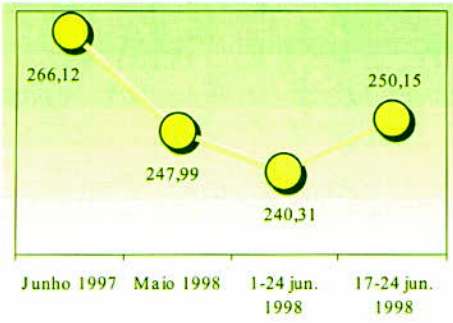
Café

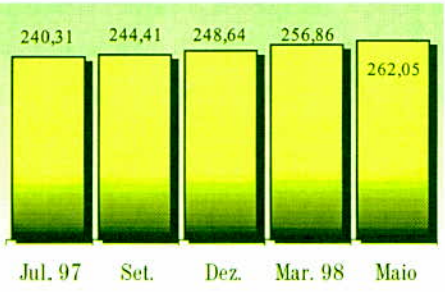


Contrato "C" Nova York US¢/lb.-peso

Os estoques dos EUA aumentaram em junho 135 mil sacas, quando o mercado esperava redução de 500 a 700 mil sacas. O Usda anuncia safra mundial recorde para 1998/99. A produção brasileira está prevista em 35,8 milhões de sacas.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

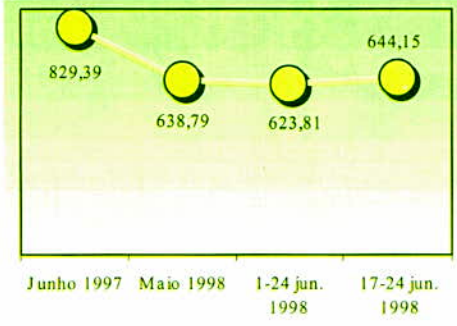


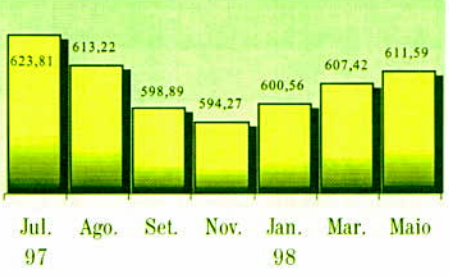


Milho

two yellow US¢/bushel de 56lb.

O sentimento baixista deve recrudescer neste mercado, cuja última previsão do Usda apontou avanço de quase 5% no estoque final mundial da temporada 1998/99.

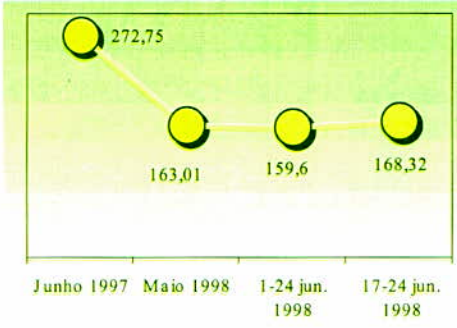


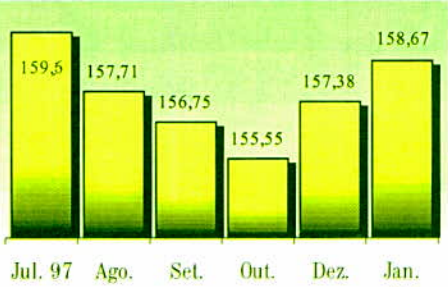


Soja-grão

grão one yellow US¢/bushel de 60lb.

Após período de queda, os preços tiveram súbita elevação sustentados por previsões que indicam longo período de clima seco e quente nas principais regiões produtoras dos EUA nos próximos dias.

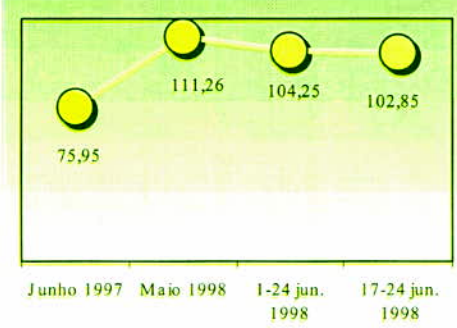


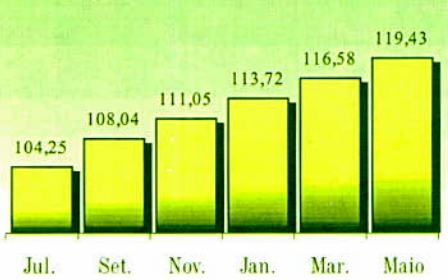


Soja, farelo

farelo US¢/bushel de 56lb.

A persistência da crise asiática mantém as cotações estabilizadas, mesmo com as altas verificadas nas cotações do grão. A boa demanda por óleo de soja aumenta a oferta de farelo no mercado mundial.

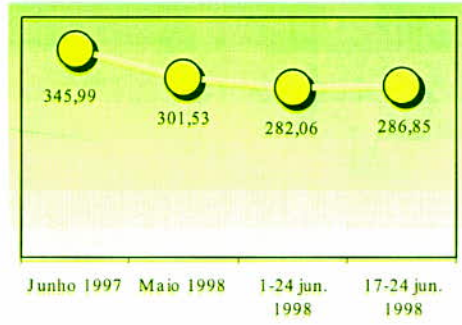


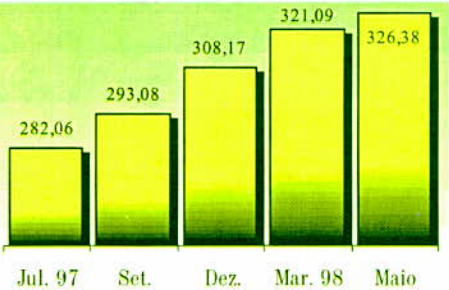


Laranja, suco

suco US¢/lb.-peso

Temores de que o clima seco possa afetar a colheita de laranjas da Flórida amorteceram parcialmente a tendência baixista causada pela previsão de safra recorde norte-americana.





Trigo

soft red US¢/bushel de 60lb.

As previsões de problemas climáticos com a safra norte-americana e a redução na safra da China elevaram as cotações futuras, anulando parte do efeito de baixa gerado pela recomposição dos estoques mundiais.

Colaborou CARLOS COGO, economista da Agromercados. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

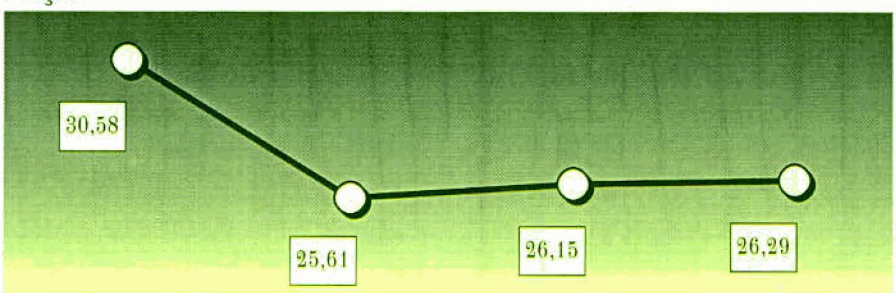
Mercado interno

ELIANA LEITE E CARLOS COGO

As previsões de mercado foram feitas em 24 e 26 de junho último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de julho de 1998. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para maio de 1998. Os preços de junho de 1998 são nominais.

Preços | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

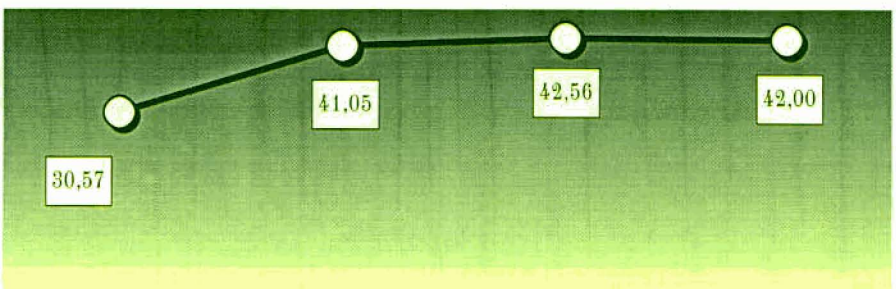
Algodão



(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

Com as importações da África e EUA, com prazos de pagamento superiores a 400 dias, a comercialização da safra nacional ocorre quase sempre via leilões da PEP, agora suspensos pelo governo que acredita na recuperação das cotações locais.

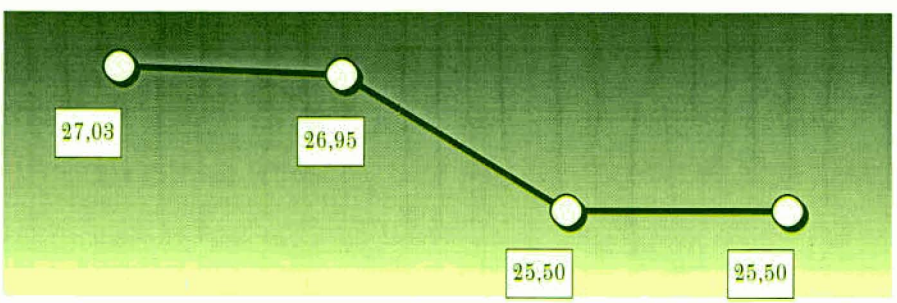
Arroz



longo fino R$/sc. 60kg benef. t. 2

Perspectivas de chegada de produto importado ao mercado estabilizam as cotações que, entretanto, permanecem em patamares elevados.

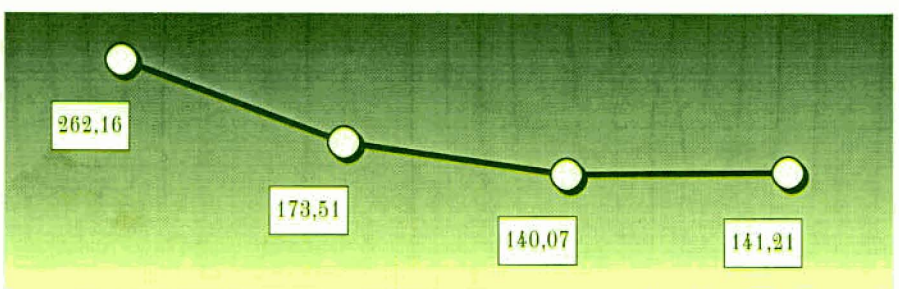
Boi



gordo R$/arroba

Com o início da entressafra nos principais estados produtores e a elevação nas cotações da carne de frango, as cotações da arroba do boi gordo estão em alta no mercado interno.

Café



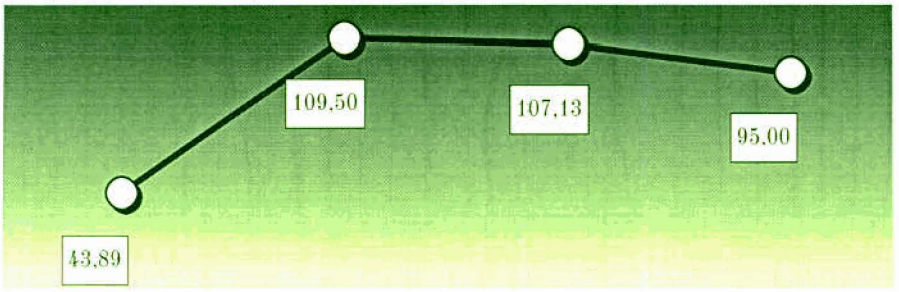
tipo 6 R$/sc. 60kg arábica

O Usda anuncia safra mundial recorde de 107,5 milhões de sacas. O único fundamento de sustentação de preços é o risco de geadas no Brasil. A resistência dos detentores de estoques depende da eventual disponibilidade de financiamento.

Preços

Tendência

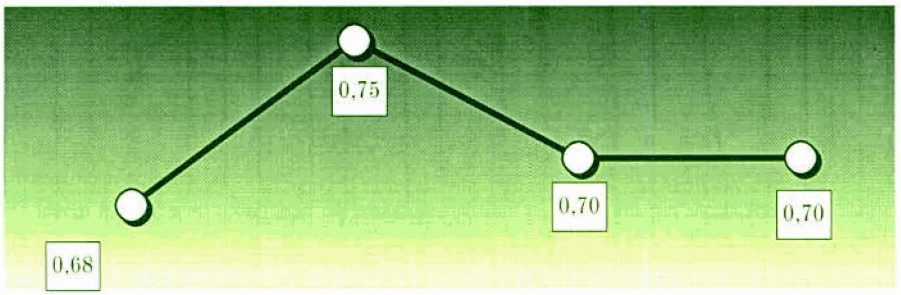
Fatores ponderáveis



Feijão

Carioquinha t. 2 esp. R$/sc. 60kg

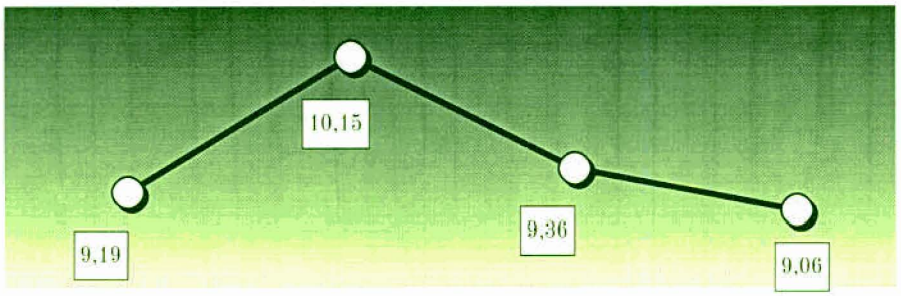
O avanço das cotações nos últimos meses levou a patamares muito elevados, mas já não parece haver mais espaço para crescimento dos preços. A entrada de safras novas reequilibra a situação.



Frango

Vivo R$/kg

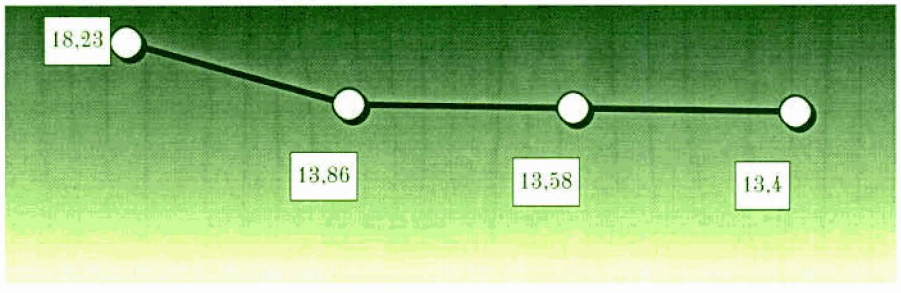
A diminuição do preço do milho vem possibilitando a contenção dos custos de produção da ave. As exportações permanecem dificultadas pela concorrência dos países asiáticos.



Milho

Amarelo semiduro R$/60kg

A entrada da safrinha diminui o ímpeto altista das cotações, fenômeno que já se havia notado a partir da realização de leilões governamentais do produto.



Soja

Grão industrial R$/60kg

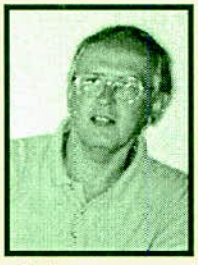
Após queda nas cotações locais, os preços se recuperaram, impulsionados pelas altas na Bolsa de Chicago. Ainda restam cerca de 50% da safra nacional para comercialização, o que deve manter boa a oferta para o setor de esmagamento.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; arroz, feijão, milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Janela aberta

ANTÔNIO BUENO

Em nome da liquidez



O Centro-Oeste brasileiro produz cerca de 11 milhões de toneladas de soja – pouco mais de um terço do total nacional –, 7 milhões de toneladas de milho e 315 mil de algodão. O gado bovino, cerca de 50 milhões de cabeças, compõe pouco menos de um terço do rebanho do país. Ainda que impressionem, esses números pouco representam diante das possibilidades da região. Só no Mato Grosso, as estimativas mais pessimistas indicam 20 milhões de hectares cultiváveis em curto prazo, respeitados os mais rigorosos requisitos do conceito de desenvolvimento sustentável.

Além da vocação agropecuária, a região tem características geopolíticas notáveis. Abrange os planaltos divisores de águas entre as bacias amazônica e platina – que oferecem vias múltiplas de baixo custo para escoar a produção. As alternativas de desenvolvimento se alicerçam na soja. Além de ser o maior gerador de renda da região, é a grande responsável pelo excepcional crescimento do setor de insumos e serviços, indispensável ao desenvolvimento regional.

Entretanto, persistem insuficiências graves na infra-estrutura de transportes. Faltam investimentos dirigidos à utilização de meios modernos de transporte fluvial, instalações e equipamentos portuários fluviais para armazenagem, processamento e movimentação de grãos. É preciso ampliar também a malha ferroviária e recuperar rodovias, como alternativas aos outros modais. É preciso ainda aperfeiçoar a comercialização agrícola, cortar o círculo vicioso de vendas concentradas no período de colheita, margens insuficientes, reduzida capacidade de poupança, excessiva dependência de capitais de terceiros, descapitalização e inadimplência.

Aperfeiçoar a comercialização significa basicamente ampliar o número de potenciais compradores da mercadoria e alongar seu período de comercialização. No Brasil, a concentração da oferta é agravada pelas altas taxas de juros que, de um lado, estimulam a venda imediata após a colheita e, de outro, oneram o carregamento de estoques pelos compradores.

Existem algumas semelhanças entre as estruturas mercadológicas norte-americanas e brasileiras. Há, entretanto, fundamental diferença entre os dois sistemas de comercialização. Nos EUA têm acesso ao mercado futuro de soja (e a todos os mercados de derivativos agropecuários) não apenas as pessoas físicas e jurídicas norte-americanas, mas também produtores, processadores, *tradings*, importadores, exportadores, especuladores e arbitradores do mundo inteiro. Além da liquidez doméstica, conquistada ao longo de décadas, esse aporte internacional de liquidez ao mercado futuro confere a todos os participantes da cadeia da soja a possibilidade de escolher o momento e o modo mais adequados de transferir os riscos de preço.

No Brasil, quando diminui a liquidez no mercado físico, os produtores não têm alternativa de fixação de preços internamente. Isso ocorreu, por exemplo, em janeiro último: passado o período de maior incerteza climática, já nos primeiros dias do ano, se percebia que a nova safra brasileira dificilmente seria inferior a 30 milhões de toneladas. Nas principais praças no interior, enquanto os preços ofertados declinavam diariamente, os produtores não conseguiam vender soja para entrega em março/abril. Naquele momento, mais convinha aos compradores aguardar os primeiros recebimentos da nova safra.

A opção de defesa para os produtores seria a BM&F, que não tem ainda condições de desempenhar a função de provedora de liquidez no mercado futuro de soja com volumes comparáveis aos negociados em Chicago. Em parte porque muitos produtores necessitam ainda aprimorar seus conhecimentos sobre os mecanismos de formação dos preços do produto. A principal dificuldade está, porém, na impossibilidade de aporte externo de liquidez. É vedada a participação estrangeira nos contratos futuros agropecuários brasileiros. O *trading* da soja é atividade globalizada. É extremamente difícil desenvolver um contrato futuro nesse segmento sem a engajada participação dos *players* internacionais.

Consolidar a economia da soja aperfeiçoando a comercialização é também a única forma de incrementar a receita cambial do complexo soja (10% da pauta).

Como sugestão, aqui estão algumas medidas capazes de favorecer todo o agribusiness:

1. eliminar os obstáculos à participação externa nos contratos futuros agropecuários; a Argentina não apenas liberou o pleno acesso dos estrangeiros a esse segmento, mas também os isentou de imposto de renda;
2. aprovar nova lei de armazenagem ou alterar a atual (de 1903), visando permitir a negociação de *warrants* e certificados de depósito sem a incidência de tributos e incentivar a securitização de recebíveis agrícolas;
3. possibilitar a criação de instrumentos que permitam arbitrar resultados operacionais projetados, relacionados a preços futuros de commodities agrícolas ou a indicadores de preços no disponível dessas commodities, contra taxas de juros (trata-se de integrar mais eficientemente as operações de custeio agrícola aos mercados de ativos financeiros);
4. revogar os dispositivos que mantêm a tutela do Estado sobre as cooperativas, conferindo flexibilidade ao cooperativismo, ensejando novas modalidades societárias e eficácia com respeito a exigências de auditoria, controle e transparência (*full disclosure*);
5. regulamentar as concessões ao setor privado, inclusive com participação de capital estrangeiro, dos serviços de transportes hidroviários, ferroviários e rodoviários e de operações portuárias, no tocante a vias de movimentação de granéis e insumos agrícolas intensa ou potencialmente intensa.

Antonio Bueno é economista sênior na BM&F.
E-mail: bueno@bmf.com.br

NO AGRIBUSINESS, LER É FUNDAMENTAL AOS NEGÓCIOS.



Agroanalysis é a única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

Mario Henrique Simonsen

Sou leitor de *Agroanalysis*, de agora e de antes. Quando a publicação se interrompeu, ficou um vazio nunca preenchido por outras revistas. Informação tem valor; só percebemos quando precisamos dela e não a temos.

José Graziano da Silva

Assine Agroanalysis, a leitura indispensável.

Opções de pagamento

❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
❑ Cartão de crédito

Solicito

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 55,00**
❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
❑ Alteração de dados cadastrais

Nome .....
Empresa .....
Ramo de atividade .....
Função na empresa .....
Endereço .....
CEP ..... Cidade ..... Estado .....
DDD ..... Telefone ..... Fax .....
Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão nº ..... validade .....

CH

Central de Atendimento ao Assinante
— Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948



Dammann, Soriani

Uma coisa é falar de parceria.
Outra é praticá-la.
E é isso que a Cargill faz.
Do preparo da terra à distribuição dos grãos, a Cargill está sempre presente: dando apoio financeiro à produção, fornecendo fertilizantes e outros insumos, transportando, armazenando e comercializando as safras.
A cultura da soja, em que o Brasil é o segundo maior produtor mundial, é um exemplo desta atuação: a Cargill fornece fertilizantes e processa a soja, obtendo farelo, óleo e gorduras vegetais hidrogenadas.
Assim, a Cargill oferece matéria-prima da mais alta qualidade para a indústria de alimentos e, mais à frente, chega a milhões de consumidores finais.
Isso é o que a Cargill chama de parceria: trabalhar, produzir e crescer junto com o produtor rural.

CARGILL

Alimentando uma vida melhor.